

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

KARIN WILLMS

EDUCAÇÃO A SERVIÇO DE CRISTO: A ASSINTEC E O ENSINO RELIGIOSO DA
REDE MUNICIPAL DE CURITIBA (1971-1988)

CURITIBA

2020

KARIN WILLMS

EDUCAÇÃO A SERVIÇO DE CRISTO: A ASSINTEC E O ENSINO RELIGIOSO DA
REDE MUNICIPAL DE CURITIBA (1971-1988)

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Linha de Pesquisa de História e Historiografia da Educação, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Rossano Silva

CURITIBA

2020

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de
Bibliotecas/UFPR-Biblioteca do Campus Rebouças
Maria Teresa Alves Gonzati, CRB 9/1584

Willms, Karin.

Educação a serviço de Cristo : a ASSINTEC e o ensino religioso da
Rede Municipal de Curitiba (1971-1988) / Karin Willms – Curitiba, 2020.
142 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná. Setor de
Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação.
Orientador: Prof. Dr. Rossano Silva

1. Ensino religioso – Paraná. 2. Ensino religioso – História. 3.
Educação – Religião. 4. Educação – História. 5. Escolas públicas –
Curitiba (PR). I. Título. II. Universidade Federal do Paraná.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO -
40001016001P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **KARIN WILLMS** intitulada: **Educação a serviço de Cristo: a ASSINTEC e o Ensino Religioso da Rede Municipal de Curitiba (1971- 1988)**, sob orientação do Prof. Dr. ROSSANO SILVA, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 25 de Setembro de 2020.

Assinatura Eletrônica
09/10/2020 19:54:29.0
ROSSANO SILVA
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
13/10/2020 20:40:22.0
EVELYN DE ALMEIDA ORLANDO
Avaliador Externo (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO
PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
09/10/2020 19:12:31.0
NADIA GAIOFATTO GONÇALVES
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
11/10/2020 06:19:50.0
SERGIO ROBERTO CHAVES JUNIOR
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Àquelas que vieram antes de mim e lutaram para que hoje eu pudesse ocupar este espaço. Àquelas que estão ao meu lado e me apoiaram nessa jornada. Àquelas que virão depois de mim e, assim como eu, acreditarão que a Educação é o caminho mais curto para a tão sonhada Liberdade.

AGRADECIMENTOS

Chico Buarque já cantava que: “Tem dias que a gente se sente / Como quem partiu ou morreu / A gente estancou de repente / Ou foi o mundo então que cresceu / A gente quer ter voz ativa / No nosso destino mandar / Mas eis que chega a roda viva / E carrega o destino pra lá”¹. Assim, pretendo aqui agradecer àqueles que ao ver nosso destino sendo carregado “pra lá”, nos apoiam e nos ajudam a olhar o mar. Este olhar o mar, da mesma forma que “Santiago Kovadloff”² possibilitou ao seu filho, no conto de Eduardo Galeano, me permitiu ampliar meus horizontes e perceber em cada texto, em cada documento, um mundo de possibilidades. Assim, meu primeiro agradecimento é destinado àqueles que desde 1985 me auxiliaram a ver o mar de possibilidades nesse mundo: meus pais Ingrid e Waldemar.

Depois deles, vieram os que, a partir de 1991, me ensinaram a ver o mar dentro da escola. Esse mar no qual tenho me banhado há tanto tempo e de tantas formas que não cabem nesse agradecimento. Esse mar educativo, em que me tornei também professora, me trouxe até aqui e me possibilitou conhecer inúmeros profissionais que, atuaram como formadores e como colegas em minha trajetória. Foram tantas as aprendizagens que não caberia aqui nomear a cada um, mas quero registrar um agradecimento especial ao meu orientador, Rossano Silva que com seu jeito doce e com muita paciência me acompanhou nessa etapa e me possibilitou entregar essa pesquisa.

Aos membros da banca de qualificação e defesa, professores Evelyn de Almeida Orlando (PUC-PR), Adriana Vaz (UFPR), Nadia Gaiofatto Gonçalves (UFPR) e Sérgio Roberto Chaves Junior (UFPR), e que tanto contribuíram para o amadurecimento e desenvolvimento deste trabalho e a banca responsável pela avaliação final. Suas contribuições foram muito valiosas para o meu crescimento como pesquisadora e profissional da área da Educação.

Agradeço também à equipe pedagógica e à diretoria da Assintec, por me permitir mergulhar em seu mar de documentos, me apresentando uma gama de possibilidades e caminhos. Também a Gerência de Currículo da Secretaria Municipal da Educação de Curitiba, que me apoiou desde o dia em que eu decidi

¹ Chico Buarque de Hollanda, álbum: Chico Buarque de Hollanda – vol. 3, lançado em 1968.

² GALEANO, Eduardo. *O livro dos abraços*. Tradução Eric Nepomuceno. Porto Alegre: Editora L&PM, 1997.

traçar esse caminho do mestrado e, em muitos momentos, carregou as minhas responsabilidades para que eu pudesse me dedicar a pesquisa.

Por fim, agradeço à duas pessoas especiais pela compreensão pelas ausências nesses dois anos de mestrado: João Paulo, meu companheiro de luta e de vida e Sabrina Fernanda, uma parte de mim que segue os caminhos das mulheres que vieram antes de nós, lutando por um mundo mais justo e mais tolerante.

Em nosso país, o ensino religioso, legalmente aceito como parte dos currículos oficiais do ensino fundamental, na medida que envolve a questão da laicidade do Estado, a secularização da cultura, a realidade socioantropológica dos múltiplos credos e a face existencial de cada indivíduo, torna-se uma questão de alta complexidade e de profundo teor polêmico. (CURY, 1993, p.21)

RESUMO

A presente pesquisa tem por objeto de estudo a História da Disciplina Escolar Ensino Religioso na cidade de Curitiba entre as décadas de 1970 e 1980. Assim, foi definido como problema, compreender a partir da publicação da Lei 5692/71, em nível nacional, como se deu a construção do Ensino Religioso nas escolas públicas municipais de Curitiba e como ocorreu a influência do cristianismo nesse processo. A hipótese é de que, a partir da criação de uma Associação Interconfessional de Educação (ASSINTEC), encabeçada pelo Movimento Ecumênico de Curitiba, as Igrejas Católicas e protestantes se mantiveram presentes na educação pública, em especial, na disciplina Ensino Religioso, em que o Cristianismo se mostrou a base da organização no período. Para isso, definimos como objetivo geral analisar a construção do Ensino Religioso como disciplina escolar e objetivos específicos: I) identificar os atores envolvidos na construção da Disciplina Escolar Ensino Religioso nas escolas públicas municipais de Curitiba; II) investigar os movimentos políticos, religiosos e educacionais envolvidos nesse processo; III) analisar os materiais de apoio ao professor, produzidos pela ASSINTEC nesse período; IV) verificar a permanência do Ensino Religioso na legislação e na prática escolar. Os conceitos de Disciplina Escolar e de Currículo que embasam esta dissertação são os definidos por Chervel (1990) e Goodson (2008), de cultura escolar definidos por Julia (2001), enquanto para a análise das fontes selecionadas, a referência escolhida foram os textos de Bloch (2001). As fontes consultadas durante a investigação foram: legislações referentes ao Ensino Religioso e à laicidade do Estado no período pesquisado, Planos Municipais da Educação, Diretrizes Curriculares e Currículos do Estado do Paraná e do Município de Curitiba, registros fotográficos de ações relacionadas à disciplina e à Associação Interconfessional de Educação, boletins informativos destinados aos professores da disciplina e materiais didáticos elaborados para o Ensino Religioso.

Palavras-chave: ASSINTEC; Ensino Religioso; Escola Pública; Interconfessional; História das Disciplinas; História da Educação.

ABSTRACT

This research has as its object of study the History of Religious Education as a School Subject in the city of Curitiba between the 1970s and 1980s. Thus, the defined problem was to understand, from the publication of the Law 5692/71, at national level, how the construction of Religious Education took place in the municipal public schools of Curitiba and how Christianity influenced this process. The hypothesis is that, from the creation of an Interfaith Association of Education (known in Brazil by the Portuguese acronym, ASSINTEC), headed by the Ecumenical Movement of Curitiba, the Catholic and Protestant Churches remained present in public education, especially in the subject Religious Education, in which Christianity was the basis of the organization in the period. For this, we defined as a general objective to analyze the construction of Religious Education as a school subject and the specific objectives: I) to identify the actors involved in the construction of the Religious Education school subject in the municipal public schools of Curitiba; II) to investigate the political, religious and educational movements involved in this process; III) to analyze the teacher support materials, produced by ASSINTEC in that period; IV) to verify the permanence of Religious Education in school legislation and practice. The concepts of School Subject and Curriculum that underlie this dissertation are those defined by Chervel (1990) and Goodson (2008), of school culture are those defined by Julia (2001), and for the analysis of the selected sources, the texts of Bloch (2001) were chosen as reference. The sources consulted during the investigation were: legislation related to Religious Education and State secularism during the studied period, Municipal Education Plans, Curriculum Guidelines and Curricula of the State of Paraná and the Municipality of Curitiba, photographic records of actions related to the subject and to the Interfaith Association of Education, newsletters intended for teachers of the subject and didactic materials prepared for Religious Education.

Keywords: ASSINTEC; Religious Education; Public School; Interfaith; History of the Subjects; History of Education.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – PREFEITO IVO ARZUA E D.MANUEL DA SULVEIRA DELBOUX NA INAUGURAÇÃO DO CENTRO EXPERIMENTAL JOÃO XXIII, 1963 ..	35
FIGURA 2 – CURRÍCULO DO ESTADO DO PARANÁ PARA O ENSINO RELIGIOSO	61
FIGURA 3 – EXERCÍCIO DE ENSINO RELIGIOSO	62
FIGURA 4 – SOLENIDADE DE INAUGURAÇÃO DA ASSINTEC - 1973	72
FIGURA 5 – AUTORIDADES EM VISITA À SEDE DA ASSINTEC, 1973	73
FIGURA 6 – APARELHOS UTILIZADOS NA GRAVAÇÃO DAS AULAS DE ENSINO RELIGIOSO, 1973	79
FIGURA 7 – MONSERRAT FERNANDES – ELABORAÇÃO E LOCUÇÃO DAS AULAS VIA RÁDIO	80
FIGURA 8 – RECEBIMENTO DOS APARELHOS DE RÁDIO, PELA DIRETORIA DA ASSINTEC, 1973	82
FIGURA 9 – FREI HENRIQUE – ORGANIZAÇÃO DOS RÁDIOS PARA ENTREGAR ÀS ESCOLAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS, 1973	83
FIGURA 10 – BOLETIM ASSINTEC – N.2, ANO 1, P. 1.....	91
FIGURA 11 – BOLETIM ASSINTEC – N.2, ANO 1, P.2.....	92
FIGURA 12 – CRIANÇAS EM MOMENTO DE “REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA” ..	94
FIGURA 13 – ESTRUTURA DO PROCESSO EDUCATIVO.....	95
FIGURA 14 – PERSONAGEM PRESENTE NOS BOLETINS DA ASSINTEC.....	97
FIGURA 15 – ENCONTRO PARA ADOLESCENTES.....	104
FIGURA 16 – MARATONA BÍBLICA, NO BOLETIM DA ASSINTEC	105
FIGURA 17 – PROFESSORES REUNIDOS DURANTE O PROCESSO DA CONSTITUINTE.....	118
FIGURA 18 – BOLETIM N. 50 – O DINAMISMO DO NOVO	121

LISTA DE TABELAS

<u>TABELA 1</u> – UNIDADES ESCOLARES PÚBLICAS MUNICIPAIS CRIADAS EM CURITIBA NAS DÉCADAS DE 1960 E 1970.....	<u>37</u>
<u>TABELA 2</u> – RELIGIÕES NO PARANÁ – 1960 - 1970	<u>48</u>
<u>TABELA 3</u> – ASSINATURAS A FAVOR DA EDUCAÇÃO RELIGIOSA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	<u>119</u>

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – ENSINO RELIGIOSO NA LEGISLAÇÃO DA REPÚBLICA (1931-1988)	<u>32</u>
QUADRO 2 – MATÉRIAS DO NÚCLEO COMUM DO ENSINO DE 1º GRAU.....	<u>53</u>
QUADRO 3 – DISCIPLINAS E HORÁRIOS DEFINIDOS PELO PLANO GLOBAL DE EDUCAÇÃO - 1974.....	<u>88</u>
QUADRO 4 – GRADE HORÁRIA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CURITIBA (ENSINO FUNDAMENTAL) - 1975.....	<u>96</u>
QUADRO 5 – COMPARATIVO DE CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS SEGUNDO A ASSINTEC (1984).....	<u>116</u>

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

ABE	- Associação Brasileira de Educação
AP	- Ação Popular
ASSINTEC	- Associação Interconfessional de Educação
BPP	- Biblioteca Pública do Paraná
CEC	- Comissão Ecumênica de Curitiba
CEE	- Conselho Estadual de Educação
CF	- Constituição Federal
CFE	- Conselho Federal de Educação
CIER	- Conselho de Igrejas para o Ensino Religioso
CNBB	- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNE	- Conselho Nacional de Educação
DDP	- Divisão de Documentação Paranaense
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPFER	- Instituto de Pesquisa e Formação de Educação e Religião
IPPUC	- Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
IRPAMAT	- Instituto de Pastoral de Campo Grande, Mato Grosso
GPER	- Grupo de Pesquisa de Educação e Religião
GRERE	- Grupo de Reflexão do Ensino Religioso
JEC	- Juventude Estudantil Católica
JUC	- Juventude Universitária Católica
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases
MEB	- Movimento Educação de Base
MEC	- Ministério da Educação
MEN	- Movimento pela Escola Nova
MOBRAL	- Movimento Brasileiro de Alfabetização
MOVEC	- Movimento Ecumênico de Curitiba
PMC	- Prefeitura Municipal de Curitiba
PME	- Plano Municipal de Educação
PRONTEL	- Programa Nacional de Teleducação
SEED	- Secretaria de Estado da Educação e do Esporte
SME	- Secretaria Municipal da Educação
SOUC	- Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 A ESCOLA É A CASA DO POVO	28
1.1 TUDO COMEÇOU COM A CAMPANHA DE PREFEITO	34
1.2 NÃO ESTÁ NO INTERESSE DESTE OU DAQUELE GRUPO POLÍTICO, RELIGIOSO OU IDEOLÓGICO; ESTÁ NO INTERESSE DE TODOS	41
2 UMA PERMANENTE CONCEPÇÃO DESAFIADORA E CONTRADITÓRIA SOBRE O ESPAÇO ESCOLAR COMO EXTENSÃO DA COMUNIDADE DE FÉ ...	52
2.1 SER INTERCONFSSIONAL É SER CRISTÃO CONFORME O PADRÃO APRESENTADO POR JESUS CRISTO	63
2.2 A FALTA DE CULTURA RELIGIOSA DE NOSSO POVO EXIGIA UMA TOMADA DE DECISÃO	69
2.3 COM VOZES AGRADÁVEIS, NARRANDO HISTÓRIAS DA BÍBLIA OU DA VIDA DIÁRIA (...) É O PROGRAMA DA ASSINTEC	75
3 A PRÁTICA DO ENSINO RELIGIOSO, COM SUA DIDÁTICA, NÃO SE DÁ ALEATORIAMENTE NA ESCOLA	85
3.1 RELACIONAR E ESCLARECER AS NECESSIDADES ESPIRITUAIS DO HOMEM	93
3.2 RELIGIÃO, ENSINO RELIGIOSO OU EDUCAÇÃO RELIGIOSA NAS ESCOLAS?	101
3.3 DURANTE 180 DIAS MILHARES DE NÓS VAMOS À ESCOLA PARECENDO MENDIGOS, RAQUÍTICOS, ATRASADOS, IGNORANTES COM ESSA CARA DE SUBDESENVOLVIDOS	108
3.4 COMO DEVE SER O ENSINO RELIGIOSO PARA CORRESPONDER À FORMAÇÃO DO HOMEM-CRÍTICO-POLÍTICO-PARTICIPANTE A FIM DE REALIZAR TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS?	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.	
FONTES	128
ARTIGOS PUBLICADOS	132
REFERÊNCIAS	132

INTRODUÇÃO

No Estado Laico, marcado pela separação entre Estado e religião, todas as religiões merecem igual consideração e profundo respeito, inexistindo, contudo, qualquer religião oficial, que se transforma na única concepção estatal, a abolir a dinâmica de uma sociedade aberta, livre, diversa e plural. Há o dever do Estado em garantir as condições de igual liberdade religiosa e moral, em um contexto desafiador em que, se de um lado o Estado contemporâneo busca separa-se da religião, esta, por sua vez, busca adentrar nos domínios do Estado. (PIOVESAN, 2010, p.15)

Nos dois textos escolhidos para abrir esta dissertação³, vemos que o Ensino Religioso é um tema bastante polêmico. Um dos motivos dessa polêmica se dá pelo fato de o Estado brasileiro ser oficialmente laico⁴, o que tornaria a relação Religião e Escola Pública, um tanto contraditória. No entanto, mesmo com a oficialização da laicidade do Estado e o reconhecimento da liberdade e da diversidade religiosa presente na sociedade brasileira, o Ensino Religioso permanece como disciplina escolar de oferta obrigatória nas escolas públicas municipais e estaduais.

De acordo com Prost, “a história, (...) começa por uma questão” (2017, p. 217). Essa dissertação não poderia ser diferente, por questões relacionadas ao trabalho e às pesquisas anteriores nos debruçamos sobre as leis que regem o Ensino Religioso como disciplina escolar e, percebemos que há várias referências a essa possível contradição entre laicidade e Ensino Religioso, somos compelidos a pensar em algumas questões como: **de onde vem a disciplina Ensino Religioso? Quais motivos levaram o governo a manter essa disciplina nos currículos escolares? Em que momentos e de que formas ela se construiu e consolidou nas escolas públicas, em especial na Rede Municipal de Educação de Curitiba?** Esses são alguns dos questionamentos que nos levaram a buscar⁵, na História das Disciplinas Escolares, as respostas que demonstrariam a construção dessa disciplina escolar ao longo do tempo. Tendo em vista que Estados e

³ O texto de autoria do professor Jamil Cury, apresentado na epígrafe e o da jurista Flavia Piovesan, citado acima.

⁴ O Estado Brasileiro passa a ser laico com o advento da República, sendo a premissa de separação entre Estado e Igreja oficializada a partir de 07 de janeiro de 1890. Com a publicação do Decreto 119-A, cuja ementa traz que ele “Prohíbe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providências.”

⁵ Algumas das respostas que encontramos durante o período da pesquisa foram apresentadas em forma de artigo em eventos como Educere, Congresso Nacional de História da Educação, Simpósio Nacional e Internacional da Associação Brasileira de História das Religiões e publicação em livro.

Municípios construíram seus referenciais e currículos para o desenvolvimento da disciplina de forma autônoma⁶, determinamos como lugar de pesquisa o Município de Curitiba. Lugar este, em que a Associação Interconfessional de Educação de Curitiba⁷ (ASSINTEC) teve papel fundamental na construção do Ensino Religioso escolar.

Assim, o objetivo da presente dissertação é **analisar a construção do Ensino Religioso como disciplina escolar** no Município de Curitiba. O recorte temporal definido para a pesquisa se encontra entre **1971, ano da publicação da Lei 5692/71, e 1988, ano da publicação da Constituição Federal, em que o Paraná teve grande participação através do processo da constituinte e da frente pela defesa da manutenção do Ensino Religioso na legislação através de abaixo assinado e busca pela participação dos professores e pais no movimento**. Escolhemos para início o ano de 1971, pois é neste momento que o Estado do Paraná e o Município de Curitiba passam a colocar a disciplina em discussão. Com grande participação do Movimento Ecumênico de Curitiba (MOVEC), essas discussões culminaram na criação da ASSINTEC, que assumiu o papel de fornecer subsídios teóricos e práticos para os professores de Ensino Religioso das escolas públicas⁸ de Curitiba. Para isso, nos propomos a analisar o processo de consolidação desta disciplina escolar com base nos estudos acerca da História das Disciplinas de Chervel e da construção do Currículo Escolar a partir das leituras de Goodson, com os devidos cuidados para que nossos princípios ideológicos⁹ não interfiram na pesquisa gerando um **juízo de valor**, pois a “pesquisa nos desafia a definir nossos princípios éticos e, então, fazer escolhas que os violam ou os respeitam” (BOOTH, 2000, p. 325).

⁶A legislação prevê esta autonomia, como veremos no decorrer desta dissertação.

⁷A ASSINTEC, criada oficialmente em 1973 e registrada inicialmente como Associação Interconfessional de Educação de Curitiba, a fim de atender a nova legislação, a partir da publicação da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional 9394/96, passa a se chamar Associação Inter-religiosa de Educação de Curitiba.

⁸Inicialmente a ASSINTEC fornecia subsídios para professores das escolas municipais e estaduais, no entanto, o Estado deu início ao projeto apenas nas escolas da capital, sendo ampliado gradativamente para as escolas estaduais de outras cidades.

⁹Uma das motivações desta preocupação se dá por minha atuação profissional na Rede Municipal de Ensino de Curitiba, em que exerço a função docente desde 2005, inicialmente na Educação Infantil. A partir de 2012 passei a lecionar para o Ensino Fundamental e desde 2016 desenvolvo minhas funções junto a Gerência de Currículo do Ensino Fundamental da Secretaria Municipal da Educação de Curitiba, onde trabalho diretamente com o Currículo Escolar e com a formação continuada dos professores de Ensino Religioso do Município.

Na consolidação e transformações do Ensino Religioso, enquanto disciplina escolar, temos envolvidos interesses que ultrapassam o campo educacional. Não são apenas intelectuais e educadores que entram nas discussões acerca dos conteúdos e temática que compõem as aulas, “as categorias pelas quais vemos e construímos hoje o currículo educacional são resultados de um lento processo de fabricação social no qual estiveram presentes conflitos, rupturas e ambiguidades” (GOODSON, 2008, p. 11). Assim, definimos como objetivos específicos: **identificar os atores envolvidos na construção da disciplina escolar Ensino Religioso nas escolas públicas municipais de Curitiba; investigar os movimentos políticos, religiosos e educacionais envolvidos nesse processo; elencar os materiais de apoio ao professor, produzidos pela ASSINTEC nesse período; e, verificar a permanência do Ensino Religioso escolar na legislação.**

Nosso objeto de pesquisa se concentra no Ensino Religioso enquanto disciplina escolar na Rede Municipal de Educação de Curitiba e na ASSINTEC, associação da qual advém parte significativa das fontes de pesquisa utilizadas¹⁰. Essa associação também teve uma importante participação política no processo conhecido como Constituinte, lutando para que se mantivesse o Ensino Religioso no texto constitucional e, também, apresentava uma proposta de “Educação Religiosa”¹¹, trazendo o Cristianismo não só em uma disciplina específica, mas permeando as ações da escola como um todo.

No contexto da elaboração da Constituição de 1988 a ASSINTEC (Associação Interconfessional de Educação de Curitiba), o CIER (Conselho de Igrejas para a Educação Religiosa de Santa Catarina) e IRPAMAT (Instituto Regional de Pastoral do Mato Grosso) e o setor de educação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), através da atuação do Grupo de Reflexão sobre o Ensino Religioso (GRERE) mantiveram-se como grupos organizados para representar os coordenadores estaduais de ensino religioso de todo o país, justificar e apresentar a emenda que visava a normatização da educação religiosa no texto constitucional a ser encaminhada à Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte. (LUI, 2006, p. 132)

Assim, a Constituição Federal de 1988 traz no artigo 210 a “oferta obrigatória e matrícula facultativa” (BRASIL, 1988), reafirmando o descrito na Lei 5692/71 a partir de um movimento popular encabeçado por grupos como a ASSINTEC. É

¹⁰Todos os materiais didáticos, paradidáticos e subsídios teórico-metodológicos utilizados pelos professores de Ensino Religioso das escolas públicas de Curitiba, encontrados nos levantamentos documentais que realizamos para esta dissertação, eram produzidos e distribuídos pela ASSINTEC.

¹¹Termo que discutiremos no terceiro capítulo.

importante ressaltarmos que observar o Ensino Religioso escolar apenas pela legislação, sem levar em conta as especificidades locais, traria uma análise rasa da complexidade desta disciplina, pois cada Estado e Município interpretou a legislação nacional à luz da sua realidade e contexto social.

A ASSINTEC, constituída a partir do Movimento Ecumênico de Curitiba, construiu, em parceria com a Prefeitura Municipal de Curitiba e o Estado do Paraná, as bases para um Ensino Religioso “Interconfessional”. Tendo em vista as definições de Estado Laico e as intensas discussões acerca da laicidade da Educação Pública, a presença de uma disciplina escolar intitulada Ensino Religioso na legislação suscita algumas dúvidas como: Qual o conceito de laicidade adotado pelo Estado Brasileiro? Em que sentido o termo laicidade interfere na construção de uma disciplina como o Ensino Religioso?

Koselleck chama a atenção para a importância da análise linguística e semântica na investigação das variadas dimensões do mundo social em diferentes épocas. Segundo o autor, o estudo dos conceitos e da variação dos seus significados ao longo do tempo é uma condição básica para o conhecimento histórico. (KIRSCHNER, 2007, p.49)

A origem do termo **laicismo** ou *laicidade* vem da expressão grega *laos/laikos*, que tem como significado *povo no sentido lato*, ou seja, *universal*. Um Estado Laico, assim, seria aquele em que não há nenhum tipo de distinção entre as pessoas. Seja por diferenças religiosas ou culturais, todos são iguais, essa modalidade de governo também prevê que não haverá nenhum tipo de interferência do Estado sobre as religiões e vice-versa. Mesmo analisando de maneira bastante superficial o termo laicidade, podemos observar que para além do sentido semântico, o conceito de Estado Laico está ligado à experiência de cada grupo ou indivíduo dentro do seu tempo e espaço. De acordo com Koselleck (2003, p. 41)

Há tempos históricos que ultrapassam a experiência de indivíduos e gerações. Neste caso se trata de estratos de experiência que estavam disponíveis antes das gerações contemporâneas e que seguirão atuando muito provavelmente depois das gerações contemporâneas.

Ao buscar documentos que tratassem da ideia de laicidade, desde a publicação do Decreto 119-A¹² em 1890, até o período em que se encontra o recorte

¹² O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil, constituído pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, DECRETA:

temporal desta dissertação, percebemos que diferentes grupos sociais atribuíram diferentes significados aos termos **laico** e **laicidade**. Enquanto alguns grupos compreendiam que os princípios de laicidade garantiam a liberdade de crença, outros viam no Estado um inimigo da fé. No campo educacional não foi diferente, grupos religiosos mais conservadores viam na proposta de escola laica uma forma de **retirar Deus** da escola e, a longo prazo, da sociedade. Ao analisarmos o posicionamento destes grupos foi necessário refletir também sobre as expectativas que cada um desenvolveu a respeito do termo e da própria educação.

A observação do posicionamento de diferentes grupos, no que diz respeito ao Ensino Religioso, se deu através do recolhimento e análise de diferentes fontes entre as quais elencamos: a legislação vigente no período, os currículos, normativas e orientações educacionais do Município de Curitiba e Estado do Paraná, jornais e periódicos, materiais elaborados pela ASSINTEC, cartas, relatórios e atas das reuniões realizadas pela ASSINTEC e pelos órgãos responsáveis pela educação pública de Curitiba. Intensas e extensas foram nossas buscas pelas fontes necessárias à escrita desta dissertação, as quais vieram de diferentes lugares:

- Divisão de Documentação Paranaense (DDP), setor da Biblioteca Pública do Paraná (BPP);
- Arquivo da Associação Inter-religiosa de Educação de Curitiba (ASSINTEC);
- Arquivo Geral da Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC);

Art. 1º E' prohibido á autoridade federal, assim como á dos Estados federados, expedir leis, regulamentos, ou actos administrativos, estabelecendo alguma religião, ou vedando-a, e crear differenças entre os habitantes do paiz, ou nos serviços sustentados á custa do orçamento, por motivo de crenças, ou opiniões philosophicas ou religiosas.

Art. 2º a todas as confissões religiosas pertence por igual a faculdade de exercerem o seu culto, regerem-se segundo a sua fé e não serem contrariadas nos actos particulares ou publicos, que interessem o exercicio deste decreto.

Art. 3º A liberdade aqui instituida abrange não só os individuos nos actos individuaes, sinão tabem as igrejas, associações e institutos em que se acharem agremiados; cabendo a todos o pleno direito de se constituirem e viverem collectivamente, segundo o seu credo e a sua disciplina, sem intervenção do poder publico.

Art. 4º Fica extincto o padroado com todas as suas instituições, recursos e prerogativas.

Art. 5º A todas as igrejas e confissões religiosas se reconhece a personalidade juridica, para adquirirem bens e os administrarem, sob os limites postos pelas leis concernentes á propriedade de mão-morta, mantendo-se a cada uma o dominio de seus haveres actuaes, bem como dos seus edificios de culto.

Art. 6º O Governo Federal continúa a prover á congrua, sustentação dos actuaes serventuarios do culto catholico e subvencionará por anno as cadeiras dos seminarios; ficando livre a cada Estado o arbitrio de manter os futuros ministros desse ou de outro culto, sem contravenção do disposto nos artigos antecedentes.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 7 de janeiro de 1890, 2º da Republica. (BRASIL, 1890)

- Arquivo Geral da Secretaria Municipal de Educação de Curitiba (SME);
- Biblioteca do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC);
- Casa da Memória de Curitiba;

Para a análise foi necessário “situar as fontes como feixes de relação, com o resultado de conflitos e de negociações que tornam visíveis ou invisíveis certas questões, acontecimentos ou formas de pensar” (VIEIRA, 2007, p. 14). Assim, ao trabalharmos com a legislação seguimos o disposto por Faria Filho (1998) em seu artigo intitulado **A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação**. No texto, Faria Filho elenca “as várias dimensões da lei”, observar a legislação referente ao Ensino Religioso sob esta perspectiva nos permitiu aprofundar a análise e compreender diversos aspectos da prática pedagógica. A primeira dimensão é: “a lei como ordenamento jurídico” (FARIA FILHO, 1998, p. 100) que nos permite ver que esta legislação, “além de se dar conta de uma tradição e de suas relações com outras tradições e costumes, entender uma certa lógica em funcionamento” (1998, p. 101), levando em consideração os aspectos sociais envolvidos no processo de escrita.

A segunda dimensão apresentada por Faria Filho é “a lei como linguagem” (1998, p. 102), neste sentido o autor nos traz a importância de analisar o discurso legislativo a partir da linguagem utilizada em sua construção. Apontando que uma das direções a se seguir é “analisar os elementos retóricos presentes na linguagem legislativa” (1998, p. 103), para isso se fez necessário observar as diferenças entre a linguagem da lei e a percepção da mesma pelos educadores e pela população em geral. Para esta análise utilizamos também o discurso jornalístico, presente em diferentes matérias publicadas em jornais locais. A linguagem desta modalidade textual se aproxima mais da utilizada pela população e, de acordo com Capelato (1994, p.17) “o jornal, registra, comenta e participa da história”.

Na terceira, Faria Filho nos chama a atenção para a “lei como prática social” (1998, p. 105), “em seus diversos movimentos, lugar de expressão e construção de conflitos e lutas sociais” (1998, p. 110). Esta dimensão, no caso da legislação referente ao Ensino Religioso como disciplina escolar pois, o autor nos mostra que “setores sociais interessados na questão, tem aí uma participação ativa. Eles utilizam diversos meios para fazer valer seus interesses ou para serem ouvidos” (1998, p. 107). Observar as leis em conjunto com a documentação da ASSINTEC

nos trouxe um panorama interessante no que diz respeito a atuação de diferentes setores sociais, neste caso as religiões cristãs, quanto à legislação e a educação pública.

Na quarta dimensão, “a lei como prática ordenadora das relações sociais” (FARIA FILHO, 1998, p. 111) nos permitiu analisar as legislações ligadas ao Ensino Religioso sob a ótica da relação entre os sujeitos partícipes desse momento histórico, seja na construção da legislação ou nas práticas pedagógicas e sociais. E, por fim, “a lei como campo de expressão e construção das relações sociais” (1998, p. 113) na análise “dinâmica das relações sociais” (1998, p. 113) que essa legislação acarreta, seus usos, representações e significados para os diferentes agentes envolvidos.

Essa análise da legislação, com foco na disciplina escolar Ensino Religioso, nos levou a questões fundamentadas na própria ideia de disciplina escolar. Foi necessário pensar o Ensino Religioso, sua inserção, manutenção e permanência na grade curricular das escolas pública. Percebemos que, ao longo da História da Educação, muitos educadores, políticos, líderes religiosos, entre outros agentes sociais, discutiram o que deve ou não ser ensinado nas escolas. Muito se discutiu, e se discute, sobre os conteúdos dispostos nos currículos e nos materiais didáticos, mas pouco se fala sobre como as disciplinas escolares se constituíram e quais foram os processos e transformações ao longo da História. As disciplinas escolares apesar de, por muitas vezes, se apresentarem sob um mesmo título, como é o caso do Ensino Religioso, sofreram intensas transformações. Por isso, é importante salientar que,

(...) as disciplinas escolares não deveriam ser vistas como reflexos das formas básicas do conhecimento dadas para sempre, como os filósofos da educação haviam proposto. Mas o que atualmente passa por história, geografia, física, inglês, etc., deve ser tratado como um produto sócio-histórico como o resultado de conflitos passados entre grupos adversários que buscam tais matérias de formas diferentes. (HAMMERSLEY e HARGREAVES, 1983, p. 5-6)

Sob essa perspectiva da História das Disciplinas e do Currículo Escolar, bem como, o que envolve suas definições e desenvolvimento, percebemos que as disciplinas não são objetos estanques e definitivos, são frutos de processos históricos e sociais correspondentes ao seu tempo e espaço. Analisar uma disciplina escolar pela forma como ela se apresenta na contemporaneidade, sem observar os processos de construção e transformação, ou ainda apenas pelo que está descrito

na legislação, nos dá uma visão superficial dela. Por isso, foi necessário buscarmos, na História das Disciplinas Escolares, bases para o desenvolvimento da pesquisa. Ao serem questionados sobre *o que são* as disciplinas escolares, Goodson e Doebiggin responderam trazendo que elas “não são entidades monolíticas, senão amálgamas sujeitos a mudanças de subgrupos (adversários) e tradições, que através da controvérsia e do compromisso influem na direção dessa mudança” (2003, p. 87).

No decorrer da pesquisa foi necessário ter em mente que o conceito de disciplina escolar, como conteúdos a serem ensinados, é recente. Segundo Chervel (1990), este termo só aparece nas primeiras décadas do século XX, antes usado apenas para se referir a questões comportamentais. Foi somente após a 1ª Guerra Mundial que o termo disciplina passou a designar matérias de ensino, se tornando próprio do ambiente escolar. De acordo com Chervel (1990), o termo não perdeu totalmente o seu vínculo com as definições do século XIX, uma vez que ainda pressupõe um comportamento ou exercício intelectual, porém passa a ser acompanhado de métodos e normas a fim de desenvolver o pensamento, o conhecimento e a arte.

Para Côrrea, as disciplinas escolares compõem “campo de conhecimento com finalidades, conteúdos e modos de fazer específicos e que variam no tempo segundo interesses sociais e de grupos, explícitos em programas e currículos escolares” (2011, s/p). Em Menegazzo, vemos que as disciplinas escolares são “produto e processo que impõem significado às práticas humanas” (2001 s/p). Ou seja, não compõem uma vulgarização ou redução das ciências de referência, mas se constituem a partir da cultura escolar.

De acordo com Viñao Frago, cultura é um “mundo humanamente construído, mundo das instituições e dos signos no qual, desde a origem, se banha o indivíduo humano, tão-somente por ser humano, e que constitui como que sua segunda matriz” (1998, p. 168), ao analisar a ideia de cultura sob a ótica da educação, encontramos em Julia que

(...) poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização) (2001, p. 10)

Assim, tendo em vista que a cultura escolar se articula a partir da possibilidade da constituição de uma instituição (FARIA FILHO, 1999) associada à ideia de progresso e a projetos políticos (JULIA, 2001) para estudar a História do Ensino Religioso como Disciplina Escolar, observamos a necessidade de compreender a cultura escolar como um processo e um produto das práticas escolares.

Para isso, utilizaremos as questões propostas por Chervel (1990) adaptadas ao recorte temporal e geográfico estabelecidos para essa dissertação: Qual a concepção de conhecimento da sociedade curitibana entre as décadas de 1970 e 1980? E concepção de diferenças sociais? Quem eram as crianças que precisavam ser educadas? Quem era o professor? Quem eram esses professores que iriam lecionar o Ensino Religioso? Quais os instrumentos utilizados por este professor? Como ele os usava? Quem era incluído e quem era excluído dessas práticas educativas? É possível que não possamos responder a todos estes questionamentos a partir das fontes elencadas para este trabalho. No entanto, eles serviram como base para a condução da pesquisa.

Percebemos, assim que para compreender a construção do Ensino Religioso, enquanto disciplina da escola pública, vai muito além do recolhimento de dados do governo e dos textos legislativos, foi necessário buscar outras instituições envolvidas no processo pois “o currículo prescrito e o interesse dos grupos dominantes estão imbricados em uma parceria histórica poderosa que estrutura essencialmente o currículo” (GOODSON, 2007, p. 241). A partir de 1970, Estados e Municípios passaram a demonstrar uma certa preocupação em colocar o Ensino Religioso nos currículos escolares. Pois, apesar de constar na Lei 5692/71, essa disciplina escolar era alvo de intensos debates e polêmicas nas mais diversas camadas sociais. No caso de Curitiba, essa preocupação levou a Prefeitura Municipal a assinar um acordo de cooperação técnica com a ASSINTEC, uma instituição especializada na disciplina.

Assim, para além das fontes legislativas, fizemos o levantamento de alguns materiais e documentos que nortearam as práticas pedagógicas do Ensino Religioso nas escolas públicas municipais de Curitiba entre as décadas de 1970 e 1980. Para isso se fez necessário que abrissemos um canal de diálogo com a atual equipe pedagógica da ASSINTEC, que nos atendeu prontamente disponibilizando: atas de reuniões, planejamento de cursos e dos programas de rádio, fotografias de cursos,

encontros e reuniões, materiais didáticos e paradidáticos, além de um número considerável de boletins informativos que eram utilizados como subsídios pedagógicos. Essa diversidade de fontes nos permitiu, à luz do que foi publicado por Marc Bloch (2001) observar estes “testemunhos da história” em suas mais variadas apresentações. Não analisaremos esses documentos sob a divisão proposta por Bloch (2001), em que são classificados como voluntários, destinados à opinião pública e involuntários, produzidos de forma inconsciente. Acreditamos que, por se tratar de uma associação ligada à educação pública, os materiais a nós disponibilizados tiveram uma intencionalidade consciente ao serem produzidos e guardados nos arquivos na ASSINTEC. Optamos por utilizar os documentos produzidos pela associação por sua variedade e proximidade que estes tinham da sala de aula e das práticas dos professores. Tais documentos também aproximam a pesquisa das questões suscitadas por Chervel e Goodson ao tratar da História das Disciplinas e do Currículo Escolar.

Assim, seguiremos o **método crítico**, de Marc Bloch (2001), levando em consideração a intencionalidade dos locutores e daqueles a que se destinavam tais materiais. Ao longo do texto nos deparamos com a “dificuldade de passar da pesquisa para a escrita” (PROST, 2017, p. 237), o que nos levou a buscar em Prost (2017) e Bloch (2001) caminhos para definir nossa produção. Em um olhar mais próximo do objeto de estudo, aqui o Ensino Religioso enquanto disciplina escolar, com o cuidado para não deixar que nossas bases ideológicas interferissem no processo de escrita. Uma vez que optamos por um objeto que compõe um passado recente. Assim, compreendemos que “da investigação sobre o remoto à investigação sobre o passado muito recente, a diferença é, uma vez mais, apenas de grau. Ela não atinge o fundo dos métodos” (BLOCH, 2001, p. 75).

Após elencarmos as legislações e demais documentos que serviriam como fonte para a pesquisa, realizamos buscas em bancos de teses e dissertações¹³, utilizando como palavras-chave na busca: ensino religioso, aula de religião, educação religiosa e escola laica, encontramos vários textos, porém poucos foram

¹³Entre os bancos de teses e dissertações pesquisados, encontramos alguns resultados em: “Catálogo de Teses e Dissertações - Capes”, “Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações”, “Biblioteca Digital – USP”, “SISBI – UFU”, “Biblioteca Digital – FGV”, “Biblioteca Central – UB”, “Repositório Institucional – UFSC” e “Biblioteca Digital: Teses e Dissertações – UFPR”.

os trabalhos da área da História da Educação. As publicações¹⁴ se dividiam entre as áreas de: Ciências da Religião¹⁵, Teologia¹⁶, Direito¹⁷, Antropologia¹⁸, Ciência Política¹⁹, Sociologia²⁰ e Educação²¹, sendo esta última, com produções voltadas a políticas públicas, currículo e formação de professores. Na maioria dos trabalhos, quando se trata do Ensino Religioso escolar, há um breve histórico da disciplina no Brasil e algumas citações referentes à legislação.

Entre as obras publicadas a respeito do Ensino Religioso como Disciplina Escolar, elencamos os autores que contribuíram para a pesquisa: Carlos Roberto Jamil Cury (1993, 2004), que discorre sobre a trajetória do Ensino Religioso e a relação polêmica entre a Igreja e a Educação no Brasil. Sérgio Junqueira²² (2005, 2006, 2007, 2008, 2014, 2015), que dedicou diversas publicações à construção do Ensino Religioso sob uma perspectiva histórica. Luiz Antonio Cunha (2013), no que diz respeito à manutenção e permanência do Ensino Religioso e sua relação com o Estado Laico.

A escrita desta dissertação se encontra dividida em três capítulos. Tal divisão não foi realizada a partir de uma questão cronológica ou temática, mas com

¹⁴Citamos aqui, nas notas de rodapé, apenas aquelas que foram lidas na íntegra e tiveram contribuições significativas, direta ou indiretamente, na pesquisa.

¹⁵ Rosilene Avelino Alves - A história do ensino religioso no estado da Paraíba, mudanças e implicações: 1984-2004 – 2012 (Mestrado).

¹⁶Genaceia da Silva Alberton - Laicidade na relação Igreja-Estado e o acordo Brasil Santa Sé – 2012 (Mestrado). Girleine de Melo Andrade - Ensino religioso, representações sociais e formação docente: implicações sobre o processo de atuação do professor de ensino religioso – 2012 (Mestrado)

¹⁷Dilson Cavalcanti Batista Neto - Reflexão ética do discurso jurídico da laicidade: limites e perspectiva – 2012 (Mestrado)

¹⁸Renan B. dos Santos - Religião é Igual, Religião é Diferente: Reflexões a partir do ensino religioso em escolas públicas de Porto Alegre – 2013 (mestrado)

¹⁹Carlos Eduardo Oliva - Entre a Cruz e o Plenário: os Projetos de Lei da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro em torno do ensino religioso nas escolas públicas fluminenses (1999-2007) – 2014 (Mestrado)

²⁰Vitor Hugo Rinaldi Guidotti - Dissimulação intolerante: o espectro religioso e suas implicações para uma educação em direitos humanos em diferentes escolas de Amambai – 2016.

²¹Gabriela Abuhab Valente - A Presença Oculta Da Religiosidade Na Prática Docente – 2015 (Mestrado). Vania Claudia Fernandes - (As) Simetria Nos Sistemas Públicos De Ensino Fundamental Em Duque De Caxias (Rj): A Religião No Currículo – 2014 (Doutorado). Allan Do Carmo Silva - Laicidade Versus Confessionalismo Na Escola Pública: Um Estudo Em Nova Iguaçu (Rj) – 2013 (Mestrado). José Luis Derisso - O Relativismo Do Pensamento Pós-Moderno Como Legitimação Para O Ensino Religioso Na Escola Pública Brasileira – 2012 (Doutorado). Meiri Cristina Falconi Malvezzi - Regulamentação Do Ensino Religioso Na Escola Pública: A Experiência Do Paraná Entre 1990-2011 – 2012 (Mestrado). Helena Passos Wichert - Helena Passos Wichert - Bases Teóricas Para Diretrizes Curriculares Da Educação Religiosa Na Pré-Escola, Um Enfoque De Educação Integrada Ecumênica Destina À Escola Pública – 1982 (Mestrado)

²²Sérgio Junqueira é fundador do Grupo de Pesquisa em Ensino Religioso (GPER) e do Instituto de Pesquisa e Formação em Ensino Religioso (IPFER).

base nas fontes e nas discussões levantadas ao longo da pesquisa. Para o primeiro capítulo traçaremos o contexto histórico da oficialização do Ensino Religioso na Rede Municipal de Ensino de Curitiba, a legislação vigente no período e a fundação da ASSINTEC. Nesse capítulo será necessário realizarmos algumas discussões contrapondo documentos da associação, legislação e notas de jornais do período, buscando nesses discursos os caminhos que foram percorridos e as intencionalidades dos atores envolvidos nos processos que trouxeram o Ensino Religioso, previsto em lei, para as salas de aula das escolas curitibanas.

O segundo capítulo tratará das práticas de sala de aula orientadas pela legislação e pela ASSINTEC, as aulas via rádio e materiais didáticos disponibilizados. Nele buscaremos indícios da participação das famílias e dos professores nesse processo de implantação do Ensino Religioso interconfessional e suas implicações no Estado Laico. E, por fim, o capítulo três trará algumas reflexões acerca do que foi colocado nos materiais produzidos pela ASSINTEC, como subsídio teórico metodológico e como a missão dos professores, em especial os de Ensino Religioso, e a participação política da ASSINTEC no que diz respeito à manutenção da disciplina nas escolas e na legislação.

Com essa análise não pretendemos esgotar as possibilidades geradas pelo tema, nem tampouco as leituras que englobam o estudo da História das Disciplinas e do Currículo Escolar. Queremos lançar novos olhares sobre essa disciplina escolar controversa e polêmica, abrindo campo para possíveis reflexões acerca das práticas pedagógicas e das políticas que incidiram sobre a construção e consolidação do Ensino Religioso nas escolas públicas.

1 A ESCOLA É A CASA DO POVO²³

A escola é a casa do povo, não em um sentido qualquer da simples retórica, mas no sentido realíssimo de reguladora social, destinada a oferecer a todas as crianças e a cada criança oportunidades de conforto, de direção, de estudos, de sociabilidade e de preparo para a vida, que oferecem a criança afortunada a casa e os recursos dos pais. Se a ideia democrática tem qualquer valor, havemos de perceber que seu sentido mais profundo e generoso consiste em proporcionar a todos os homens que nascem no solo livre do Brasil iguais oportunidades de triunfo e êxito na vida. (TEIXEIRA, 1997, p. 180, grifo no original)

Tendo em vista as condições educacionais em que se encontrava o país, não somente nas questões ligadas a religião, mas de estrutura, organização, entre outros, diversos intelectuais se reuniram com o propósito de pensar a reestruturação do Brasil a partir da educação. Em 1928 foi criada a Associação Brasileira de Educação (ABE) com a finalidade de organizar estudos sobre a realidade educacional do país. No entanto, é importante salientarmos que, a partir do início da década de 1930 tínhamos como Ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos²⁴. O ministro se mostrava bastante sensível às questões da Igreja Católica e buscava, sempre que possível, atender as suas buscas por mais espaço político no campo educacional. Segundo Schwartzman, Bomeny e Costa (2000, p. 79) essa aproximação entre Campos e a Igreja “(...) tinha como principal meta a unificação da força moral da Igreja com a força física dos militares (...)”. Assim, mesmo com a laicidade do Estado instaurada no campo da legislação, na prática ainda tínhamos fortes influências religiosas.

Saviani (2010, p. 389) salienta que um grupo de reformistas redigiu um documento denominado **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**, em 1932. Esse grupo de intelectuais, que fazia parte da ABE e agora formava o Movimento pela Escola Nova (MEN)²⁵, buscava “a renovação educacional no início da Segunda República estava alicerçada nas teorias psicológicas de Lourenço Filho, na

²³O título deste capítulo, parte de sua epígrafe, compõe um texto escrito por Anísio Teixeira em 1935, porém as fontes a que tivemos acesso foram publicadas em 1997.

²⁴Responsável por diversas mudanças no campo educacional como: decreto n. 19.850/31, que criou o Conselho Nacional da Educação; decreto 19.851/31, que dispõe sobre a organização do Ensino Superior e institui o Estatuto das Universidade; decreto n. 19.890/31, organizando o Ensino Secundário; entre outros.

²⁵Será utilizada nessa investigação a expressão Movimento pela Escola Nova, pois, como aponta Vieira (2001), expressões como Escola Ativa, Pensamento Escolanovista ou Pioneiros da Educação Nova não representam a pluralidade de ideias e concepções do movimento, além de prejudicar a compreensão histórica do mesmo. O autor nos alerta que mesmo a expressão Movimento pela Escola Nova também não está isenta de ambiguidades e riscos de generalização.

contribuição sociológica de Fernando de Azevedo e no pensamento filosófico e político de Anísio Teixeira” (SANDER, 2007, p.28). Influenciados pela pedagogia de John Dewey²⁶, esses educadores reivindicavam a criação de uma Lei de Diretrizes e Bases²⁷ para a Educação Nacional.

O MEN lutava, desde o Manifesto de 1932, em favor da sistematização e da unificação do sistema educacional brasileiro. Em defesa de uma escola para todos cuja função social estivesse bem definida “(...) alargando sua finalidade para além dos limites das classes (...)” (MANIFESTO, 1932). Nesse período a maioria das escolas estava vinculada à Igreja Católica, assim a Igreja reagiu de forma contrária à proposta de um sistema educacional público gerenciado exclusivamente pelo Estado. De acordo com Bomeny (1999), a polarização criada entre católicos e educadores do MEN teria sido o grande obstáculo para a instauração desse grupo de defensores da educação pública.

Além da universalização da educação, o Manifesto trazia uma preocupação com a forma como essa educação chegaria até as crianças. Pensando numa perspectiva da influência da religião no processo educativo, os integrantes do MEN ponderavam que

A laicidade, que coloca o ambiente escolar acima de crenças e disputas religiosas, alheio a todo dogmatismo sectário, subtrai o educando, respeitando-lhe a integridade da personalidade em formação, à pressão perturbadora da escola quando utilizada como instrumento de propaganda de seitas e doutrinas. (MANIFESTO, 1932)

No entanto, durante este período, parte considerável das escolas era mantida pela Igreja Católica, que via com desconfiança essa proposta de uma educação pública e laica. Com o intuito de orientar a população sobre os perigos da escola pública, a Igreja passou a se mobilizar para que a população não aceitasse as reformas propostas. Num trecho do periódico “A palavra²⁸” o posicionamento contrário à implantação de uma escola pública e laica foi bastante enfático ao afirmar que

²⁶A principal influência de John Dewey no MEN se deu através de Anísio Teixeira, o qual estudou com Dewey durante sua passagem pelos Estados Unidos da América.

²⁷A Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional foi colocada na Constituição Federal de 1934, influenciada pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932. A Constituição decretava, além da criação da LDB o Plano Nacional da Educação (PNE). Porém, a primeira LDB foi promulgada apenas em 1961 após muita pressão por parte dos educadores e intelectuais brasileiros.

²⁸ Publicação destinada à comunidade católica.

Abri escolas e fechareis prisões – exclamaram em prosa e verso os progressistas do século XIX – o século das luzes. Nunca houve doutrina mais desmentida pelos factos! Multiplicaram as escolas e foi necessário alargar as cadeias. (...) Implantada a escola leiga no terreno do natural pendor do homem para o mal, não se pode conservar ela indiferente e neutra como se anunciava: era de ser o instrumento apropriado para a destruição de toda crença religiosa, nem outro é o seu objetivo, nem o negam seus preconizados. (A PALAVRA, 13/01/1935, citado por LEON, 2012, p. 131)

Para algumas alas mais conservadoras da Igreja Católica, a proposta dessa Educação Nova ultrapassava as questões sociais e representava uma ameaça à família e aos princípios cristãos, uma vez que pregava a laicidade da escola. A meta dos educadores ligados ao MEN era a total democratização do ensino, oportunizando iguais condições para meninos e meninas independente de sua classe social, origem étnica e/ou cultural. Por isso eram necessárias medidas que fossem além do âmbito educacional. Envolviam transformação política com o intuito de criar uma nova sociedade, partindo de uma população mais instruída e crítica.

Percebemos ao estudar a história da Rede Municipal de Ensino de Curitiba a necessidade de, mesmo que brevemente, nos atentarmos a essas propostas do MEN e as discussões envolvendo a Igreja Católica. Segundo Curitiba está correto, mas estranho (2007, p.18) em “meados de [19]60, os princípios pedagógicos mais influentes no Brasil ligavam-se à chamada Escola Nova” dessa forma se opunham “a um ensino mais tradicional”. O Município de Curitiba, numa busca por colocar-se na vanguarda dos processos educativos, buscava também nesses ideais as fontes para a elaboração de seus planos e projetos de ensino.

No anseio por uma racionalização da cultura e da educação, vemos entre as décadas de 1930 e 1950 uma batalha político-ideológica traçada por intelectuais e católicos proeminentes na esfera pública. Assim, em 1959 o MEN lança um novo documento “Mais uma vez convocados” os educadores e intelectuais se reúnem para exigir do governo, transformações na educação pública,

Resgatando explicitamente o Manifesto de 32, no que diz respeito ao princípio da organização da educação sob os auspícios do Estado, o texto posiciona-se contra o centralismo e a favor da doutrina federativa. Lembra que unidade não significa uniformidade, orientação acolhida na Constituição de 1934, suprimida na Carta outorgada de 1937 e restabelecida pela Constituição de 1946, também responsável pelo dispositivo para que se fixassem as diretrizes e bases da educação nacional, dando origem ao projeto de lei inicial, de autoria de Clemente Mariani. (SANFELICE, 2007, s/p)

De acordo com Romanelli,

(...) deixava um pouco de lado a preocupação de afirmar os princípios da Escola Nova, para, acima de tudo, tratar do aspecto social da educação, dos deveres do Estado Democrático e da imperiosa necessidade de não só cuidar o Estado da sobrevivência da escola pública, como também de efetivamente assegurá-la a todos. (1987, p. 179)

A sociedade, pela qual ansiavam os educadores do MEN de 1932, não havia se construído ao longo desses 27 anos. O Brasil passou por inúmeras transformações no campo político, porém no campo da educação pública isso não parecia ser o suficiente. Florestan Fernandes, um dos signatários do Manifesto de 1959, coloca que a ideia do MEN era trazer ao Brasil ideias e discussões dos países mais desenvolvidos, no entanto

Tudo se passa como se o Brasil retrocedesse quase dois séculos, em relação à história contemporânea daqueles países, e, como se fossemos forçados a defender, com unhas e dentes, os valores da Revolução Francesa! É uma situação que seria cômica, não fossem as conseqüências graves que dela poderão advir. (FERNANDES, 1966, p. 427)

No início da década de 1960, a Igreja Católica vinha tecendo grandes críticas a Anísio Teixeira, considerado um dos responsáveis pelos Manifestos do MEN, e os ideais da Escola Nova. Porém, também vinha demonstrando certa vocação para os assuntos das ciências e da filosofia, numa tentativa de manter-se atuante não só nas questões políticas, mas também inserido no contexto intelectual.

Em meio a essas articulações políticas, pelo que observamos, os textos legislativos procuravam um consenso entre o Estado Laico e os anseios religiosos. Assim, promoviam a manutenção de um Ensino Religioso de oferta obrigatória, agradando os católicos, inclusive sinalizando, em alguns momentos, que os professores deveriam ser indicados pela comunidade religiosa. E, a fim de amenizar os ânimos daqueles que buscavam a secularização da educação pública, mantinham a frequência dos estudantes como facultativa nas aulas da disciplina.

O quadro 1 traça um breve panorama das legislações federais que regiam o Ensino Religioso nas escolas públicas de todo o país. Em vista do que foi descrito no Decreto 19.941/31, as demais leis apresentaram um texto mais sucinto abrindo maiores possibilidades de interpretação para os Estados e Municípios. No entanto, para além da legislação, vimos também um certo enfraquecimento e/ou silenciamento dos grupos que questionavam as decisões governamentais durante as

décadas de 1960 e 1980, período em que nosso recorte temporal está inserido e, também o momento em que o Brasil passava por uma ditadura civil-militar²⁹.

QUADRO 1 – ENSINO RELIGIOSO NA LEGISLAÇÃO DA REPÚBLICA (1931-1988)

ANO	LEI	TEXTO
1931	Decreto 19.941/31	<p>Art. 1º Fica facultado, nos estabelecimentos de instrução primária, secundária e normal, o ensino da religião.</p> <p>Art. 2º Da assistência às aulas de religião haverá dispensa para os alunos cujos pais ou tutores, no ato da matrícula, a requererem.</p> <p>Art. 3º Para que o ensino religioso seja ministrado nos estabelecimentos oficiais de ensino é necessário que um grupo de, pelo menos, vinte alunos se proponha a recebê-lo.</p> <p>Art. 4º A organização dos programas do ensino religioso e a escolha dos livros de texto ficam a cargo dos ministros do respectivo culto, cujas comunicações, a este respeito, serão transmitidas às autoridades escolares interessadas.</p> <p>Art. 5º A inspeção e vigilância do ensino religioso pertencem ao Estado, no que respeita a disciplina escolar, e às autoridades religiosas, no que se refere à doutrina e à moral dos professores.</p> <p>Art. 6º Os professores de instrução religiosa serão designados pelas autoridades do culto a que se referir o ensino ministrado.</p> <p>Art. 7º Os horários escolares deverão ser organizados de modo que permitam os alunos o cumprimento exato de seus deveres religiosos.</p> <p>Art. 8º A instrução religiosa deverá ser ministrada de maneira a não prejudicar o horário das aulas das demais matérias do curso.</p> <p>Art. 9º Não é permitido aos professores de outras disciplinas impugnar os ensinamentos religiosos ou, de qualquer outro modo, ofender os direitos de consciência dos alunos que lhes são confiados.</p> <p>Art. 10. Qualquer dúvida que possa surgir a respeito da interpretação deste decreto deverá ser resolvida de comum acordo entre as autoridades civis e religiosas, a fim de dar à consciência da família todas as garantias de autenticidade e segurança do ensino religioso ministrado nas escolas oficiais.</p> <p>Art. 11. O Governo poderá, por simples aviso do Ministério da Educação e Saúde Pública, suspender o ensino religioso nos estabelecimentos oficiais de instrução quando assim o exigirem os interesses da ordem pública e a disciplina escolar.</p>
1934	Constituição Federal	Art 153- O ensino religioso será de frequência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais.
1946	Constituição Federal	Art. 168 - O ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável.

²⁹Utilizaremos, nesta dissertação, a terminologia civil-militar, em acordo com a análise de Daniel Aarão Reis Filho (2014). Segundo o autor, o regime instituído em 1964 estava embasado em uma concordância entre militares e setores da sociedade civil. Não apenas nos eventos que deram início ao regime, mas também durante a vigência do mesmo. Assim, considerar o período apenas como “ditadura militar”, não levaria em conta a participação destes setores.

ANO	LEI	TEXTO
1961	LDB 4024/61	Art. 97 - O ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa, e será ministrado sem ônus para os poderes públicos, de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável. § 1º A formação de classe para o ensino religioso independe de número mínimo de alunos. § 2º O registro dos professores de ensino religioso será realizado perante a autoridade religiosa respectiva.
1967	Constituição Federal	Art. 176 - O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas oficiais de grau primário e médio.
1969	Constituição Federal	Art. 176 - O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas oficiais de grau primário e médio.
1971	Lei 5692 / 71	Art. 7º - Art. 7º Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus, observado quanto à primeira o disposto no Decreto-Lei n. 369, de 12 de setembro de 1969. Parágrafo único. O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais dos estabelecimentos oficiais de 1º e 2º graus
1988	Constituição Federal	Art. 210 - O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir das legislações pesquisadas.

No quadro 1, é possível perceber que, mesmo que o texto legislativo tenha sofrido algumas alterações, o Ensino Religioso como disciplina escolar foi uma constante durante todo o período. Apresentando a facultatividade como uma forma de não ferir o princípio da laicidade e, de certa forma, agradar a parte da população que não concordava com a ideia de matricular seus filhos em uma disciplina que tivesse como foco a religiosidade. No entanto, é possível perceber que em determinados períodos a legislação trazia o Ensino Religioso em diferentes estágios da educação e, também determinava que seriam os responsáveis por ministrar as aulas.

1.1 TUDO COMEÇOU COM A CAMPANHA DE PREFEITO

Tudo começou com a campanha de prefeito. Era uma campanha tipo voto distrital... uma campanha de casa em casa, de rua em rua, e eu ouvi do povo os seus problemas, as suas angústias, e eu procurei transformar essas angústias, essas esperanças, em um plano de urbanismo integrado. (...) fomos debater com o povo esse Plano Diretor de Urbanismo, onde estava também a educação prevista. (ARZUA, 2006 In: CURITIBA 2007, p. 7)

As primeiras ações independentes da Prefeitura Municipal, no que diz respeito à educação, remontam os anos de 1950, sob o governo do então Prefeito Ney Braga, com a publicação da Lei n. 1127, que permitiu a ampliação da oferta de escolas públicas no Município. Porém, estas escolas ainda estavam sob a organização e manutenção do governo do Estado do Paraná.

Vale lembrar que essas escolas, estaduais, não eram suficientes para atender à crescente demanda da Capital Paranaense. A matéria intitulada “Prefeitura vai adotar regime de contenção”, publicada no dia 08 de janeiro de 1963 pelo jornal “Diário do Paraná”, traz o parecer do engenheiro Theodócio Jorge Atherino, em que este sugere

1- O Plano Geral das necessidades construtivas de novas unidades ou ampliação e conservação dos grupos, casas e estabelecimentos educativos, o qual obviamente prevê as soluções a longo prazo; (...) 5 – As Soluções de Emergência, pelas quais se procure conseguir a meta de eliminar a falta de escola para qualquer criança;

Esse parecer demonstra que havia uma falta de escolas para suprir as necessidades do Município, ao passo que a prefeitura já tinha interesse em realizar ações que viessem a resolver, a longo prazo, essa problemática social.

Em 1963 o Decreto 1273 deu origem ao Centro Experimental Papa João XXIII, que ficou conhecido como Grupo Escolar Papa João XXIII. Localizado na Vila Leão (bairro Portão) a escola foi considerada pela administração municipal um marco no que diz respeito à educação municipal pois, “embora não se pudesse falar ainda de uma rede municipal de ensino propriamente, foi com a implantação da Escola Papa João XXIII que se iniciou a trajetória do ensino municipal de Curitiba.” (CURITIBA, 2007. 12). Segundo Ivo Arzua, prefeito da cidade de Curitiba entre 1963 e 1966,

a presença ali do grupo escolar como centro da vida da comunidade seria muito importante. A escola não ensinava só a parte intelectual. Lá também havia o centro de artes industriais, a merenda escolar, grupos de interesse

comunitário das donas de casa, o setor agrícola para a produção hortigranjeira, literatura (de recreação e orientação), alfabetização de adultos, biblioteca comunitária vinculada à Biblioteca Pública do Paraná, unidade sanitária para atender não só os alunos, mas a população e a associação dos pais e mestres. Então realmente era uma vida comunitária (ARZUA, 2006, In: CURITIBA, 2007, p. 10).

A escolha do local para a construção da escola se deu pois, durante a campanha eleitoral a população da região sinalizou a necessidade de se pensar em estratégias para atender as crianças do bairro, uma vez que a escola isolada Casa da Vila Pimpão, estadual, já não era suficiente.

FIGURA 1 – PREFEITO IVO ARZUA E D. MANUEL DA SILVEIRA DELBOUX NA INAUGURAÇÃO DO CENTRO EXPERIMENTAL JOÃO XXIII, 1963



Fonte: CURITIBA, 2007, p.9

A inauguração do Centro Experimental Papa João XXIII marcou o início da construção de uma Rede Municipal de Educação. Apresentou também os fortes laços entre a Prefeitura e a Igreja Católica, desde a escolha do nome da instituição até a presença das lideranças católicas no ato da inauguração, como pode ser evidenciado pela figura 1. A inauguração do estabelecimento era vista com bons

olhos pela comunidade, uma vez que traria novas oportunidades. De acordo com nota veiculada no Diário do Paraná: Órgão dos Diários Associados (PR) (p. 7, 22/06/1963) “O planejamento é pioneiro em todo o país e é desejo da Prefeitura de Curitiba ampliar tal sistema, atingindo em verdadeiro “leque”, todas as áreas rurais localizadas na região de Curitiba”.

Durante a gestão de Ivo Arzua houve, em nível nacional, o golpe civil-militar que deu início ao período de governo ditatorial. No entanto, ao que se refere à implantação das escolas públicas municipais na cidade de Curitiba, não houve rupturas no processo. A prefeitura seguiu com seus planos de construção de novas unidades e ampliação da oferta de educação pública.

Para além de um projeto voltado à educação da população de Curitiba, a Prefeitura vinha apresentando um plano de urbanização da cidade. Muitas eram as famílias se instalando no Município, o que trouxe a necessidade de repensar a estrutura da cidade. Em seu trabalho sobre a História da Educação Infantil no Município de Curitiba, Mantagute aponta que

A noção de “ocupação adequada da cidade” implicava diretamente sobre a correta movimentação e posicionamento às posturas da nova população que estava se estabelecendo na cidade. Pela compreensão recorrente naquele período, para os gestores, não seria adequado para um município que pretendia um plano de urbanização ter no centro, ou mesmo próximo dele, ocupações, favelas e até mesmo os Conjuntos Habitacionais. Com isso, essa população migrante do interior do estado do Paraná ou até mesmo de outros estados, precisaria se adequar à proposição de uma Curitiba moderna, e a organização habitacional proposta pelo IPPUC estabeleceu as regiões da cidade para onde estas famílias deveriam ser deslocadas. Em geral, foram remanejadas para a periferia da cidade. (2017, p. 47-48)

Essa realocação das famílias em conjuntos habitacionais trouxe também a necessidade em reestruturar a logística de atendimentos da Prefeitura, no que diz respeito à saúde, educação empregos, entre outras necessidades básicas dos cidadãos. A fim de atender as demandas escolares houve um forte investimento na construção de escolas, só nas décadas de 1960 e 1970 foi autorizada, via Decreto³⁰, a construção de 58 escolas conforme a tabela:

³⁰Há uma diferença entre as datas de publicação do decreto e a inauguração da unidade escolar. Após a publicação do Decreto há o processo de licitação e construção. O quadro apresentado traz a data de publicação do Decreto que autorizava a criação da unidade educacional.

TABELA 1 - UNIDADES ESCOLARES PÚBLICAS MUNICIPAIS CRIADAS EM CURITIBA NAS DÉCADAS DE 1960 E 1970

UNIDADE ESCOLAR	1960	1970
GRUPO ESCOLAR PAPA JOÃO XXIII	1963	
GRUPO ESCOLAR PROFESSORA ISOLDA SCHMID (Atual – Escola Municipal Herley Mehl)	1966	
ESCOLA NOSSA SENHORA DA LUZ DOS PINHAIS	1967	
ESCOLA MONTEIRO LOBATO	1969	
ESCOLA JÚLIA AMARAL DI LENNA	1969	
UNIDADE ESCOLAR	1960	1970
ESCOLA ALBERT SCHWITZER	1969	
TOTAL DE ESCOLAS CRIADAS NA DÉCADA DE 1960	6	
ESCOLA MARIA CLARA BRANDÃO TESSEROLLI		1970
ESCOLA PREFEITO OMAR SABBAG		1970
GRUPO ESCOLAR DA PLANTA SANTA AMÉLIA (Atual – Escola Municipal Graciliano Ramos)		1971
GRUPO ESCOLAR DA VILA NOVA ESPERANÇA (Atual – Escola Municipal Anísio Teixeira)		1971
ESCOLA ENY CALDEIRA		1972
ESCOLA FUNDAMENTAL TAPAJÓS (Atual – Escola Municipal CEI Tereza Matsumoto)		1974
ESCOLA SÃO MIGUEL		1974
ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL SÃO BRAZ (Atual – Escola Municipal CEI Julio Moreira)		1974
UNIDADE ESCOLAR SÍTIO CERCADO (Atual – Escola Municipal Rio Negro)		1974
UNIDADE ESCOLAR VILA AURORA (Atual – Escola Municipal CEI Professora Nair de Macedo)		1974
ESCOLA JARDIM SANTOS ANDRADE		1974
UNIDADE ESCOLAR JARDIM PARAÍSO (Atual – Escola Municipal CEI Augusto César Sandino)		1974
ESCOLA PIRATINI		1974
UNIDADE ESCOLAR VILA KRASINSKI		1974
UNIDADE ESCOLAR ATUBA (Atual – Escola Municipal Professor Erasmo Pilotto)		1975
ESCOLA ARAUCÁRIA		1976
ESCOLA CAMPO MOURÃO		1976
ESCOLA CASTRO		1976
ESCOLA CERRO AZUL		1976
ESCOLA DONA LULA		1976
ESCOLA FOZ DO IGUAÇU		1976
ESCOLA IRATI		1976
ESCOLA ISSA NACLI		1976
ESCOLA IVAIPORÃ		1976

UNIDADE ESCOLAR	1970
ESCOLA JAGUARIAÍVA	1976
UNIDADE ESCOLAR TIBAGI (Atual – Escola Municipal CEI Professor José Wanderley Dias)	1976
ESCOLA LAPA	1976
ESCOLA MARIA DO CARMO MARTINS	1976
ESCOLA PARANAGUÁ	1976
ESCOLA PARANAÍ	1976
ESCOLA ROLÂNDIA	1976
ESCOLA SÃO MATEUS DO SUL	1976
ESCOLA UMUARAMA	1976
ESCOLA WENCESLAU BRAZ	1976
ESCOLA DE 1º GRAU CIANORTE (Atual – Escola Municipal CEI Professor Adriano Gustavo Carlos Robine)	1977
ESCOLA DE 1º GRAU GUAÍRA (Atual – Escola Municipal Monsenhor Boleslau Falarz)	1977
ESCOLA MARINGÁ	1977
ESCOLA NOVA ESPERANÇA	1977
ESCOLA ARAPONGAS	1978
ESCOLA MUNICIPAL BELA VISTA DO PARAÍSO	1978
ESCOLA DE 1º GRAU SANTO ANTONIO DA PLATINA (Atual – Escola Municipal CEI Expedicionário)	1978
ESCOLA DE 1º GRAU MARIALVA (Atual – Escola Municipal CEI Francisco Frischman)	1978
ESCOLA DE 1º GRAU UNIÃO DA VITÓRIA (Atual – Escola Municipal CEI Olívio Sabóia Soares)	1978
ESCOLA JOAQUIM TÁVORA	1978
ESCOLA DE 1º GRAU PALMAS (Atual – Escola Municipal CEI Romário Martins)	1979
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA AUGUSTA GLÜCK RIBAS	1979
ESCOLA COLÔNIA AUGUSTA	1979
ESCOLA PROFESSOR FRANCISCO HÜBERT	1979
ESCOLA PADRE JOÃO CRUCIANI	1979
ESCOLA DE 1º GRAU PINHEIRINHO (Atual – Escola Municipal Professora Jurandyr Baggio Mockell)	1979
ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO LINNEU FERREIRA DO AMARAL	1979
ESCOLA PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA	1979
TOTAL DE ESCOLAS CRIADAS NA DÉCADA DE 1970	52

Fonte: tabela elaborada pela autora a partir dos dados da Casa da Memória, CURITIBA, 2007.

Esse desenvolvimento a partir de 1960 não se deu apenas pelas necessidades da população. Neste ano foi criado o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC, cuja função era “detalhar e realizar a implantação do planejamento urbanístico que daria origem ao Plano de Urbanismo

(1966) e ao Plano Diretor (1966)” (VIANA, 2018, p. 46-47). O IPPUC, por sua vez, passou do detalhamento para a implantação de projetos de desenvolvimento da cidade de Curitiba. De acordo com Viana (2018) estes planos de desenvolvimento do Município de Curitiba estavam sob influência do movimento de “Economia e Humanismo”, que propunha uma terceira opção dentro do mundo polarizado entre **capitalismo e comunismo**. “Visto como um movimento que poderia agregar protestantes, católicos, comunistas e liberais na busca por um bem comum” (VIANA, 2018, p. 48).

Para Viana (2018) as influências dos ideais se concretizaram em Curitiba na gestão de Ivo Arzua (1963-1966), pois influenciaram os métodos de planejamento do IPPUC que partir do diagnóstico para o desenvolvimento social, tendo como base a “relação entre crescimento populacional e benfeitorias/equipamentos necessários (escolas, postos de saúde, assistência social, praças e equipamentos de esporte e lazer)” (VIANA, 2018, p. 48). A partir dos textos de Mantagute (2017) e Viana (2018) percebemos, no entanto, que esta busca estava mais ligada a ideia de construir uma cidade moderna e economicamente ativa do que atender às necessidades da classe trabalhadora.

Em 1968, na gestão do Prefeito Omar Sabbag, foi lançado pelo IPPUC o Plano de Educação. Tal documento apresentava “subsídios para o planejamento da Rede Escolar do Município de Curitiba e para definição de uma política educacional” (IPPUC, 1968, p.1). Este plano previa, dentre outras questões, uma unidade escolar em cada núcleo populacional que tivesse entre dois e cinco mil habitantes. A fim de efetivar o planejamento da rede, o plano estabeleceu um projeto de estudos com base nos seguintes itens:

- a) análise da Rede Escolar do Município, em todos os seus níveis, a fim de chegar a um diagnóstico definidor das carências do ponto de vista quantitativo e qualitativo;
- b) análise do aspecto físico-territorial de localização das escolas, dentro de uma perspectiva de organização do espaço;
- c) análise dos aspectos demográficos que repercutem diretamente no sistema escolar e estimativas de sua evolução até o ano de 1975;
- d) escalonamento das prioridades a serem atendidas, de acordo com as necessidades levantadas e com os recursos disponíveis. (IPPUC, 1968, p. 5)

No entanto, para que esta meta fosse cumprida além da ampliação do número de escolas e do espaço físico, foi necessário contratar 200 novos

professores e investir em sua qualificação. Neste sentido, o Plano de Educação propôs a

(...) montagem de uma pesquisa para avaliação do nível cultural e de aspirações dos professores integrados no Sistema educacional primário de Curitiba a fim de avaliar os recursos humanos com que se pode contar para a implantação de um programa de aperfeiçoamento (IPPUC, 1968, p. 99)

Essa preocupação da Prefeitura com os novos professores se deu pelo fato de que

Muitas eram as professoras sem experiência, saídas da escola normal direto para a sala de aula... então o primeiro contato, o batismo profissional, foi ali. E esse batismo veio de certa forma livre de alguns preconceitos que costumam existir no campo pedagógico, resultantes de outras leis de ensino, de outras posturas pedagógicas, mais autoritárias (TORRES em entrevista à CURITIBA, 2007, p. 18)

Em meio a este panorama educacional aqui explanado, levando em consideração a ampliação na oferta de escolarização e as regiões por ela atingida, percebemos que havia a formação de turmas bastante heterogêneas, não só no que diz respeito a questões sociais e de aprendizagens, mas, também em termos culturais e religiosos. Curitiba, uma cidade marcada pela presença de imigrantes europeus, em sua maioria católicos e protestantes, também tinha a presença de outros grupos étnicos que desenvolveram sua cultura e religiosidade nestes espaços. Entre as inúmeras Igrejas Católicas e Evangélicas temos, ainda na década de 1940 a instalação do Templo Espiritualista Sol do Oriente (inaugurado em 1942 e considerado o 49º mais antigo do Brasil), como espaço de culto para umbandistas residentes em Curitiba e Região Metropolitana. No início da década de 1970 temos também a construção da Mesquita Imam Ali Ibn Abi Talib, a comunidade árabe vinha crescendo na capital paranaense e surgiu a necessidade de construir um espaço destinado às suas orações e ritos sagrados. Estes são apenas dois exemplos de como a cidade de Curitiba vinha se desenvolvendo e se compondo em termos de diversidade étnica e religiosa.

Antes de analisarmos o que estava prescrito nos currículos e materiais utilizados nas escolas públicas municipais de Curitiba, precisamos nos debruçar sobre algumas questões referentes à disciplina e suas contradições. Levando em conta que o Regime Civil-Militar, em vigor de 1964 a 1985, não revogou os princípios de laicidade do Estado, mas manteve o Ensino Religioso como disciplina de oferta obrigatória nas escolas públicas. Vemos que, de acordo com este documento, a

prefeitura apresentava interesse em suprir as necessidades educacionais da população curitibana, além de cumprir o que estava determinado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelecida em 1961:

Art. 2º A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola(...)

Art. 27º O ensino primário é obrigatório a partir dos sete anos e só será ministrado na língua nacional. Para os que o iniciarem depois dessa idade poderão ser formadas classes especiais ou cursos supletivos correspondentes ao seu nível de desenvolvimento. (...)

Art. 92º A União aplicará anualmente, na manutenção e desenvolvimento do ensino, 12% (doze por cento), no mínimo de sua receita de impostos e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, 20% (vinte por cento), no mínimo. (BRASIL, 1961)

De acordo com Viana (2006, p. 38), em 1968 as escolas municipais atendiam em média 520 alunos de 1ª a 4ª séries. E, segundo levantamento apresentado pelo IPPUC, a ampliação gradual levaria, até o ano de 1970, o ensino primário a 100% das crianças com idade entre 7 e 14 anos. Assim, o instituto definiu que “seria necessário oferecer 4.619 novas vagas em 1968, 6.090 em 1969 e, finalmente, 7.062 em 1970, totalizando, no período considerado, 18.311 novas vagas distribuídas entre os vários setores definidos pelo IPPUC” (IPPUC, 1968, p. 97).

1.2 NÃO ESTÁ NO INTERESSE DESTE OU DAQUELE GRUPO POLÍTICO, RELIGIOSO OU IDEOLÓGICO; ESTÁ NO INTERESSE DE TODOS³¹

O título desta seção é parte integrante de um texto publicado por Abagnano (2007). Ao pensarmos na ideia de uma disciplina escolar chamada Ensino Religioso em um Estado Laico, encontramos uma série de contradições. Algumas destas, já apontadas pelos educadores do MEN na década de 1930 e reforçadas pelo grupo na década de 1950. Mas o MEN não foi o único grupo responsável pelas críticas a ideia de religião e educação pública caminharem juntas. Ao longo da História da Educação Pública no Brasil, diversos educadores e intelectuais questionaram essa relação entre o Cristianismo, sobretudo o Cristianismo Católico e as escolas públicas brasileiras.

As discussões e polêmicas entorno do Ensino Religioso nas escolas públicas seguiram pelas décadas seguintes. Em meados da década de 1970, quando se passou a pensar a implantação do Ensino Religioso nas escolas públicas

³¹ABAGNANO, 2007, p. 572

municipais de Curitiba, a laicidade do Estado não era nenhuma novidade³², assim pela legislação brasileira não deve haver nenhuma religião oficial e/ou mesmo interferência do Estado sobre as religiões ou delas sobre o Estado. A instituição do Estado Laico

(...) não está no interesse deste ou daquele grupo político, religioso ou ideológico; está no interesse de todos. Posto, é claro, que o interesse de todos seja o desenvolvimento harmônico das atividades que asseguram a sobrevivência do homem no mundo (ABAGNANO, 2007, p. 572).

Percebemos, no entanto, que entre críticos do Estado Laico havia uma certa confusão entre os conceitos de *laicidade* e *secularidade* no que diz respeito a esfera pública. Abriremos aqui um pequeno “parêntese” para voltarmos a construção desses dois conceitos a fim de compreendermos as suas implicações no que diz respeito à escola pública. De acordo com Koselleck, “para poder viver, o homem, orientado pela compreensão não pode senão transformar a experiência da história em algo com sentido, ou em outras palavras, assimilá-la hermeneuticamente” (1997, p. 69). Muitas vezes buscar o significado de uma palavra ou termo no dicionário não se mostrou o suficiente. Para o historiador o significado constante nesses livros traz apenas uma parcela do que é necessário para construirmos o entendimento acerca do contido no conceito. Por esta razão, o historiador

(...) procede de outro modo: serve-se basicamente dos textos somente como testemunhos para averiguar a partir deles uma realidade existente além dos textos. Por conseguinte, tematiza mais que todos os exegetas de textos um estado de coisas que é, sobretudo, extratextual, mesmo quando ele constitua sua realidade apenas com meios linguísticos (...). Escrever a história de um período significa fazer enunciados que não puderam ser feitos nunca neste período (KOSELLECK, 1997, p. 91)

Refletimos então sobre o conceito de laicidade e, em primeiro lugar, percebemos que seria necessário observar que durante parte considerável da história do país, a própria legislação garantia a hegemonia da Igreja Católica, como podemos ver na Constituição de 1824,

EM NOME DA SANTÍSSIMA TRINDADE³³ (...) Art. 5º A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas em seu culto doméstico. Ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior do templo. (BRASIL, 1824)

³²Haja vista que a laicidade do Estado foi instituída pelo Decreto 119-A de 1890.

³³ A frase encontra-se em letras maiúsculas no original.

Com a ascensão dos ideais republicanos, vieram à tona também as discussões acerca da liberdade religiosa. Enquanto a Constituição Federal de 1824 trazia os princípios da Monarquia e da Igreja, os republicanos partiam dos ideais iluministas. Entre elas, um termo que ascendeu com os revolucionários franceses que pregavam a separação total entre Estado e Religião: laicidade.

Para Baubérot (2005), se pode falar em laicidade quando o poder político não é mais legitimado pelo sacro e quando não há a dominação da religião sobre o Estado e a sociedade, implicando na autonomia do Estado, dos poderes e das instituições públicas em relação às autoridades religiosas e a dissociação da lei civil das normas religiosas. (RANQUETAT JR., 2008, p. 6).

Assim, o ideal de um Estado Laico, seja histórica ou etimologicamente, se constituiu em uma sociedade cujos grupos sociais, sejam eles religiosos, étnicos, econômicos, entre outros, tenham igual tratamento perante as leis, não devendo haver nenhuma restrição ou privilégio de um grupo em detrimento de outro. Esse ideal fica claro no artigo 72 da Constituição de 1891:

Art. 72º A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

§1º - Ninguém pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei.

§ 2º - Todos são iguais perante a lei. A República não admite privilégios de nascimento, desconhece foros de nobreza e extingue as ordens honoríficas existentes e todas as suas prerrogativas e regalias, bem como os títulos nobiliárquicos e de conselho.

§ 3º - Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observando as disposições do direito comum.

§ 4º - A República só reconhece o casamento civil, cuja celebração será gratuita.

§ 5º - Os cemitérios terão caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal, ficando livre a todos os cultos religiosos a prática dos respectivos ritos em relação aos seus crentes, desde que não ofendam a moral pública e as leis.

§ 6º - Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos.

§ 7º - Nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o Governo da União ou dos Estados. (BRASIL, 1891) (grifo nosso)

Para além de assegurar os direitos básicos de liberdade e reconhecimento das diferentes formas de crença, este artigo da Constituição traz que “será leigo o ensino”, ou seja, a Igreja perdeu não só o seu relacionamento direto com o governo, mas também a sua hegemonia no campo educacional. A ideia de perder o poder sobre os espaços educativos gerou reações, por vezes, agressivas por parte dos defensores da Igreja Católica.

Percebemos que, comumente confundido com a laicidade, principalmente nos textos que tecem críticas a ela, temos o termo *secularismo*. Suas origens estão no latim *saeculum*, que em tradução literal quer dizer século, época ou período determinado de tempo. Na interpretação mais comum do termo, principalmente quando usada em contraposição ao que é sagrado e/ou divino, secular é tudo aquilo que é “deste tempo” ou “deste mundo”, assim é tudo aquilo que não possui ligação com os céus ou com Deus.

Apesar de laico e secular parecerem sinônimos, pois ambos aparecem em textos que sinalizam a separação entre o que é religioso e o que não é, vemos que há uma diferença bastante significativa entre os dois conceitos. O que é *secular* não engloba o que é religioso, “a secularização é um processo pelo qual pensamento, práticas e instituições religiosas perdem o significado social” (WILSON, 1969, *apud* RANQUETAT JR., 2008, p.3). Já o que é **laico**, não faz distinção nem confere privilégios, quaisquer que sejam as crenças e/ou a ausência destas, assim a laicidade “suscintamente pode ser compreendida como a exclusão ou a ausência da religião na esfera pública. A laicidade implica a neutralidade do Estado em matéria religiosa”(RANQUETAT JR., 2008, p. 5). Já

(...) a laicidade impõe que o Estado se mantenha neutro em relação a diferentes concepções religiosas presentes na sociedade, sendo-lhe vedado tomar partido em questões de fé, bem como buscar o favorecimento ou o embaraço de qualquer crença, ou grupo de crenças (SARMENTO, 2009, p. 20) (grifo do autor)

Podemos afirmar que “o Estado Laico é em sua essência um instrumento jurídico-político para a gestão das liberdades e direitos do conjunto de cidadãos” (BLANCARTE, 2008, p.25). Assim, essa neutralidade do Estado frente às questões religiosas se expressa em diferentes campos, porém, na educação vemos que houve um certo projeto ou ideal de Estado e de sociedade que se construiu de forma ímpar.

Para Koselleck (2003), diferentes grupos sociais atribuíram significados a um mesmo termo de acordo com seu tempo e seu espaço. Por isso, ao analisarmos os discursos que se referem ao Ensino Religioso escolar se fez necessário refletir acerca dos locutores e de seu lugar de fala. Fischmann³⁵ lembra

³⁵A professora doutora Roseli Fischmann foi membro da Comissão Especial sobre o Ensino Religioso da Secretaria de Estado de Educação de São Paulo entre os anos de 1994 e 1995, integrou a equipe

(...) preliminarmente, que as estruturas mentais moldadas em práticas culturais de séculos dificultam que se perceba a transformação social e atitudes individuais a ela ligadas. Jacques Le Goff (1977), ao tratar da relação entre o tempo da Igreja e o tempo do mercador, analisa como se passou das horas dadas por badaladas do sino, nos horários de preces, para o uso do relógio do burgo, em particular regulando transações comerciais. O processo de surgimento do Estado laico, séculos depois, guarda vínculo com esse processo. Pede, por exemplo, a transição para a compreensão de que o espaço religioso tem referencial próprio que o fiel carrega consigo, por escolha subjetiva, enquanto o espaço público é o espaço de todos, como direito e dever, sem exclusão. (FISCHMANN, 2006, p. 223)

Essas diferentes possibilidades de leitura de um mesmo termo dentro de uma determinada sociedade reflete também no que diz respeito a apropriação e ao uso dos seus significados no cotidiano. A relação entre laicidade e ensino apareceu, na literatura, pela primeira vez na França. Quando Ferdinand Buisson publicou o **Novo Dicionário de Pedagogia e de Instrução Primária** em 1887. De acordo com ele

A Revolução Francesa fez aparecer pela primeira vez com clareza a ideia de Estado laico, de Estado neutro entre todos os cultos, independente de todos os clérigos, liberado de toda concepção teológica. (...) Apesar das reações, apesar de tantos retornos ao antigo regime, apesar de quase um século de oscilações e hesitações políticas, o princípio sobreviveu: a grande ideia, a noção fundamental do Estado Laico, quer dizer, a delimitação profunda entre o temporal e o espiritual entrou nos costumes de maneira a não mais sair. (BUISSON, 1887, *apud* DOMINGOS, 2008, p. 157)

A História Francesa nos mostrou que o processo de implantação do Estado Laico não aconteceu de forma rápida, o Estado e a Igreja se separaram progressivamente, excluindo a religião da administração pública, da política, da justiça e, por fim, das instituições de ensino. Ao pensarmos historicamente a laicização, vemos que está muito além da neutralidade do Estado ou da criação das políticas públicas, como vimos em Buisson (1887), é necessário também entrar “nos costumes de maneira a não mais sair”.

Isso nos traz um questionamento de Faria Filho, em que coloca “como conciliar os pressupostos necessários à produção de uma ordem político-jurídica legítima, numa formação social em que ser avesso à igualdade é a regra?” (1998, p. 101) Ora, o que vimos na construção da legislação brasileira foi uma tentativa de manter o apoio, tanto de católicos conservadores, mantendo o Ensino Religioso

responsável pela construção dos Parâmetros Nacionais Curriculares entre 1995 e 1997, onde atuou como consultora de Pluralidade Cultural e é professor na Faculdade de Educação da Universidade Metodista de São Paulo, na Linha de Pesquisa Estado Laico. Além de possuir vasta atuação nacional e internacional no que se refere à Educação, Direitos Humanos e Diversidade Religiosa.

como disciplina de oferta obrigatória em todos os estabelecimentos oficiais de ensino, quanto os laicistas, garantindo a facultatividade de matrícula para os alunos. Como publicado na Lei de Diretrizes e Bases 4024/61,

Art. 97. O ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa, e será ministrado sem ônus para os poderes públicos, de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável.

§1º A formação de classe para o ensino religioso independe de número mínimo de alunos.

§2º O registro dos professores de ensino religioso será realizado perante a autoridade religiosa respectiva. (BRASIL, 1961) (grifo nosso)

O teor do artigo causou certo desconforto, não só nos defensores da escola laica e do fim da disciplina, mas na comunidade escolar em geral. Porém, para os grupos religiosos e defensores do Ensino Religioso escolar católico, tal legislação estava de acordo com os seus anseios e de forma alguma viria a ferir os princípios de laicidade do Estado. O Cardeal Câmara³⁶, em palestra proferida na Rádio Vera Cruz³⁷ durante o processo de construção da Lei de Diretrizes e Bases, ao tratar do artigo 97 diz: “Pergunto-lhe agora: pode haver maior liberdade?”, segundo ele, não só a Igreja Católica, mas todas as confissões religiosas deveriam se preocupar e se ocupar do Ensino Religioso escolar, trazendo para os “filhos dos respectivos adeptos” os ensinamentos segundo a crença de seus pais.

Ainda segundo o Cardeal Câmara, a Igreja esteve presente durante o processo de construção da Lei de Diretrizes e Bases com o intuito de “colaborar” com a escrita, garantindo que a mesma não ferisse os princípios das famílias e da Igreja, mas mantendo-se neutra no que diz respeito a liberdade religiosa e ao Estado Laico. Segundo ele:

Os que antes se empenhavam em impedir a aprovação do substitutivo, uma vez derrotados, puseram-se a gritar que a Assembleia se achava sob a pressão da Igreja, e que esta é que vai dominar o campo educacional.(...) Isso, porém, anda muito longe de significar que a Igreja tenha conseguido ou procurado sequer, dominar no setor educacional, enfeixando-o em suas mãos, pois o art. 2º reconhece esta primazia ao pátrio poder, afirmando no parágrafo único: <A família cabe escolher, com prioridade, o gênero de educação que deve dar a seus filhos>. Que, entretanto, a Igreja se encontra

³⁶Cardeal Câmara foi um importante clérigo brasileiro, tendo passagem por diversas regiões do Brasil como Santa Catarina, Pará, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro. Teve forte atuação política fora e dentro da Igreja, participou do conclave que elegeu João Paulo II como Papa.

³⁷ A palestra proferida pelo Cardeal na Rádio Vera Cruz, foi transcrita e publicada pelo Jornal do Dia (RS) na edição de 04/02/1960.

munida de autoridade e jurisdição neste campo, ninguém o porá em dúvida sem renegar a palavra do Divino Mestre válida não só para os apóstolos mas também para seus sucessores, pois estes e não aqueles é que poderiam realizá-la em toda sua plenitude: <Ensinai todas as gentes>. (Mt. 28,19). Portanto, a Igreja não se acha desligada, nem intrusa nas atividades ensinantes e formativas. (CÂMARA, 31/01/1960 in OLIVEIRA, 2019, p. 110) (grifo nosso)

Em uma interpretação do que estava descrito na legislação, podemos concluir que os princípios de laicidade e liberdade religiosa estavam respeitados, uma vez que, os estudantes e suas famílias teriam como possibilidade determinar qual seria a classe (determinada por sua confissão religiosa) de matrícula deste estudante, ou ainda, optar por não matricular o aluno nessa aula. Porém, a legislação estava bastante distante da realidade das escolas. Segundo as **Diretrizes Curriculares de Ensino Religioso para o Ensino Fundamental em Revisão**, ao tratar do histórico do Ensino Religioso no Estado do Paraná, a partir da década de 1970 a disciplina

(...) perdeu sua função catequética, pois com a manifestação do pluralismo religioso na sociedade brasileira, o modelo curricular centrado na doutrinação passou a ser intensamente questionado. Na prática, porém, as aulas continuavam a ser ministradas por professores leigos e voluntários, o que resultava um encaminhamento pedagógico com forte influência das tradições religiosas e de caráter proselitista, com o objetivo de converter para sua própria religião. (PARANÁ, 2007, p. 8)

Mesmo compreendendo que deveria se estabelecer uma diferença entre o que é do Ensino Religioso escolar e o que é parte da comunidade de fé e, com a realidade das escolas, distante do que estava previsto na legislação vigente, não se observou grande movimentação do Estado e, posteriormente com a criação das escolas municipais, em adequar as práticas escolares e a disciplina ao que estava descrito na LDB.

Nessas condições, a identidade do Ensino Religioso como disciplina escolar foi muito fragilizada, porque não houve comprometimento maior do Estado em adotar medidas que efetivamente promovessem sua regulamentação. Em decorrência dessa situação, destaca-se a ausência de cursos de licenciatura para professores de Ensino Religioso, fato que abriu espaço para que as tradições religiosas hegemônicas se ocupassem em preparar professores por meio de cursos e de elaboração de materiais didático-pedagógicos, que, em sua grande maioria, continuaram atrelados aos princípios catequéticos. (PARANÁ, 2007, p. 8)

Outra questão importante a destacar é que, mesmo que na prática a disciplina fosse contrária as convicções religiosas das famílias, poucas foram as manifestações de desagrado registradas. Parece haver aqui quase que um “contrato

social” (HOBBS, 1988, p.14) entre a escola, a Igreja e as famílias que, ao mesmo passo que buscam o reconhecimento de suas convicções religiosas, parecem ser coniventes com as práticas das escolas.

De acordo com dados do IBGE, a população brasileira, no quesito religião, se dividia da seguinte forma:

TABELA 2 – RELIGIÕES NO PARANÁ – 1960 – 1970

RELIGIÃO	PORCENTAGEM DE ADEPTOS COM RELAÇÃO A POPULAÇÃO	
	1960	1970
CATÓLICOS	91,2	89,88
PROTESTANTES/EVANGÉLICOS	5,3	5,5
ESPÍRITAS	0,88	0,51
BUDISTAS	0,83	--
ISRAELITAS ³⁸	0,10	--
ORTODOXOS	0,12	--
MAOMETANOS ³⁹	0,02	--
OUTRAS RELIGIÕES	1,08	1,84
SEM RELIGIÃO	0,38	0,38
SEM DECLARAÇÃO	0,05	1,855

Fonte: IBGE – Censos Demográficos (1960, 1970) (quadro comparativo por % da população).

Os números da tabela 2 apresentam uma queda na porcentagem de fiéis da Igreja Católica entre as décadas de 1960 e 1970. Este fato não se deu apenas pela transição de pessoas entre uma religião e outra, mas o processo migratório trouxe também outros grupos que vinham com sua fé e instalavam novos templos no Estado. Outro fato que nos chamou a atenção ao buscar os bancos de dados do IBGE, no que diz respeito a religião, é a mudança na pesquisa entre a década de 1960 e 1970.

³⁸O censo de 1960 traz essa nomenclatura. Compreendemos, no entanto, que, Israelita é uma nomenclatura ligada a uma localização geográfica e não a religião em que se aplicaria o termo Judeu. Porém, optamos por manter no quadro o mesmo nome utilizado pela fonte.

³⁹O termo Maometano não é utilizado na literatura recorrente para se referir aos seguidores do Islã. O adjetivo correto é Muçulmano. A utilização da nomenclatura Maometano pressupõe que os adeptos de tal religião veneram Mohammed, o profeta. No entanto, a veneração é destinada única e exclusivamente a Allah, sendo o profeta apenas um exemplo a ser seguido. No quadro utilizamos o termo Maometano pois o censo do IBGE de 1960 traz essa nomenclatura e optamos por manter de acordo com a fonte.

Na primeira década pesquisada encontramos registro de sete religiões dentre as quais três (catolicismo, protestantismo e espiritismo) possuem relação com o cristianismo. Já no censo referente a 1970, realizado após o primeiro quinquênio do regime civil-militar, encontramos apenas as três religiões cristãs descritas, as demais religiões foram computadas no item **outras religiões**. Como bem salientou Faria Filho (1998) ao citar Adorno (1988), “entre nós a retórica da igualdade, por exemplo, encontra eco na lei, ou melhor é produzida na lei, mas não encontra eco nos costumes” (p. 99-100). Observar a descrição de “outras religiões” no censo, nos trouxe que elas não eram valorizadas e não havia espaço para sua representatividade que, em termos de políticas públicas e reconhecimento, se encontravam marginalizadas.

Assim, em meio a uma comunidade majoritariamente cristã, o Ensino Religioso vinha se desenhando nas escolas públicas. No início da década de 1970, o governo do Estado

(...) estabeleceu a criação de um cadastro de docentes e um registro dos profissionais que atuavam nas aulas de Ensino Religioso. Tal cadastro deveria ser feito perante as autoridades religiosas das respectivas tradições religiosas. Assim, o Ensino Religioso foi mais uma vez marginalizado no contexto escolar, porque o Estado novamente delegou a responsabilidade sobre a sua organização às diferentes tradições religiosas, de modo que não se identificaram avanços na sua organização. (PARANÁ, 2007, p.8)

A citação acima, compõe as diretrizes estaduais de 2007, escritas pela equipe técnica pedagógica da Secretaria de Estado da Educação (SEED) em parceria com a Assintec, associação que estabeleceu convênio de cooperação técnica não só com o Município de Curitiba, mas também com o Estado do Paraná. É possível perceber, nos discursos da associação, em seus boletins informativos, que, mesmo mantendo um ecumenismo cristão até meados da década de 1990, e, portanto, excluindo outras religiões, ela se considera um grupo laico e, portanto, suas ações estariam em consonância com a legislação. Discurso corroborado pela ideia de facultatividade na matrícula dos estudantes, prevista em lei.

Nas escolas públicas municipais, percebemos que houve uma diversidade de apresentações e interpretações do que seria o Ensino Religioso. Em alguns estabelecimentos havia a presença de um líder católico (padre, freira, ministro), em outros um católico e um protestante (pastor, ministro, diácono), ou ainda professores que, por desempenharem junto à sua comunidade o papel de catequista ou ministro infantil, se dispunham a lecionar os conteúdos. Porém, não havia um cadastro oficial

destas pessoas. Viñao Frago (2001) nos chama a atenção para o fato de que os “modos de pensar e atuar que se constituem, sempre estruturados em forma de discursos e ações, que junto com a experiência e formação do professor, servem-lhe para realizar a tarefa diária” (2001, p. 169), assim, por se tratar de uma disciplina que trazia para a sala de aula a possibilidade de abrir espaço para o campo religioso, a experiência pessoal do professor acabava por se tornar o fio condutor dos conteúdos lecionados. Constituindo assim uma organização própria a partir da realidade local, demonstrando a “capacidade da escola produzir uma cultura específica, singular e original” (CHERVEL, 1990, p. 202).

Dez anos após a publicação da LDB 4024/61 que estabelecia “§ 2º O registro dos professores de ensino religioso será realizado perante a autoridade religiosa respectiva”, uma nova legislação discorreu sobre o campo da educação, já sob o regime civil-militar e, trouxe o Ensino Religioso em seu texto, a Lei 5692/71, conforme artigo 7º “Parágrafo único. O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais dos estabelecimentos oficiais de 1º e 2º graus”. Nesse caso, não há uma determinação do modelo de Ensino Religioso adotado, tampouco das normas para contratação dos professores. Deixando a cargo dos Estados e Municípios a elaboração dos currículos, a contratação de profissionais e o modelo a ser seguido nas aulas de Ensino Religioso.

Um dos movimentos que se levantou em diversas partes do Brasil, com a intenção de auxiliar na construção da disciplina Ensino Religioso, foi o Movimento Ecumênico, que através da criação de associações, grupos de estudos e pesquisa, fóruns e conselhos, passou a contribuir para elaboração de currículos de Ensino Religioso. No capítulo II falaremos de um destes grupos, que se constitui na cidade de Curitiba, no início da década de 1970. No caso de Curitiba, “o resultado desse trabalho foi o Programa Nacional de TeleEducação (Prontel), elaborado em 1972, que propôs a instituição do Ensino Religioso radiofonizado nas escolas municipais” (PARANÁ, 2007, p. 8-9). Esse programa ficou conhecido como “catequese radiofônica” e será tratado com mais aprofundamento no próximo capítulo.

Observando o que foi exposto até aqui, visto que a legislação que cerca a educação se mostra vaga no que diz respeito as contradições e fragilidades do Ensino Religioso como disciplina escolar num Estado Laico, deixando à cargo dos Estados e Municípios as decisões sobre conteúdos e práticas que envolvem a disciplina, percebemos que “o percurso encontrado na história do Ensino Religioso,

(...) é de fato regional consequência da forma de organização da educação regular no país” (JUNQUEIRA, 2015, p. 22) tornando essencial o olhar focado na construção da disciplina, evitando generalizações.

Assim, percebemos que a legislação se vale justamente das generalizações, tendo em vista que foi construída em determinado tempo e espaço, mas, com vistas a ser aplicada em todo o território nacional.

(...) é fundamental relacionar toda a prática legislativa e os produtos da mesma, as leis, com as relações sociais mais amplas nas quais elas estão inseridas e as quais contribuem para produzir. (FARIA FILHO, 1998, p. 99)

Além disso, como salientou Faria Filho (1998), se faz necessário observar a cultura em que tal lei foi produzida. No caso do Ensino Religioso, precisamos levar em consideração os aspectos da cultura local e da cultura escolar. Portanto, se faz necessário que aprofundemos a análise no que diz respeito ao Ensino Religioso dentro do espaço escolar, observando as disputas por espaço dentro do currículo.

2 UMA PERMANENTE CONCEPÇÃO DESAFIADORA E CONTRADITÓRIA SOBRE O ESPAÇO ESCOLAR COMO EXTENSÃO DA COMUNIDADE DE FÉ⁴⁰

E o problema das minorias, que se sentem de fato discriminadas com esta praxe? Ao menos por enquanto, a catequese confessional beneficia mais a Igreja Católica e talvez algum outro credo representativo. O testemunho de um pastor metodista de Belo Horizonte verbaliza a preocupação de outros grupos: “Esta lei não funciona na prática, porque a minoria religiosa (no caso protestante) será prejudicada”. Evidentemente, a afirmação supõe a interpretação habitual da Lei 5692, identificando o Ensino Religioso como catequese. (GRUEN, 1994⁴¹, p. 44)

No parágrafo citado na abertura deste capítulo, Gruen traz a preocupação de um pastor referente aos ensinamentos que poderiam ser dados dentro de um Ensino Religioso confessional ou interconfessional, uma vez que a legislação deixava a carga dos Estados e Municípios a organização e as definições acerca desta disciplina. Assim, a preocupação se dá com relação as minorias dentro da escola, aquelas que por muitas vezes não eram ouvidas e não possuíam representatividade junto ao poder público. Também por esta razão, escolhemos como título para este capítulo, a frase que faz parte do livro **Ensino Religioso no Brasil** (JUNQUEIRA, 2015, p. 58), cujo objetivo era apresentar a realidade desta disciplina escolar nos diferentes Estados do país, trazendo legislações que regulamentam e as práticas realizadas a partir das mesmas. O capítulo em que esta frase está inserida, trata justamente da presença das entidades civis na organização dos currículos escolares de Ensino Religioso e, por esta razão acreditamos ser pertinente a sua presença como título do capítulo em que traremos a discussão acerca da fundação e introdução da Associação Interconfessional de Educação (ASSINTEC) nas escolas públicas municipais de Curitiba.

A disciplina escolar Ensino Religioso sempre foi alvo de questionamentos por parte dos não católicos, de acordo com Scussel (2013), o Ensino Religioso escolar passou por três fases dentro da História da Educação no Brasil, são elas: “a concepção confessional e catequética, passando pelo desenvolvimento de valores e questões éticas de formação geral e, atualmente, a concepção das ciências da

⁴⁰ GRUEN, 1994, p.44.

⁴¹A publicação citada é de 1994, no entanto, o autor traz a seguinte nota: “Texto sempre atual para o Ensino Religioso, publicado inicialmente pelo ICFT de UCMG, com apresentação do Pe. Antônio Sérgio Palombo de Magalhães, então Diretor, em 21/08/1976, após revisão do texto mimeografado de 1974” (GRUEN, 1994, p. 21)

religião” (SCUSSEL, 2013, p. 19). A presente pesquisa se encontra no período que compreende a passagem da primeira para a segunda. Porém, para os não católicos, sejam eles intelectuais da educação ou pais preocupados com a inserção de ensinamentos católicos na educação de seus filhos, o modelo confessional catequético se apresenta como sendo um modelo universal e está presente, mesmo que indiretamente, em todas essas fases definidas por Scussel.

Historicamente percebemos que a religião, em especial a cristã católica, está ligada a criação e a manutenção de escolas, públicas e privadas, fato que ocorreu não só na disciplina Ensino Religioso, mas na própria estrutura e organização das escolas. Mesmo após a determinação do Brasil como Estado Laico pela Constituição Federal e a gradativa secularização das escolas e criação de escolas públicas (sem vínculos oficiais com a Igreja).

Em primeiro lugar precisamos compreender o que é uma disciplina escolar. Em diferentes tempos as disciplinas não só apresentaram diferentes concepções como também lhes foram atribuídos diferentes nomes. As disciplinas ou áreas do conhecimento são compostas por diferentes elementos e finalidades, para Chervel (1990, p. 188), a função das disciplinas escolares “consiste em cada caso em colocar um conteúdo de instrução a serviço de uma finalidade educativa”. Na década de 1970, pensando na problemática de definir o que era disciplina e o que era área do conhecimento, foi elaborado o Parecer 853/71, que tinha por finalidade estabelecer um “núcleo-comum” para os currículos de 1º e 2º graus. Segundo Duarte (1972, p. 106) o quadro de matérias e conteúdos ficaria dividido da seguinte forma:

QUADRO 2 - MATÉRIAS DO NÚCLEO COMUM DO ENSINO DE 1º GRAU

MATÉRIAS	CONTEÚDOS
Comunicação e expressão	Língua Portuguesa
Estudos Sociais	* História * Geografia * OSPB (Organização Social e Política Brasileira)
Ciências	* Matemática * Ciências Físicas e Biológicas
Educação Física	
Educação Artística	

MATÉRIAS	CONTEÚDOS
Educação Moral e Cívica	
Programas de Saúde	
Ensino Religioso (este de oferta obrigatória nas escolas oficiais conforme artigo específico na legislação vigente)	

Fonte: quadro elaborado a partir das informações descritas por DUARTE (1972, p.106).

Podemos observar, a partir dos dados apresentados no quadro, que algumas matérias não possuíam descrição de conteúdos específicos, entre elas o Ensino Religioso. Ao não especificar os conteúdos da matéria, a legislação permite que os Estados e Municípios desenvolvessem os mesmos de acordo com questões locais ou interesses próprios de seu governo.

No mesmo ano da publicação da Lei 5692/71, o Estado do Paraná publicou um **Documento-base para o Planejamento prévio para implantação do sistema de ensino do 1º e 2º graus**, tal documento conta com dois volumes, num total de 495 páginas. Assim, com o objetivo de "expor a situação do ensino paranaense e sugerir diretrizes e objetivos para o planejamento do sistema educacional do Estado" (PARANÁ, 1971, p. 2), demonstrou sua preocupação na implantação da nova legislação de ensino, além de se mostrar pioneiro nessa questão⁴².

Não havia, no entanto, um documento especificando conteúdos, metodologias, entre outros. Essa falta de diretrizes e as possibilidades de interpretação da legislação, que trazia para os estudantes a facultatividade na matrícula, abriram espaço para que líderes religiosos, em especial os católicos, se colocassem a disposição do Estado para suprir as necessidades da escola no que diz respeito à essa disciplina. Essa disponibilidade de grupos religiosos, também pode ser entendida como uma abertura para que a disciplina escolar Ensino Religioso se constituísse como uma abertura à doutrinação católica nas escolas públicas oficialmente laicas.

Enquanto "sua pedagogia oficial, a liberal tecnicista, considerava o homem um produto do meio e, conseqüentemente, resultado das forças existentes em seu ambiente" (FURLAN,2014, p.7), segundo Viana

⁴²A tese de pioneirismo do Estado do Paraná na implantação da reforma de ensino de 1971 é defendida por Claudia Kawka Martins (1999), em sua dissertação de mestrado intitulada "O ensino de História do Paraná na década de setenta: legislações e práticas".

(...) os fundamentos teóricos do planejador da educação municipal consideravam: as ideias do educador John Dewey, no que diz respeito ao currículo, tendo como centro o aluno e, em consequência, o princípio de respeito às diferenças individuais, às experiências e ao ritmo próprio de cada estudante. (2018, p. 76)

Mesmo que a influência da Igreja fosse bastante marcante no Ensino Religioso, sua constituição enquanto disciplina escolar, também passou por essas influências pedagógicas, filosóficas e ideológicas. Vemos em alguns materiais a afirmativa de que “a religiosidade é inerente ao ser humano” (OLIVEIRA, 2003, p.7), porém precisamos ressaltar que esta é uma visão religiosa da questão e não leva em consideração o direito a não crença. Também precisamos nos atentar para o fato de que o Estado Laico tem como pressuposto garantir o direito do cidadão de, assim como os que buscam uma religião, outros não professam nenhuma fé ou crença religiosa.

Essa construção, para além de uma legislação que visasse garantir o direito a crença e não crença, se apresenta com maior força no senso comum e, por vezes se reproduz na escola pública, em especial nas aulas de Ensino Religioso. Historicamente, a Igreja tem dividido com o Estado a responsabilidade pela educação, apoiando e compartilhando teses de defesa da escola privada, como é possível observar em documentos como a encíclica *Divine Illius Magistri*, de Pio XI, de dezembro de 1929⁴³. O **Concílio Vaticano II**, realizado em outubro de 1965, estabeleceu normativas acerca do Ensino Religioso escolar e da “dimensão Religiosa” do processo educativo, porém é muito importante salientarmos que o concílio deixou muito claro que tais orientações destinavam-se às “escolas católicas”. Como podemos ver no documento “1. A 28 de Outubro de 1965 o Concílio Vaticano II aprovou a declaração *Gravissimum educationis* sobre a educação cristã (...) O Concílio sublinha, portanto, como característica específica da escola católica(...)” (VATICANO, 1965, s/p) (grifo nosso).

Em estudo acerca da situação do Ensino Religioso no Brasil na primeira metade da década de 1970, a CNBB salientou que

Nos relatórios provenientes dos Regionais da CNBB é quase unânime a afirmação de que o Ensino Religioso nas escolas oficiais deve ter uma

⁴³Na encíclica a Igreja se coloca na posição de educadora, porque possui a função de suprir as necessidades que a família não teve por si própria. Defendendo a liberdade das famílias na livre escolha da educação de seus filhos, a Igreja se mostra contrária a criação de uma escola única (para todos) pública.

perspectiva antropológica. Com isto se quer indicar que não se trata de um curso sobre as verdades da fé, sobre os sacramentos e sobre os mandamentos. O que se procura é a realização integral do homem. Trata-se de uma posição que leve o Ensino Religioso a partir não de um programa apriorístico de um conjunto de verdades religiosas a ser comunicado, mas a tomar como ponto de partida e como conteúdo a própria existência, com o escopo de descobrir na própria vida a dimensão religiosa e ajudar os educandos a se abrirem para a resposta cristã. Nota-se nos programas elaborados a preocupação de encontrar um tipo de Ensino Religioso para todos (embora reconhecendo o pluralismo que existe e *deve ser respeitado*) e o esforço para descobrir uma evangelização integrada na vida. (CNBB, 1975, s/p) (grifos no original)

Também é importante lembrar que “historicamente, o ensino religioso esteve ligado aos interesses e à influência da Igreja Católica na sociedade brasileira. Outras tradições religiosas, quando não se opuseram, não se envolveram na questão” (GIUMBELLI, 2004, p. 6). Segundo Cifuentes (1989, p. 251), para a Igreja a educação era um assunto tanto secular quanto espiritual, por esta razão deveria ser ministrada tanto pela Igreja quanto pelo Estado em regime de concordata⁴⁴.

No caso do Paraná, não podemos afirmar que houve um acordo legal ou oficial entre a Igreja Católica e o Estado para a divisão de competências no que diz respeito à educação. Mas, ao analisarmos a disciplina Ensino Religioso, vemos que houve uma certa tessitura de acordos que visavam agradar católicos e protestantes e, ainda, eximir o Estado da responsabilidade de deliberar sobre a disciplina ou de acusações de promover uma “hegemonia” católica, já que sob a égide do “ecumenismo” afirmava garantir a liberdade e a pluralidade de ideias. Dickie (2003, p. 15) ao tratar do ensino religioso nas escolas públicas, traz que essa era:

Uma tentativa de recuperação para as religiões de alguma influência no espaço público, através da legitimação de sua autoridade sobre a vida cotidiana e cultural no meio urbano, visto como dilacerado pelo individualismo e pela falta de valores. Estas tentativas, no entanto, se fazem sobre novas bases, em relação ao período ecumênico e pré-ecumênico do país, mais democráticas e preocupadas em respeitar individualidades presentes no esforço conjunto do grupo estratégico.

Em texto de Emerli Schlögl, anexo ao contrato de convênio entre a Prefeitura Municipal de Curitiba e a ASSINTEC (2005), vemos um breve histórico da associação e de sua relação com o Município, além de uma descrição da

⁴⁴Concordata é um termo próprio da Igreja católica para designar um acordo, pacto ou tratado entre dois Estados, neste caso Brasil e Vaticano. A concordata mais conhecida é o Pacto de Latrão. Ao longo da história o Brasil estabeleceu diversas concordatas com o Estado do Vaticano, que vão desde o estabelecimento e manutenção da confessionalidade no Ensino Religioso ao auxílio espiritual para as Forças Armadas em Missão.

intencionalidade do grupo ao se colocar à disposição para a organização do Ensino Religioso em 1973, segundo texto a finalidade era de “prover não só o pão para a criança carente, mas também o pão da vida” (SCHLÖGL⁴⁵ *apud* ASSINTEC, 2005, s/p), ou seja, seu intuito era garantir as aulas de ensino religioso com base nos princípios cristãos, mas, segundo eles, de acordo com a legislação, uma vez que o Estado e Prefeitura pareciam não se debruçar sobre as questões relacionadas à disciplina, como os religiosos acreditavam ser necessário. Assim,

Em 1972 dois padres franciscanos da Paróquia Bom Jesus, em Curitiba, Frei Arnaldo e Frei Vicente, observando a deficiência do Ensino Religioso nas escolas públicas e sabendo que seria impossível preparar um número suficiente de professores para tal tarefa, idealizaram um serviço de difusão das “aulas de religião”, cuja estrutura estaria fundamentada na Lei 5692 de 11/08/72. Então procuram várias representações confessionais evangélicas, expondo seus planos e convidando-as para que participassem da construção desta ideia. (SCHLÖGL *apud* ASSINTEC, 2005, s/p)

Essa iniciativa garantiu não só a efetivação do Ensino Religioso nas escolas públicas do Paraná e, principalmente de Curitiba, mas também garantiu que os ideais cristãos permanecessem como carro chefe da disciplina, uma vez que os organizadores das aulas de religião e responsáveis pela sua difusão eram um grupo composto por padres e pastores (católicos, metodistas, presbiterianos, luteranos e reformados da Holanda). Assim, sob a alcunha de ecumênicos ou interconfessionais, como define o nome da associação, esse grupo deu início a implantação do Ensino Religioso Interconfessional nas escolas públicas da Prefeitura Municipal de Curitiba e do Estado do Paraná.

A construção do Ensino Religioso como disciplina escolar, se deu a partir da própria cultura escolar e das influências sofridas por agentes externos, principalmente a Igreja⁴⁶, no processo de tentativa de uma manutenção da moral cristã na sociedade. Para Chervel, o termo disciplina define “um modo de disciplinar o espírito, dar os métodos e as regras para abordar os diferentes domínios do pensamento, do conhecimento e da arte” (1990, p.180). Quando observamos a construção do Ensino Religioso vemos claramente que havia uma intencionalidade em doutrinar de acordo com a moral cristã, como podemos observar na fundamentação do projeto de **Implantação de um sistema radiofônico de aulas de**

⁴⁵Emerli Schlögl compôs a equipe técnico-pedagógica da ASSINTEC durante as décadas de 1980 a 2010, sendo a responsável por redigir parte considerável dos documentos da associação.

⁴⁶Muitas vezes representada pela Igreja Católica, mas, a partir da criação da ASSINTEC, houve também a influências de algumas denominações protestantes envolvidas nesse processo.

moral-religiosas, de âmbito regional desenvolvido pela ASSINTEC no início da década de 1970, de acordo com o projeto:

A Igreja tem por missão evangelizar: “Ide e ensinai a todos os povos”. Ela tem sido pioneira no ensino no Brasil, basta consultar as páginas de nossa História.
Com o aumento da população e com minoria de sacerdotes e de pastores o ensino nas Escolas, tem sido deficitário ao cumprimento de sua alta missão. Em boa hora o Governo tem desempenhado seus múnus em prol do povo, mantendo em suas Leis as portas abertas, dentro de um sentido democrático e na linha de respeito às Tradições de nossa Pátria, ao ensino religioso nas Escolas. (ASSINTEC, 1972, p. 5)

Chervel nos chama a atenção para os elementos que compõem uma disciplina escolar: “a exposição pelo professor ou pelo manual de um conteúdo de conhecimentos” (1990, p. 202), que, segundo o autor “chama prioritariamente a atenção, pois é ele que a distingue de todas as modalidades não escolares de aprendizagem” (CHERVEL, 1990, p.202), ou seja, essa exposição realizada pelo professor e pelos manuais didáticos, traz conhecimentos diferentes dos que são transmitidos pela família ou pela comunidade. Ora, em se tratando do Ensino Religioso, devemos nos perguntar, **em que os conteúdos da disciplina, ofertada pela escola, estavam se diferenciando do que era trabalhado nas Igrejas?** Buscamos para a pesquisa os materiais utilizados nas escolas públicas do Município de Curitiba nas décadas de 1970 e 1980 e, a começar pelo título **Crescer em Cristo**, vimos muitas semelhanças entre os conteúdos da disciplina escolar e os conteúdos da catequese ou escola bíblica. Daremos mais atenção a este material no terceiro capítulo dessa dissertação.

Outro elemento trazido por Chervel, para a constituição das disciplinas escolares, é o que ele chamou de vulgata, definido como

(...) o ensino dispensado pelos professores é, grosso modo, idêntico, para a mesma disciplina e para o mesmo nível. Todos os manuais ou quase todos dizem então a mesma coisa, ou quase isso. Os conceitos ensinados, a tecnologia adotada, a coleção de rubricas e capítulos, a organização do corpus de conhecimentos, mesmo os exemplos utilizados ou os tipos de exercícios praticados são idênticos, com variações aproximadas (CHERVEL, 1990, p.203)

A vulgata seria composta por uma série de componentes, entre eles, na análise do Ensino Religioso podemos destacar os *conceitos ensinados*, como aqueles oriundos da fé e da moral cristãs. De acordo com o material utilizado era necessário que as crianças viessem a conhecer Deus como “Salvador (...)”,

Libertador (...)” (ASSINTEC, s/d⁴⁷, p.2), além de compreender na aprendizagem da Bíblia a resposta para as questões existenciais.

Em se tratando de uma disciplina que, de acordo com a legislação vigente em 1961 e cujo texto publicado pela Lei 5692/71 trazia apenas a obrigatoriedade da oferta e a facultatividade da matrícula, os conceitos ensinados poderiam ter inúmeras variáveis de acordo com a escola e com a religiosidade professada pela família do estudante. Observamos que na cidade de Curitiba, durante as décadas de 1970 e 1980, a base de conceitos ensinados estava focada nos conhecimentos bíblicos sob a perspectiva do Ecumenismo. Como podemos observar no manual do professor da Coleção *Crescer em Cristo*

MANUSEIO DA BÍBLIA

Há diversas maneiras de se indicar as citações bíblicas. A maneira adotada pela ASSINTEC nas suas aulas é a seguinte:

- Gênesis 1, 26 = indica o livro de Gênesis, capítulo 1, versículo 26
- Gênesis 1,26 – 30 = indica o livro de Gênesis, capítulo 1, versículos 26 até 30
- Gênesis 1, 26, 28, 30 = indica o livro de Gênesis, capítulo 1, versículos 26, 28 e 30
- Gênesis 1, 26s = indica o livro de Gênesis, capítulo 1, versículo 26 e seguinte
- Gênesis 1, 26 ss = indica o livro de Gênesis, capítulo 1, versículos 26, 27 e 28 ou mais alguns versículos (ASSINTEC, 1979, p.9)

Além dos materiais de apoio produzidos pela ASSINTEC, como as apostilas *Crescer em Cristo*, os professores do Município de Curitiba seguiam o Currículo escolar prescrito pelo Estado do Paraná. Cabe aqui observarmos que o entendimento acerca de currículo é bem amplo e diverso apontando para múltiplas e diferentes interpretações. Conforme Sacristán (2000, p. 34), o currículo se define como “o projeto seletivo de cultura, cultural, social, política e administrativamente condicionado, que preenche a atividade escolar e que se torna realidade dentro das condições da escola tal como se acha configurada”. Por essa acepção, o currículo é uma ferramenta de seleção da cultura, de organização do conhecimento, em contexto histórico determinado, uma construção social.

Nessa direção, Goodson (1995, p. 77) assinala que o currículo escolar é uma área de produção e reprodução social, “onde as prioridades políticas e sociais

⁴⁷O documento citado não possui data de publicação, porém a apresentação está assinada pelo então presidente da ASSINTEC Elias Abrahão. Sabemos que o Pastor Elias Abrahão foi presidente da ASSINTEC de sua fundação, em 1973 até 1985, assim o documento se encontra dentro do recorte estabelecido para a pesquisa.

são predominantes”. O conhecimento selecionado, considerado socialmente válido, se corporifica na ideia de disciplina, que é um elemento organizador do currículo e constitui a forma mais tradicional de organização do conhecimento escolar.

Ao classificar o ensino e selecionar os saberes escolares, a disciplina escolar compartilha com o currículo o mesmo sentido de construção social, passando, portanto, a se constituir em objeto de interesse dos grupos sociais dominantes, visto que inculca o conhecimento que se considera válido. De acordo com Santos (1990, p. 21), o desenvolvimento de uma disciplina está condicionado a fatores internos e externos. Os fatores internos dizem respeito às condições de trabalho na área, como os critérios epistemológicos e metodológicos, a ciência de referência, o aparato acadêmico-científico, as associações profissionais, o trabalho docente e a produção editorial. Os fatores externos, por sua vez, “estão diretamente relacionados à política educacional e ao contexto econômico, social e político que a determinam”. O peso e influência de cada um desses fatores dependem do nível de desenvolvimento em que a disciplina se encontra, de sua relação com o campo educacional. Em razão das forças que incidem sobre as disciplinas, Goodson (1997, p. 43) defende que, “a disciplina escolar é construída social e politicamente e os actores envolvidos empregam uma gama de recursos ideológicos e materiais à medida que prosseguem as suas missões individuais e coletivas”.

Observando a figura 2 e as estratégias de desenvolvimento da aula nela contidas, percebemos uma consonância entre os materiais distribuídos pela ASSINTEC e o Currículo do Estado do Paraná. Haja vista que, assim como ocorria na Prefeitura Municipal de Curitiba, a associação participava dos processos de elaboração dos documentos oficiais da rede estadual e da formação continuada dos professores.

Para alguns professores "a religião é resposta a um sustentáculo de valores" (JOHNSON, 1964, p. 47) assim, as aulas de Ensino Religioso, quando não estavam focadas no estudo da Bíblia ou de valores propriamente religiosos, focavam no ensino dos ditos **valores universais**. Muitos materiais de ex-alunos ou registros das escolas públicas municipais trazem atividades como essa da imagem. Assim, o professor que optava por não adentrar o campo da religião em suas aulas, seguia o caminho das aulas de valores. No entanto, mesmo ao trabalhar a disciplina focada no ensino de valores, e não na religião cristã especificamente, há autores religiosos, que como Ritter (2000, p. 5-6) defendem que mesmo os valores universais têm sua

origem na religião cristã pois estão calcados na ideia de um criador e no amor à sua criação.

FIGURA 2 – CURRÍCULO DO ESTADO DO PARANÁ PARA O ENSINO RELIGIOSO – 1981

ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO	OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES
<p><u>INTERIORIZAÇÃO EM MOMENTOS DE SILÊNCIO</u></p> <p>Pensar que:</p> <ul style="list-style-type: none"> . a amizade que tenho por alguém está enquadrada na amizade como a de Roberto e Plínio? . se Jesus hoje perguntasse a você que qualidades tem a sua amizade, que resposta você lhe daria? <p><u>CELEBRAÇÃO DA VIDA</u></p> <p>Expressão de atitudes com convite para repetirem:</p> <p>" Não chamo vocês de escravos, porque o escravo não sabe o que seu de no faz. Mas, chamo vocês de amigos, pois tenho dito a vocês tudo que ouvi de meu Pai "(cf. João 15.15).</p> <p><u>PRECE</u></p> <p>Professor: Senhor Deus, não me criaste ilha; sozinho não sou ninguém.</p> <p>Grupo 1: Estendo minha mão à procura de outra mão.</p> <p>Grupo 2: Lanço meu olhar a procura de outro olhar.</p> <p>Todos: Somos grupo, somos amizade, somos relação. Obrigado Senhor, pela nossa capacidade de amar.</p> <p>Um aluno: Compreende Senhor, que ser amigo não é apenas ser ajuda.</p> <p>Grupo 1: Também não é tirar proveito.</p> <p>Grupo 2: Ficar ao lado só no tempo bom.</p> <p>Um aluno: Amigo fiel ouve, aceita, acolhe, ampara, cresce ao lado do outro.</p> <p>Todos: Senhor, que vontade temos de amar assim !</p>	<p>Sendo possível, colocar neste momento um fundo musical suave para auxiliar a reflexão pessoal.</p> <p>Esta prece pode ser mimeografada para ser repetida em jogral.</p>

Fonte: PARANÁ, 1981,s/p⁴⁸

As estratégias propostas pelo Currículo do Estado do Paraná, que observamos na figura 2, nos levam a ver o Ensino Religioso como uma disciplina quase alheia às demais práticas escolares. A proposição de momentos de meditação com base em histórias de cunho cristão, relacionando a aula com ensinamentos bíblicos e preces, demonstra que o foco era muito mais religioso do que pedagógico, não fazendo a distinção entre o espaço de fé e o espaço de construção do conhecimento.

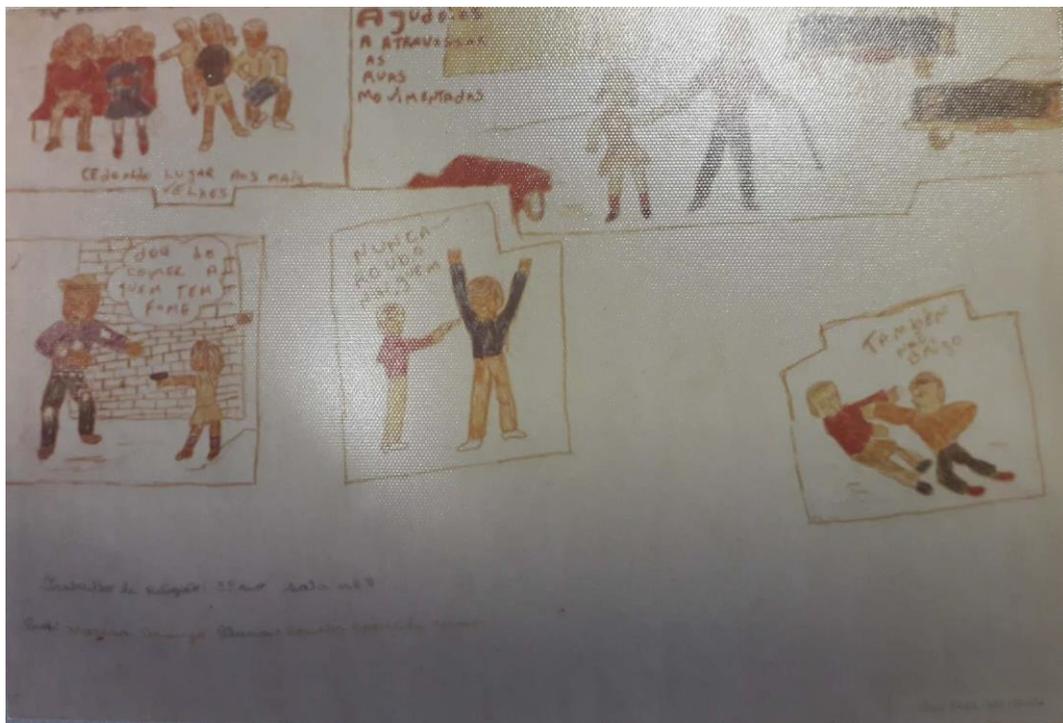
Analisando os materiais utilizados na disciplina escolar Ensino Religioso, bem como as orientações dadas aos professores e as atividades realizadas pelos alunos, principalmente no que se refere ao Município de Curitiba entre as décadas de 1970 e 1980, lembrando que o município não possuía um currículo próprio para o desenvolvimento da disciplina, a orientação era para que os professores seguissem o que estava determinado pelo currículo do Estado do Paraná e pela ASSINTEC,

⁴⁸A imagem foi retirada de um caderno de planejamento de uma professora da Rede Municipal de Ensino de Curitiba.

através dos boletins informativos, cursos e materiais disponibilizados para as escolas. Com a orientação do estudo acerca dos termos e conceitos presentes nestes materiais, observamos que havia uma intencionalidade de doutrinação, não católica especificamente, mas com foco no pensamento e na moral cristã sob a égide do ecumenismo, ou, como encontramos nos materiais didáticos, da **interconfessionalidade**.

Em um registro realizado por um estudante, vemos que o professor solicitou aos estudantes que desenhassem, em uma folha de papel A4, atitudes condizentes com o que havia sido trabalhado nas aulas de Ensino Religioso, na figura 3⁴⁹:

FIGURA 3 - EXERCÍCIO DE ENSINO RELIGIOSO



Fonte: Arquivo histórico da ASSINTEC⁵⁰ (1982)

Transcrição da imagem - Cada quadro da atividade representa uma atitude: 1. ceder o lugar para os mais velhos; 2. ajudar a atravessar as ruas movimentadas; 3. dar de comer a quem tem fome; 4. nunca roubar ninguém; 5. também não brigar.

⁴⁹A fotografia do desenho faz parte do acervo histórico da ASSINTEC, que autorizou a utilização da imagem.

⁵⁰ As caixas do acervo não possuem uma ordem ou numeração.

2.1 SER INTERCONFESSIONAL É SER CRISTÃO CONFORME O PADRÃO APRESENTADO POR JESUS CRISTO⁵¹

O percurso do Ensino Religioso no espaço da escola tem uma história longa e certamente muito acidentada, que perpassa inúmeros debates institucionais e legais tanto para a construção da legislação quanto para a aplicação do que foi decidido. Cada palavra dos decretos ou leis sempre esteve envolvida pela disputa entre Estado e instituições religiosas. Cabe situar aqui a suposta homogeneidade da opção religiosa do povo brasileiro como decorrência da colonização portuguesa, no regime do padroado, durante o período da monarquia, e com forte influência durante os governos republicanos. (OLIVEIRA *et al*, 2007, p. 49)

Observamos que o parágrafo acima traz diferentes elementos que fazem parte da construção do Ensino Religioso como disciplina escolar, desde a herança cultural do processo de colonização do Brasil, até as disputas políticas e religiosas que influenciaram na manutenção e permanência da disciplina na legislação. Essas disputas podem ser observadas não só no âmbito político e/ou jurídico, mas também nos materiais disponibilizados para o uso em sala de aula, de acordo com Junqueira (2014, p. 90)

Os textos didáticos do Ensino Religioso utilizados no Brasil foram uma das estratégias utilizadas pelas igrejas para instrução do povo desde a mais tenra idade. No período republicano em que o Estado assumiu ser democrático e laico, especialmente a partir de 1889 até 1971, os manuais escolares tinham a estrutura dos catecismos organizados para a transmissão doutrinal.

Segundo o autor, a publicação da Lei 5692/71, bem como a aproximação entre católicos e protestantes a partir dos ideais do ecumenismo, durante o regime ditatorial, fizeram com que se ampliassem os horizontes do Ensino Religioso. Assim, aos poucos os responsáveis por pensar e coordenar esta disciplina precisaram deixar de lado a ideia de uma doutrinação de cunho exclusivamente católico, assumindo uma posição ecumênica ou interconfessional. Ao tratar do Ensino Religioso na legislação do período, vemos que:

O Ensino Religioso, ao longo da história da educação, assume diferentes concepções. Inicialmente compreendido como ensino da religião, doutrina, educação pastoral na escola, meio de evangelização e ensino religioso confessional; com a Lei nº 5.692/71, em seu artigo 7º, parágrafo primeiro, o ensino religioso, obrigatório para as escolas de ensino fundamental e médio passa a ser compreendido e desenvolvido como ensino religioso confessional cristão. (CARON, 2005, p.7) (grifos nossos)

⁵¹ PARANÁ. **Currículo do Ensino Fundamental. Curitiba, 1980**

Essa compreensão equivocada da legislação, apontada por Caron, se deu devido a facultatividade da disciplina para a matrícula dos estudantes. Para alguns, a compreensão foi a de que aqueles que não eram cristãos e, portanto, não concordavam com os conteúdos ministrados poderiam optar por não assistir as aulas. No entanto, a legislação não estabelece quais as ações da escola com relação a estes alunos.

A relação entre a Igreja Católica e o governo, no Brasil, mesmo após o advento da laicidade constitucional, sempre se mostrou bastante próxima. Porém, durante o ápice da ditadura civil-militar os setores mais progressistas da Igreja se mostraram contrários aos excessos cometidos pelo governo e pelas forças armadas. “Os grupos da ‘esquerda católica’ mais atuantes foram a Ação Popular (AP), a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Estudantil Católica (JEC)” (Instituto Nacional de Pastoral, 1994 apud JUNQUEIRA, 2014, p. 91-92). Numa busca por fortalecimento e unidade cristã, a Igreja Católica passa a se reunir com grupos protestantes que também tinham o intuito de resguardar os menos favorecidos, ainda que isso significasse oferecer resistência ao regime.

Em Curitiba,

Os primeiros passos do Movimento Ecumênico (...) remontam ao início da década de 1950 com o diálogo estabelecido entre presbiterianos, luteranos e católicos. Na década seguinte, na Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos (SOUC) de 1965, surge a Comissão Ecumênica de Curitiba (CEC), posteriormente denominado Centro Ecumênico de Curitiba. Este organismo tinha por objetivo suscitar estudos e pesquisas que ajudassem as igrejas a aprofundar e fundamentar o sentido de suas presenças na sociedade. Agregando presbiterianos, católicos, luteranos, metodistas, suscitando impulsos, mas também resistências, o CEC se fortaleceu e se tornou um espaço de luta contra o regime militar. Frente à situação sociopolítica do país, sob a inspiração dos ventos renovadores do Concílio Vaticano II e o envolvimento ativo da Igreja católica no ecumenismo, a sensibilidade ecumênica de muitos cristãos e cristãs os motivou a impulsionar a presença ativa de suas confissões de fé no testemunho e ação comuns. (MOVEC, 2016, s/p)

É importante salientar que a ideia de ecumenismo e de união dos cristãos de diferentes confissões (católicos, ortodoxos, protestantes, evangélicos, entre outros.) não era um caso isolado em Curitiba ou no Brasil. O ecumenismo já vinha sendo discutido e, em alguns países da Europa, colocado em prática numa tentativa de reduzir os conflitos entre católicos e protestantes, unindo suas forças em busca de um bem comum. Porém, nos países em que houve repressão por parte de governos ditatoriais, essa união ganhou força e representatividade entre diversos grupos.

No que diz respeito a educação nesse período e as influências dessas organizações, no artigo de Sérgio Junqueira, o autor ressalta que,

A partir da Lei n. 5.692 (1971), consequência da “Constituição dos Militares (24 janeiro 1967)”, provocou uma articulação de uma nova concepção para o Ensino Religioso resultante de uma proposta elaborada a partir do encontro das igrejas cristãs, ao longo das décadas de setenta e oitenta, assumida em quase todos os Estados da Federação. Tal concepção denominada de Interconfessional está sustentada no entendimento do verbo “Religio” como “Religare”, ou seja, a ligação entre a “Criatura e o Criador”, tem sua elaboração com Lactâncio (ca. 240 – ca. 320). (JUNQUEIRA, 2014, p. 100)

Essa ideia de um Ensino Religioso interconfessional, mas que na prática ainda serve ao cristianismo, se mostra evidente em textos voltados aos professores da área,

Apresentar a extraordinária figura de Jesus de Nazaré numa linha mais informativo-formativa e como que de fora da experiência cristã (...) Pertence ao “ensino religioso”. Evidentemente, trata-se de aspectos diversos de um único processo educativo. (GRUEN, 1994, p. 32)

Ou como fica explícito no material **Crescer em Cristo**, quando temos que

Para a Unidade Cristã, torna-se necessária a aceitação do “espírito ecumênico” que conduz o educando a um denominador comum: o estudo bíblico. A princípio tinha-se que a Bíblia era um documento estático, onde apareciam fatos vindos unicamente de Deus e transmitidos aos homens por inspiração (Deus soprou aos ouvidos). Pode-se dizer que refletia a realidade de um povo sem qualquer vinculação com o nosso dia-a-dia.

(...)

A Bíblia compreende o Antigo e o Novo Testamento, cuja composição e número de livros varia conforme a tradução grega ou hebraica. Por este motivo a ASSINTEC não usou, para a fundamentação bíblica das aulas, os seguintes livros: Tobias, Judith, I e II Macabeus, Sabedoria, Eclesiástico e Baruc. (ASSINTEC, 1979, p. 7) (grifos do autor)

Mesmo com a legislação prevendo a laicidade do Estado e o respeito a todos os credos, bem como o não privilégio de uma religião sobre outras no que diz respeito às questões públicas, este era o material que norteava as aulas de Ensino Religioso nas escolas municipais de Curitiba.

No que diz respeito à Lei 5692 temos que, se por um lado, o artigo referente ao Ensino Religioso mantém a oferta obrigatória por parte da escola pública e a frequência facultativa aos estudantes, por outro temos também o item “g” do artigo 1º em que a legislação prevê “a condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe ou raça” (BRASIL, 1971, s/p). Neste sentido Gruen (1994, p. 59) questiona

À luz do dispositivo que acabamos de ler, que dizer do recurso de desmembrar a classe na hora da aula de religião, para que cada grupo religioso cuide da sua catequese? “Agora, as crianças que não são católicas podem sair da sala...” E se forem crianças pequenas, quiçá poucas, ou tímidas? Como devem sentir-se? Como serão afetadas? Que o diga quem já teve a experiência de pertencer a uma minoria religiosa.

Esses questionamentos levantados por Wolfgang Gruen se mostram bastante pertinentes se analisarmos o texto legislativo e o contexto da escola pública em conjunto. Num primeiro momento, o artigo nos deu a ideia de que os princípios de Estado Laico, respeito à liberdade de crença e a facultatividade da disciplina escolar Ensino Religioso se complementavam. Mas e a prática de sala de aula? De acordo com o Parecer 540 emitido pelo CNE em 1977, a maioria das escolas estava enfrentando dificuldades em compreender o Ensino Religioso, entre outras áreas, como “matéria” escolar, segundo a relatora isso se dava pelo “fato de a importância dos objetivos educacionais não ser compreendida, ainda, por muitos educadores” (CNE 540/77).

De acordo com Oliveira *et al*:

Como maneira de obter apoio para suas determinações, a Lei 5692/71 reinseriu o Ensino Religioso nos horários regulares, compondo a área de estudos que agregava as aulas de Moral e Cívica, Artes e Educação Física – todas com direcionamento para a formação dos alunos para um civismo e uma moral afinados com os interesses militares. Entretanto, no âmbito de muitas escolas nos diferentes Estados da nação brasileira, tal configuração estimulou o surgimento e a prática de uma proposta de Ensino Religioso Ecumênica, ensejando, dessa forma, a integração das tradições cristãs. (2007, p. 53-54) (grifo nosso)

A Lei nº 5692/71 classificava o tratamento metodológico a ser dado aos conteúdos das séries escolares em atividades, áreas de estudo e disciplinas. As atividades compreendiam experiências a ser vividas, ao passo que as áreas de estudo constituíam a integração de áreas afins e as disciplinas abrangiam os conhecimentos sistemáticos. (2007, p. 59) (grifo nosso)

Essa fragmentação e sistematização contribuiu também para a ausência de uma definição mais clara e prática dos conteúdos e objetivos da disciplina Ensino Religioso. Ora, várias práticas escolares incluíam as “experiências a ser vividas” no que diz respeito à religião. A presença de elementos religiosos nas disciplinas era comum, em Moral e Cívica, por exemplo, que segundo Cunha “apoiando-se nas tradições nacionais, essa disciplina teria por finalidade: a defesa do princípio democrático, pela preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;” (2007, p. 295-296). Mas também em questões cotidianas como a leitura de textos bíblicos

e/ou rezas e orações no início das aulas e horário das refeições. Constituindo-se como elemento da cultura escolar.

Ao mesmo passo que temos uma permanência de ideais éticos, morais e comportamentais cristãos em algumas práticas escolares, por outro lado temos nesse período uma educação tecnicista

Os efeitos dessa concepção mecanicista newton-cartesiana não só leva à concepção do Universo como um ser mecânico constituído por objetos estanques, como faz o Ser Humano ocidental entender-se como algo fragmentado em mente e matéria (corpo), que atribui valor maior ao trabalho mental que ao trabalho manual, ao racional que ao intuitivo; que determina o conhecimento científico como único, distingue o Ser Humano como ser superior aos demais seres, enfim, separa a vida em áreas estanques e independentes (...) Isso tudo é evidenciado na Escola pela compartimentalização estanque dos níveis e áreas de ensino, pela fragmentação do conhecimento, pela estrutura, pelas relações de poder. (VIESSER, 1994, p. 225)

Essas permanências e rupturas acompanham os processos e transformações educacionais do período, segundo Viesser⁵²:

(...) o Ensino Religioso não fica alheio ao vaivém de ênfases didáticas dadas ora à formação lógica da mente, centrando-se em quem ensina (o professor do Ensino Religioso Tradicional), ora à exacerbada situação de quem aprende (os alunos do Ensino Religioso da Escola Nova), ora a formalidades e recursos utilizados (textos, livros, audiovisuais do Ensino Religioso Tecnicista), chegando até a ênfase na situação social (Ensino Religioso na Pedagogia Libertadora). (1994, p. 24)

É importante salientar, no entanto, que mesmo em todas essas “ênfases didáticas” citadas pela autora, há a permanência de um foco cristão no desenvolvimento desse Ensino Religioso escolar. O cristianismo, seja ele de confissão católica ou interconfessional, ainda se mostra como uma constante na construção dessa disciplina escolar. É notável que, apesar das restrições políticas e ideológicas impostas pelo regime ditatorial do período, o campo pedagógico passou por grandes transformações. Nesse sentido, Gruen, ao tratar da década de 1970 traz, em suas reflexões acerca do Ensino Religioso e da diversidade religiosa do Brasil, alguns questionamentos como:

(...) estamos dispostos a aceitar os riscos de uma lenta educação libertadora, ou preferimos a falsa segurança de paliativos e condicionamentos? Cederemos à fácil tentação do imediatismo, ou semearmos humildemente na esperança de que amanhã outros colham frutos sazonados? (GRUEN, 1994, p. 45)

⁵²Lizete Carmen Viesser foi professora da Rede Municipal de Ensino de Curitiba, atuou na ASSINTEC de 1973 até 1990 e também participou do GRERE de 1983 a 1990.

O autor traz essas provocações no sentido de trazer à reflexão um ponto importante da legislação e da prática pedagógica das escolas públicas no que diz respeito ao Ensino Religioso escolar após a publicação da Lei 5692/71, pois a fim de garantir um processo laico e de respeito às religiões não católicas, as escolas acabavam por promover a divisão dos alunos em diferentes turmas, cada qual de acordo com a sua confissão religiosa, o que o autor coloca que “é justamente o problema: neste caso teremos uma escola ‘para todos’ que discrimina” (GRUEN, 1994, p.45). Apesar de vermos esta possibilidade na legislação, não encontramos registros de nenhuma escola que tenha colocado isto em prática no Município de Curitiba ou mesmo no Estado do Paraná.

Neste sentido, a construção de um Ensino Religioso interconfessional ou ecumênico também pode ser entendida como uma “via de mão dupla” pois, se de um lado prevê a inclusão dos protestantes e evangélicos no processo educativo, por outro deixa de lado os estudantes não cristãos, perpetuando práticas excludentes e discriminatórias. Segundo dados elencados por Rivera, (2015, p. 28) no ano de 1980, 89% da população se declarava católica, 3,4% evangélicos de missão, 3,2% evangélicos pentecostais, 3,1 % de outras religiões, enquanto 1,6% afirmavam não professar nenhuma religião. Tendo em vista que o Estado brasileiro, entre as décadas de 1970 e 1980, já havia se declarado laico oficialmente há quase um século, “cabe ao Estado, em nome desse princípio, garantir o equilíbrio das forças religiosas em ação, limitando os grupos majoritários e privilegiados e criando condições para ampliar os direitos dos grupos em desvantagem” (RIVERA, 2015, p. 23).

No caso das escolas públicas de Curitiba esse movimento do Estado em prol das minorias religiosas assumiu uma característica diferenciada e, até certo ponto, controversa. Ao invés de trazer as possibilidades de uma construção plural embasada nos princípios de laicidade e liberdade religiosas descritos na Constituição Federal, a Prefeitura Municipal de Curitiba firmou um convênio de cooperação técnica com a Assintec, uma associação ecumênica (ou interconfessional, como sua razão social trazia) que, por sua vez, promoveu a união das religiões cristãs, católicas, protestantes e evangélicas, perpetuando a discriminação nas minorias não cristãs.

O convênio entre Prefeitura e ASSINTEC, de acordo com documentos anexos aos processos mais recentes⁵³, traz como referência a assinatura em 1973,

O surgimento oficial (...) se deu no dia 02 de janeiro de 1973, quando celebrou-se um convênio com a secretaria Estadual de Educação do Paraná e Municipal de Curitiba, sob condição de que dentro de seis meses⁵⁴ fosse criada uma associação responsável pelo projeto de implantação do Ensino Religioso nas escolas públicas do Paraná. Desde então, a ASSINTEC vem desenvolvendo trabalhos na área de Ensino Religioso junto às Secretarias (...) (CURITIBA, 2005, p. 61) (grifos nossos).

Há uma certa *rapidez* entre a organização da Prefeitura Municipal de Curitiba em aprovar o início dos trabalhos com Ensino Religioso nas escolas públicas (através do Decreto 897 assinado em 1972), a criação da ASSINTEC e o estabelecimento de um convênio de cooperação técnica. No entanto, um relatório apresentado pela Associação em 1976, mostra que a mesma já vinha sendo organizada desde 1971, como veremos a seguir.

2.2 A FALTA DE CULTURA RELIGIOSA DE NOSSO POVO, EXIGIA UMA TOMADA DE DECISÃO⁵⁵

O relatório apresentado pela ASSINTEC, em 04 de maio de 1976, inicia com um breve histórico da Associação. Neste histórico vemos que as ações do grupo responsável pela fundação da ASSINTEC foram:

- 1971 - A falta de cultura religiosa de nosso povo, exigia uma tomada de decisão. Maior preocupação: - a ausência de ensino cristão nas escolas.
- Surgiu a primeira idéia: - Ensino Moral-Religiosos radiofonizado.
- 1972 – A idéia amadureceu e as primeiras providências foram tomadas.
- Desde o início recebeu todo o apoio e incentivo de Igrejas / que professam a doutrina cristã.
- Dia 17 de maio, o Prontel (Programa Nacional de Tele-Educação) do Rio de Janeiro, aprovou o projeto de ensino religioso radiofonizado que lhe havia sido enviado em fevereiro.
- O mesmo projeto foi enviado à S.E.C. dia 30 de maio.
- Recorreu-se ao Conselho Estadual de Educação e, a 9 de agosto, recebeu parecer favorável por unanimidade.
- O Decreto 897, de 06 de dezembro, autorizou a implantação das aulas radiofonizadas nas “Unidades Escolares Municipais”.

⁵³Não localizamos o primeiro documento do convênio. Porém, todos os processos a partir de 1987, trazem na sua justificativa a data de janeiro de 1973 como a primeira vez em que a Prefeitura Municipal de Curitiba e o Estado do Paraná assinaram tal acordo.

⁵⁴A Assintec é registrada como pessoa jurídica em 30 de janeiro de 1974, sob o nome empresarial Associação Interconfessional de Educação de Curitiba e nome fantasia Assintec, de acordo com o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

⁵⁵ASSINTEC, 1976, p. 1

1973 – Convênio assinado com a S.E.C. dia 02 de janeiro (publicado / e, Diário Oficial, nº 226 do dia 25 do mesmo mês, página 13), permitiu a entrada da Assintec nas Escolas Oficiais. (ASSINTEC, 1976, p. 1) (grifos, aspas e parênteses do original)

O convênio, inicialmente, possuía vigência de cinco anos, sendo renovado ao término deste período⁵⁶. Previa que a Prefeitura Municipal de Curitiba participaria do convênio cedendo três professores, com padrão de 20 horas, para compor a equipe técnico/pedagógica, enquanto o Estado do Paraná teria como parte do acordo fornecer o espaço físico, telefone, água, luz, materiais de escritório e de limpeza. As funções desta equipe de professores cedida pela prefeitura previam instrumentalizar e assessorar os professores de Ensino Religioso, com a elaboração de apostilas e informativos, promover eventos e buscar parcerias com outras instituições para a formação continuada e elaboração de materiais didáticos e paradidáticos para as aulas de Ensino Religioso. Após o término da vigência do primeiro contrato, o convênio foi renovado e a partir daí se estabeleceu duração de dois anos, sendo renovado ao final de cada ciclo.

Ao pensarmos a legislação que traz o Ensino Religioso escolar como parte integrante da escolarização dos cidadãos e, portanto, parte da escola pública, deixando a definição dos conteúdos e objetivos de aprendizagem desta disciplina a cargo de uma instituição privada, entendemos que o Estado estaria *abrindo mão* de uma de suas principais atividades no campo educacional. Essa *interferência* do privado na escola pública, em um primeiro momento, pode parecer quase que insignificante, uma vez que não trará incidências diretas sobre questões financeiras ou estruturais. Porém, nos levou a refletir sobre a “distinção público/privado” levantada por Bobbio (1987) em que ele trata dessa interpenetração de interesses que culminam na formação de grupos privados que, a partir dessa relação com o que é público, utilizam-se do aparato do Estado a fim de atingir objetivos próprios.

Em seu livro **O pensamento privatista em educação**, Dirce Mendes da Fonseca faz importantes reflexões sobre os processos de privatização da educação a partir de 1964. Nesse livro, a autora trata também da relação entre a Igreja Católica e o Estado, em especial à educação, apresentando a “ideologia liberal e a ideologia da Igreja católica” (FONSECA 1992, p.34) como fatores importantes desse

⁵⁶O convênio entre ASSINTEC e Prefeitura Municipal de Curitiba permanece vigente até 2020. Entre as décadas de 1990 e 2010 a vigência passou a ser de dois anos, com renovações ao final do período e, em 2016, uma nova alteração no convênio trouxe a vigência de quatro anos para o mesmo.

processo. A autora também cita a encíclica *Divine Illius Magistri* em que o Papa Pio XI defende a “missão educadora” da Igreja. Segundo Fonseca (1992, p. 35) “a Igreja defende os direitos da família, a liberdade da iniciativa particular e a função subsidiária do Estado na prática educacional.” No caso do Ensino Religioso nas escolas públicas municipais de Curitiba temos a intenção da Igreja em manter sua “missão educadora” no que diz respeito a definição dos conteúdos e programas educacionais, bem como a intenção do Estado em transferir a sua responsabilidade, assumindo apenas o papel de manter o subsídio para os salários dos professores.

Enquanto os cristãos se organizavam com o intuito de manter e direcionar o Ensino Religioso escolar, no *Diário do Paraná*, em texto intitulado “Governo Apoiará o Conselho Estadual de Educação no PR”, o jornal afirma que “é da competência do CEE estabelecer normas para o ensino religioso, para o ensino em escolas profissionais, de grau médio e primário (...)” (22 de maio de 1971)(grifo nosso)., portanto, uma disputa de poderes na definição do que seria ensinado na disciplina escolar Ensino Religioso. Uma disputa que, por sua influência junto à políticos e funcionários dos diferentes órgãos públicos do Estado do Paraná e Prefeitura Municipal de Curitiba, mesmo que a laicidade vigorasse há mais de 80 anos, os cristãos saíram à frente e, assim, segundo relatório entregue pela Associação à Secretaria Municipal de Educação de Curitiba, no ano de 1976⁵⁷

Durante o 2º semestre de 1972, um grupo de pastores e padres discutiu a matéria sob muitos aspectos e elaborou um Plano de Ensino Religioso para as quatro primeiras séries do curso fundamental. Participaram representantes católicos, metodistas, presbiterianos, congregacionais, episcopais e luteranos. (ASSINTEC, 1976, p. 1)

A implantação de tal “Plano de Ensino Religioso” foi autorizada pelo então prefeito de Curitiba, Jaime Lerner, em 6 de dezembro de 1972, sendo em janeiro de 1973 assinado o convênio entre o Estado do Paraná e a Assintec⁵⁸.

⁵⁷De acordo com este relatório, as primeiras reuniões para a organização de uma associação interconfessional que viesse a atender as necessidades do Estado do Paraná e da Prefeitura de Curitiba, com relação ao Ensino Religioso, datam do início de 1972. Participaram destas reuniões, padres, pastores, professores, coordenadores e secretários (não nomeados no relatório, apenas o cargo foi citado). As reuniões aconteceram no primeiro semestre de 1972, no entanto, o decreto 897 que autorizou a inclusão do Ensino Religioso na grade curricular das escolas públicas municipais é de dezembro de 1972.

⁵⁸ A assinatura do convênio com a Secretaria Estadual de Cultura está publicada no Diário Oficial de 25 de janeiro de 1973, página 13, esse é o primeiro registro oficial da entrada da associação nas escolas oficiais do Estado.

Assim, com o aval do Estado do Paraná e da Prefeitura Municipal de Curitiba, este grupo de religiosos, denominado ASSINTEC, se constitui oficialmente em janeiro de 1973 e assume o Ensino Religioso das escolas públicas municipais de Curitiba e estaduais do Paraná, por meio de um convênio de cooperação técnica

Em março de 1973 inaugura-se a “Associação Interconfessional de Educação”, nas dependências do Convento o Senhor Bom Jesus na rua Alferes Poli, 52. É um ano marcado por muitas reuniões, elaboração da linha que seria adotada no Ensino Religioso radiofonizado, bem como dos estatutos da nova entidade. (SCHLÖGL, 2005, p. 18)

FIGURA 4 - SOLENIDADE DE INAUGURAÇÃO DA ASSINTEC - 1973



Fonte: Arquivo histórico da Assintec⁵⁹⁶⁰.

Na figura 4 vemos: Dom Agostinho Marochi pároco da paróquia Nossa Senhora de Fátima, Frei Arnaldo Pereira de Souza, Dom Pedro Fedalto arcebispo de Curitiba, Bispo Wilbur K. Schmidt e Dona Grace da Igreja Metodista', o registro original, ao lado da fotografia nos arquivos da Assintec, não traz o sobrenome da Dona Grace, no entanto, em outro registro ela é apresentada como esposa do Bispo Wilbur K. Schimidt. Essa associação interconfessional, ou ecumênica, constituída por diferentes cristãos (padres, pastores e fiéis) ganha espaço, *status* e notoriedade no que diz respeito ao Ensino Religioso escolar. Assim, deu início não só ao projeto

⁵⁹ As caixas do acervo não possuem uma ordem ou numeração.

⁶⁰ As fotografias encontram-se em uma caixa sem numeração, conta apenas a inscrição “Arquivo Histórico da ASSINTEC”.

de catequese radiofônica, mas passam a produzir materiais (apostilas, boletins, subsídios) para os professores das escolas públicas.

Chervel traz um questionamento que nos parece pertinente ao observar esse movimento entorno de uma disciplina escolar, “ele se questiona sobre a função respectiva da família, da sociedade e da escola na educação” (CHERVEL, 1990, p. 216). Vemos, a partir dessa organização de grupos religiosos a fim de assegurar o direito dos alunos aos conteúdos referentes ao Ensino Religioso o estabelecimento de uma linha muito tênue entre as funções de cada um no processo educativo, principalmente no que diz respeito à educação pública. Uma questão que talvez não consigamos responder apenas com essa pesquisa é qual o impacto dessa atuação na formação desses alunos? Até que ponto houve equilíbrio entre a ação desse grupo e as práticas pedagógicas? Essas duas questões demandariam uma pesquisa mais ampla, com base em dados aos quais, nesse momento, não temos acesso.

FIGURA 5 - AUTORIDADES EM VISITA À SEDE DA ASSINTEC, 1973



Fonte: arquivo histórico da ASSINTEC⁶¹.

A ASSINTEC possui, em seu acervo histórico, uma série de imagens relativas à solenidade de inauguração da Associação e da sua primeira sede, no entanto a maioria, como a Figura 5, não possui a identificação de quem são as pessoas presentes na solenidade. Os textos que acompanham as imagens apenas as identificam como **professores, religiosos e autoridades** (que aqui podem ser entendidas como autoridades políticas, religiosas, entre outras). No entanto, nos

⁶¹ As caixas do acervo não possuem uma ordem ou numeração.

chama a atenção a presença feminina, mesmo na mesa composta para a solenidade. De acordo com Ferreira (1998, p. 52-53)

Na década de 70 começaram a ter visibilidade os movimentos pela emancipação feminina e, portanto, pela mudança da condição mulher na sociedade. A predominância maciça da mulher no magistério será uma constante, e com ela a representação da profissão como um trabalho tipicamente feminino, diretamente associado às suas habilidades afetivas e de maternagem.

No que diz respeito à instrução de caráter religioso essa ideia da mulher como a figura responsável pela educação das crianças se torna ainda mais forte tendo em vista que é a mãe que se responsabiliza pela criação e cuidados com os filhos enquanto o pai é o provedor financeiro da família.

A ASSINTEC, em seus primeiros anos de funcionamentos promoveu eventos como a “Maratona Bíblica”, cursos de extensão e formação continuada e encontros com educadores da região. Além da sala de aula, a ASSINTEC também se envolve no meio político, sendo uma peça importante no processo da Constituinte e na manutenção do Ensino Religioso na legislação, como podemos ver:

Nós abaixo-assinados propomos que no Tema Educação conste: “QUE A EDUCAÇÃO SEJA UMA DAS METAS PRIORITÁRIAS DA NOVA CONSTITUIÇÃO”. QUE A EDUCAÇÃO RELIGIOSA SEJA GARANTIDA PELO ESTADO EM TODAS AS ESCOLAS COMO PARTE INTEGRANTE DO SISTEMA DE ENSINO, RESPEITANDO A PLURALIDADE RELIGIOSA DO POVO BRASILEIRO. (ASSINTEC, 1986, p. 1) (As letras encontram-se em caixa alta no original) (grifo nosso).

Duas questões chamam a atenção na citação acima. A primeira por, em tese, a ASSINTEC se mostrar como defensora da “pluralidade religiosa do povo brasileiro”, porém na prática das orientações pedagógicas e dos materiais elaborados para as aulas de Ensino Religioso, se mostrar como uma instituição de pluralidade cristã. A outra questão é o engajamento político que foi um marco importante na história da ASSINTEC, trazendo consigo inúmeros fatores que interferiram na construção da disciplina escolar Ensino Religioso, “e se não estiver na lei? Para quem educa por opção e assume o compromisso de transformação, a educação religiosa ainda que ‘fora da lei’ pode encarnar-se na consciência profissional. Assim caminhamos para uma EDUCAÇÃO DE FATO.” (ASSINTEC, 1987, p. 1).

Este trecho do informativo nos traz reflexões importantes sobre o papel do professor e vemos que a ASSINTEC claramente convocando os professores, em

especial as professoras⁶², a estabelecer relações entre religião e educação e, se preciso for, colocar suas convicções religiosas acima da legislação e do Currículo escolar. Garantindo assim, por uma inserção cultural por meio da escola, a hegemonia cristã, mesmo que esta não esteja prevista na lei.

O processo de aprovação da inclusão do Ensino Religioso nas escolas públicas do Município de Curitiba (Decreto 897 de dezembro de 1972), a fundação da ASSINTEC (janeiro de 1973) e a assinatura do convênio de cooperação técnica (março de 1973), bem como a implantação e a promoção do projeto de “catequese radiofônica” aconteceram de forma bastante rápida e coordenada, de forma que nos leva a pensar na forte influência que as igrejas cristãs, neste caso católicas e protestantes, exerciam sobre o governo local e vice-versa.

2.3 COM VOZES AGRADÁVEIS, NARRANDO HISTÓRIAS DA BÍBLIA OU DA VIDA DIÁRIA (...) É O PROGRAMA DA ASSINTEC⁶³

Quem organizou estas experiências e criou a primeira emissora de rádio no Brasil foi o professor Edgard Roquette-Pinto, levando adiante aquela nova tecnologia, que iria modificar profundamente a sociedade brasileira no século XX que determinava a necessidade de permissão do Ministério da Viação, através dos Correios, para se possuir um aparelho receptor. (PIMENTEL, 1999, p. 20)

O início do século XX foi marcado pela nova tecnologia, o Rádio. No campo educacional as discussões acerca do uso deste meio de comunicação remontam à década de 1920. Com sistemas de alfabetização via rádio a educação popular vinha se utilizando dessa ferramenta desde os anos 1950, pois através de programas educativos conseguiam chegar a regiões rurais e de difícil acesso para professores. Podemos dizer que o rádio foi a primeira experiência de Educação à Distância no Brasil, segundo Pimentel (1999, p. 16) “o rádio, por ser um meio que trabalha apenas com o sentido da audição, tem algumas características especiais que, em um processo educativo, precisam ser levadas em consideração”. Por se tratar de um instrumento de áudio, as aulas seriam facilmente adaptadas a realidade dos educandos pois traziam uma história ou ensinamento de base moral e/ou bíblica que

⁶² Além de constituírem a maioria do professorado de Ensino Fundamental, ao aliar a educação e a religiosidade, a figura da mulher tem especial apelo no que diz respeito a formação da espiritualidade das crianças.

⁶³ ASSINTEC, 1973, p. 1

serviriam de parâmetros, mas as atividades seriam planejadas e orientadas pelo professor da turma.

Nas escolas públicas municipais de Curitiba, a experiência de utilizar as ondas sonoras no processo educativo surge na década de 1970, sob o título: “Ensino Moral Religioso Escolar Radiofônico Interconfessional”. Em 1972 o governo federal, havia publicado o Decreto 70.066, a fim de instituir “o Programa Nacional de Teleducação - PRONTEL, com o objetivo de integrar, em âmbito nacional, as atividades didáticas e educativas, por intermédio do Rádio, da Televisão e outros meios, de forma articulada com a Política Nacional de Educação.” (BRASIL, 1972, s/p). Foi através deste programa que as aulas de “ensino moral-religioso” tiveram o seu início. Com projeto aprovado pelo PRONTEL, o objetivo era trazer o Ensino Religioso para as salas de aula nos “moldes do Mobral⁶⁴”, segundo relatório da Assintec.

De acordo com o jornal “Diário do Paraná” de 16 de setembro de 1972, em matéria intitulada “Formação Religiosa em curso pelo rádio”, a proposta de uma catequese radiofônica já vinha sendo discutida com grupos religiosos e prefeitura de Curitiba antes da oficialização ou da criação de uma associação que viesse a organizar o Ensino Religioso como disciplina escolar. Isso nos leva a questionar alguns dados presentes em relatórios e documentos pois encontramos dados divergentes no que diz respeito às datas de elaboração e de implantação do sistema de catequese radiofônica e da aquisição e distribuição dos aparelhos de rádio para as escolas.

Em 1973 observamos, na ata de fundação da ASSINTEC, que houve a formalidade de tornar oficial a Associação Interconfessional de Educação para, assim, estabelecer os convênios de cooperação técnica. O estabelecimento de uma “associação” para este fim se fez necessária pois, a Constituição Federal, ao estabelecer a laicidade do Estado e o direito à liberdade religiosa, não permitiria ao

⁶⁴Este trecho do relatório, fazendo um comparativo entre o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), e o Ensino Religioso não ficou muito claro. Ao pesquisar sobre o MOBRAL, identificamos que o mesmo trazia a preocupação do governo (civil-militar) com as altas taxas de analfabetismo e a interferência da falta de escolarização da população no desenvolvimento industrial e econômico do país. Assim, o MOBRAL estava focado na Educação de Jovens e Adultos que não tiveram a possibilidade de estudar na infância. Acreditamos que essa comparação se deu, no relatório da ASSINTEC, porque em algumas comunidades mais carentes e/ou isoladas, com difícil acesso para professores, essa modalidade de educação acontecia via rádio e televisão, com apoio de materiais didáticos elaborados especificamente para este fim.

Estado do Paraná e ao Município de Curitiba, estabelecer convênio com uma instituição religiosa. Assim, ao estabelecer convênio com a Assintec, uma instituição Interconfessional que, segundo os fundadores, era composta por padres, pastores e leigos que não tinham como objetivo defender ou representar apenas o seu credo, mas sim garantir a diversidade nas ações relacionadas à disciplina, não haveria nenhuma inadequação ao princípio de laicidade.

É importante salientar que a própria associação deixava claro que estava defendendo a diversidade dentro dos princípios do ecumenismo cristão, ou seja, deixava de fora todas as religiões, crenças e filosofias de vida que não se enquadrassem nos princípios bíblicos. Isso fica claro ao observarmos o histórico” das aulas de Ensino Religioso radiofonizadas, entregue pela ASSINTEC em 04 de maio de 1976, no qual os objetivos das aulas estão listados da seguinte forma:

Aulas: - Montadas por equipe da Assintec, com base nas experiências da criança, levando em conta as características psicológicas das mesmas e a metodologia adequada.

- Iluminam um fato da vida diária da criança confrontando-o com fatos bíblicos para criar um senso crítico cristão no educando.

- Tem como objetivos gerais na:

1ª série: - Identificar-se como pessoa humana, através do auto-conhecimento, percebendo o próprio valor.

2ª série: - Identificar o mundo que a cerca e o que nele existe como criação de Deus, no / qual o homem tem a tarefa de dominar, vivendo fraternalmente com seu irmão, reconhecendo-se como membro da comunidade e ajudando a crescer e desenvolver-se.

3ª série: - Situar-se como participante de um novo povo, através do sentido da morte e ressurreição de Cristo, percebendo que estamos construindo o Reino de Deus.

4ª série: - Descobrir-se inserido num contexto social que faz história através do estudo / da caminhada do povo de Deus, percebendo sua vida e História da Salvação.

5ª série: - Perceber o chamado à própria realização através da pessoa de Jesus, procurando se identificar com Ele.

6ª série: - Descobrir os valores comunitários, através da Igreja Primitiva, percebendo o valor da Fraternidade Cristão.

7ª série: - Redescobrir a vocação cristã, através das cartas de Paulo, percebendo nelas o chamado a servir.

8ª série: - Situar-se no processo evolutivo e dinâmico da História da Salvação, através / da análise crítica da realidade, percebendo sua responsabilidade como agente participante desta História. (ASSINTEC, 1976, p. 1 – 2)

Neste trecho do relatório, fica claro que o objetivo das aulas radiofônicas, bem como da associação era a difusão do pensamento cristão, bem como os ensinamentos relacionados à Bíblia. Assim, apesar de o ecumenismo ou a interconfessionalidade, num primeiro momento, nos parecerem uma ideia com base na diversidade religiosa, ao aprofundar as leituras dos documentos elaborados para

e a partir das aulas e materiais propostos pela ASSINTEC, fica claro o posicionamento cristão do grupo e a falta de representatividade de religiões não cristãs.

No entanto, a organização das aulas de Ensino Religioso via rádio precedeu a fundação da ASSINTEC. De acordo com o anexo do protocolo 04334/1-72, o Frei Arnaldo Pereira de Souza já vinha trabalhando junto à secretaria da Educação no que diz respeito a este projeto de implantação do “Sistema Radiofônico de aulas Moral-religiosas”. De acordo com o projeto⁶⁵, era necessário que a Igreja auxiliasse a rede pública de ensino no que diz respeito ao Ensino Religioso pois,

Não faltam reclamações dos pais, sentindo a falta de ajuda da Igreja na educação moral-religiosa de seus filhos. Até mesmo professores mostram-se ávidos de sacerdotes e pastores para a solução de problemas infanto-juvenis.

Diante dum histórico tão deprimente, vem no entanto, a tele-educação favorecer com menos material humano, satisfazer uma inteira comunidade, através do Rádio e da Televisão.

E, acresce que é uma das metas prioritárias da Nação o tele-ensino e sua respectiva formação moral-cívico-religiosa. (Protocolo 04334/1-72, 1972, p. 1)

“A implantação do Plano da Educação Religiosa efetuou-se no 2º semestre de 1973, nas 144 escolas oficiais de Curitiba, pelo sistema radiofonizado, através de 2 emissoras locais de 2ª a 5ª feira em 3 horários.” (ASSINTEC, s/d, p.14). Essas 144 escolas oficiais eram divididas entre escolas públicas municipais e estaduais, onde os aparelhos de rádio foram distribuídos para que os professores pudessem utilizar o programa como parte integrante de suas aulas. Além do programa de rádio, os professores tinham acesso a materiais de apoio como os boletins informativos e a apostila “Crescer em Cristo”.

⁶⁵O projeto era local, uma iniciativa do grupo de Curitiba, com foco em todo o território estadual. Porém, há relatos de solicitação de auxílio e apoio a grupos e pessoas de outros Estados, na elaboração e gravação das aulas.

FIGURA 6 - APARELHOS UTILIZADOS NA GRAVAÇÃO DAS AULAS DE ENSINO RELIGIOSO, 1973



Fonte: Arquivo histórico da ASSINTEC⁶⁶.

O Arquivo Histórico da ASSINTEC guarda algumas fotografias da aparelhagem utilizada na gravação das aulas de Ensino Religioso via rádio, como a da figura 6, infelizmente não há nenhuma gravação nos arquivos. Entre os documentos, no entanto, encontramos algumas cartas de convite enviadas a professores e líderes religiosos para participarem deste trabalho. Além de um registro de como essas aulas deveriam acontecer. A proposta trazia o modelo de aula a ser seguido:

As aulas serão baseadas no conhecimento da Bíblia, mediante a qual a criança valorizará Deus, o Homem, seu trabalho, o modelo de todos os homens, Cristo, através do Antigo e Novo Testamento, restando finalmente a opção livre dos adolescentes por Cristo em sua vida. Será dada uma aula por série, uma vez por semana, a alunos do 1º grau, a qual terá a duração de vinte minutos e será dividida em duas partes. A primeira parte constará de dez minutos de Ensino Religioso Especializado, transmitido pelas Rádios Santa Felicidade e Colombo, ficando os outros dez minutos, segunda parte, para a execução de tarefas intraescolares, coordenadas pelas professoras de classes. (ASSINTEC, s/d, p.1)

Ou seja, como vimos anteriormente, o discurso interconfessional estava baseado na diversidade cristã.

⁶⁶ As caixas do acervo não possuem uma ordem ou numeração.

FIGURA 7 - MONSERRAT FERNANDES – ELABORAÇÃO E LOCUÇÃO DAS AULAS VIA RÁDIO



Fonte: Arquivo histórico da Assintec⁶⁷.

A professora Monserrat Rosa Fernandes, além de participar ativamente da elaboração e da gravação das aulas de Ensino Religioso via rádio, era professora de Teologia e secretária executiva da ASSINTEC. Essa proximidade dos membros da ASSINTEC com a Teologia, seja como líderes religiosos ou com estudiosos do assunto, também demonstra essa relação com os princípios da religião como base para a elaboração das aulas.

A arrecadação de verbas para a implantação de uma Educação Religiosa⁶⁸ que viesse a suprir as necessidades espirituais das crianças das escolas públicas, teve início no Natal de 1971, no convento Bom Jesus, onde a quantia levantada foi de dez mil cruzeiros⁶⁹ (ASSINTEC, 1973, s/p). A ideia de uma disciplina organizada e ministrada via rádio foi recebida, de acordo com a associação, com certa euforia pelas escolas municipais, tendo em vista que esse projeto se apresentava como uma ruptura com o modelo tradicional de ensino e trazia novas tecnologias para a

⁶⁷ As caixas do acervo não possuem uma ordem ou numeração.

⁶⁸As fontes trazem ora Ensino Religioso, ora Educação Religiosa. Na década de 1970 e até o início de 1980 as duas expressões são utilizadas como sinônimos. Apenas em um dos informativos referentes ao processo da Constituinte (1985-1988) que a Educação Religiosa é apresentada como algo mais amplo do que uma disciplina escolar.

⁶⁹ Segundo o Decreto n. 68576, de 1971 o valor do salário mínimo era de Cr\$ 225,60.

sala de aula. Vale lembrar que a ideia de uma “educação via rádio” não surge da ASSINTEC ou da Prefeitura Municipal de Curitiba, o projeto já vinha sendo discutido em diferentes frentes educativas e, no Paraná, o Movimento Educação de Base (MEB⁷⁰) já previa a educação radiofônica para atender as escolas mais afastadas, compondo as propostas de educação do campo, também com grande influência da Igreja Católica. Segundo dissertação defendida por Thais Angela Stella,

De acordo com Alves (2016), a articulação para a criação do MEB surge através de alguns bispos e profissionais ligados a população rural e aos projetos educacionais de base que eram desenvolvidos anteriormente. Isso incluía a forte presença de católicos ligados à Ação Católica Brasileira (ACB), uma organização de influência na construção das propostas pedagógicas do MEB e que tinha como intenção nos anos finais da década de 50, transformar a Igreja numa instituição mais atuante na vida social através de uma aproximação da militância católica em novos espaços de atuação. (STELLA, 2018, p. 22)

Utilizar essa ferramenta em sala de aula era também uma forma de atrair os estudantes para a mensagem que iria ser passada. “Já não se pode continuar pensando em uma escola encerrada entre quatro paredes e completamente desvinculada do processo de comunicação” (JORGE, 1981, p. 35). Como o intuito da ASSINTEC era o de atingir o maior número possível de alunos e apresentar para toda a comunidade a proposta de um Ensino Religioso pautado no ecumenismo cristão e que, desta forma, garantisse a **formação espiritual, ética e moral** dos alunos, o rádio era uma ferramenta fundamental na difusão de seus ideais.

Devemos ressaltar que Estado e Município não dispunham de verba para a aquisição dos aparelhos, assim essa se deu “por crianças alemãs que doaram 45.000 marcos para este fim” (ASSINTEC, 1973, s/p). Grande parte dos recursos da ASSINTEC era obtida através da ADVENIAT, associação católica alemã cujo nome é originado da oração do Pai Nosso (Venha a nós o vosso reino). Inicialmente, “a ADVENIAT ajuda primeiramente a melhorar a assistência espiritual oferecida pela Igreja Católica na América Latina, incluindo, por exemplo, a formação de sacerdotes e leigos, a construção de igrejas e centros comunitários e a compra de camionetas para que seja possível alcançar as regiões mais longínquas do continente.” (BOHL,

⁷⁰ O MEB nasceu como um programa nacional a partir da experiência do Bispo Eugênio Sales com as escolas radiofônicas em Natal, no ano de 1958. Criado pelo Decreto nº 50.370, de 21 de março de 1961, articulava ações entre o MEC e a CNBB. A ideia central do MEB era organizar um sistema de ensino via rádio a fim de atingir zonas geográficas mais afastadas e de difícil acesso, garantindo desenvolvimento educacional em todas as regiões do país. Em 1971 o MEB passou a atuar em conjunto com o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

2005, s/p). Com o intuito de fornecer subsídios para o desenvolvimento e acolhimento espiritual na América Latina, a ADVENIAT passa a contribuir com recursos financeiros para o desenvolvimento das aulas de Ensino Religioso e cursos de formação de professores promovidos pela Assintec.

Porém, essa ruptura com os moldes tradicionais, era percebida apenas na apresentação das aulas, já que os conteúdos permaneciam reproduzindo a moral e os conhecimentos cristãos em sala de aula. Esse movimento de difusão foi bastante abrangente e, de acordo com relatório apresentado pela ASSINTEC à Prefeitura Municipal de Curitiba em 1975, “mais importante deste trabalho diligente (...) resulta como fruto um programa de catequese escolar via rádio que atinge mais de 100 mil crianças em Curitiba e arredores”. (ASSINTEC, 1975, p.1)

Inicialmente, de acordo com o relatório da ASSINTEC, 1976, para a implantação das aulas de Ensino Religioso via rádio foram necessários como recursos econômicos:

- Um grupo de crianças alemãs doou 700 rádios para Curitiba.
 - Recebemos colaboração financeira do “Conselho Mundial / das Igrejas Luteranas”.
 - Da Adveniat, órgão da Igreja Católica da Alemanha, verbas nos foram enviadas.
 - As várias Igrejas locais ajudaram de acordo com as suas possibilidades.
- (ASSINTEC, 1976, p. 1)

FIGURA 8 - RECEBIMENTO DOS APARELHOS DE RÁDIO, PELA DIRETORIA DA ASSINTEC, 1973



Fonte: Arquivo histórico da Assintec⁷¹.

⁷¹ As caixas do acervo não possuem uma ordem ou numeração.

FIGURA 9 - FREI HENRIQUE – ORGANIZAÇÃO DOS RÁDIOS PARA ENTREGAR ÀS ESCOLAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS, 1973



Fonte: Arquivo histórico da ASSINTEC⁷².

Como havia capital estrangeiro envolvido no processo de compra desses equipamentos, há diversos registros fotográficos de integrantes da diretoria da ASSINTEC junto as caixas, aqui exemplificadas nas figuras 8 e 9, como um comprovante de uso da verba para o fim a que se destinava, mas não encontramos fotografias das escolas recebendo ou utilizando o material. As fotografias e registros escritos falam da compra dos aparelhos e de como eles deveriam ser utilizados pelas escolas nas aulas de Ensino Religioso, figuras 8 e 9. No entanto, nas escolas não há o registro desses materiais. Assim, ficou uma lacuna na pesquisa sobre como era a organização do uso desses rádios nas escolas municipais de Curitiba. Tal lacuna, em outro momento ou pesquisa pode vir a ser preenchida por meio da História oral.

Muito além da preocupação com a forma de difusão de seus ideais religiosos, meios de comunicação, entre outros. A grande ênfase da ASSINTEC estava na mensagem que estava sendo passada para os alunos:

Com sua sede à rua Alferes Poli, 52, em Curitiba, a ASSINTEC está em pleno funcionamento. Em sua sede trabalham 10 pessoas incansavelmente. Ali acontece o encontro fraterno de pastores e padres de várias confissões.

⁷² As caixas do acervo não possuem uma ordem ou numeração.

(...) A ASSINTEC é, realmente, uma “comunidade de trabalho”. Os que a ela estão ligados sabem-se unidos por Jesus Cristo O interesse de todos é trabalhar para difundir o Seu Evangelho. (ASSINTEC, 1975, p. 2)

O trecho acima compõe um texto intitulado “Experiência Ecumênica em Curitiba – ‘Educação Cristã pelo Rádio’”, redigido pelo Pastor Carlos F. H. Dreher, cujo teor trata de divulgar as ações que vêm sendo realizadas pela ASSINTEC frente ao Ensino Religioso nas escolas públicas estaduais e municipais, além de trazer algumas intencionalidades, como a ampliação do programa. A ideia, nesse momento, era levar o Ensino Religioso também para a televisão, através da TV Educativa, porém essa ideia não foi concretizada.

Assim, para além do programa de rádio ou da intenção de um programa de televisão, é necessário pensarmos nas práticas escolares do Ensino Religioso. Como esse Ensino Religioso chegava nas salas de aula, quem eram esses professores e quais as orientações que eles estavam recebendo para o desenvolvimento das aulas. Para isso no próximo capítulo iremos analisar as orientações publicadas pela Secretaria Municipal de Educação de Curitiba, bem como o discurso contido nos Boletins Informativos da Assintec, documentos estes que eram os norteadores do trabalho pedagógico da disciplina.

3. A PRÁTICA DO ENSINO RELIGIOSO, COM SUA DIDÁTICA, NÃO SE DÁ ALEATORIAMENTE NA ESCOLA⁷³

A professora Lizete Carmem Viesser, em seu livro “Um paradigma didático para o ensino religioso”, faz uma análise das questões didáticas que envolvem a disciplina. Segundo a autora, apesar de na realidade escolar termos nos deparado com situações que colocavam “a identificação histórica do Ensino Religioso como Ensino de Religioso, seus princípios e normas, onde fica explícita a separação entre esse Ensino e a Ciência” (VIESSER, 1995, p. 27). Assim, observamos que durante esse período, entre as décadas de 1970 e 1980, havia um certo distanciamento entre o Ensino Religioso e as demais disciplinas escolares.

Essa posição contrária à Ciência, não como forma de questionar o seu cientificismo, mas como atitude de incompatibilidade entre fé e Ciência, está presente no Ensino Religioso. Daí que frente ao significado de ensinar, que compreende ações, meios e condições para formação em nível intelectual, em nível teórico o Ensino Religioso se apresenta como formação da dimensão religiosa. Mas, por força de sua caracterização de ENSINO, ele necessita propiciar que experiências, conhecimentos, valores e qualidades veiculadas tornem-se princípios reguladores da ação humana de educadores e educandos, vivenciados em convicções e atitudes reais no cotidiano. (VIESSER, 1995, p. 27) (destaque em letras maiúsculas do original)

Essas questões trazidas por Viesser se tornaram muito marcantes durante a pesquisa, pois ao buscarmos referências ligadas ao Ensino Religioso elas nos levavam a questões relacionadas diretamente à Igreja e à Teologia. O que nos remete a questões muito mais ligadas à cultura escolar do que a legislação ou questões acadêmicas. Vale lembrar que conforme descrito por Dominique Julia (2001, p. 10-11)

a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores. Mas, para além dos limites da escola, pode-se buscar identificar em um sentido mais amplo, modos de

⁷³VIESSER, 1995, p. 19

pensar e de agir largamente difundidos no interior de nossas sociedades, modos que não concebem a aquisição de conhecimentos e de habilidades senão por intermédio de processos formais de escolarização: aqui se encontra a escalada dos dispositivos propostos pela *schooled society* que seria preciso analisar; nova religião com seus mitos e ritos contra a qual Ivan Illich se levantou, com vigor, há mais de vinte anos. Enfim, por cultura escolar é conveniente compreender também, quando é possível, as culturas infantis (no sentido antropológico do termo), que se desenvolvem nos pátios de recreio e o afastamento que apresentam em relação às culturas familiares.

Para isso, retomamos o que já apresentamos anteriormente ao tratar da legislação e da laicidade do Estado. Havia um distanciamento muito grande entre a legislação que estipulava a laicidade do Estado, a concepção de laicidade, o imaginário popular (ou a cultura) e as práticas educativas.

Também é necessário observarmos que, de acordo com Viesser, a falta de um embasamento científico como referência para a construção e consolidação da disciplina escolar, vemos que

O Ensino Religioso desenvolve-se na realidade escolar como integrante de duas formas de organização social: religião (estruturada em igrejas ou entidades religiosas) e escola. E, quando na Escola Estatal, então, são três as instituições sociais em jogo: Estado, Escola, Religião. (VIESSER, 1995, p. 29)

No caso das escolas públicas de Curitiba, quem assumiu o papel da Religião nessa tríade de interesses foi a Assintec. Como já dissemos anteriormente “interconfessional”, num primeiro momento, pode soar como uma proposta inovadora e que abraça a pluralidade religiosa, porém, na prática, consistia em um Ensino Religioso cristão, de base ecumênica. Ora, isso posto, precisamos agora focar na construção desse Ensino Religioso enquanto disciplina escolar e como ele chegava aos professores das escolas públicas municipais de Curitiba. Neste período, a construção dos currículos e planos educacionais estava pautada na Lei 5692/71, segundo essa legislação

Art.1º. O ensino de 1º e 2º grau tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania.

§1º Para efeito do que dispõem os arts. 176 e 178 da Constituição, entende-se por ensino primário a educação correspondente ao ensino de primeiro grau e por ensino médio, o de segundo grau. (BRASIL, 1971).

Ao tratarmos do Ensino Religioso como disciplina escolar essas discussões nos levam a refletir acerca da legitimidade da permanência desse campo nos

currículos e na legislação educacional, uma vez que parece deslocada dos objetivos da escola, como descrito na legislação acima citada. Porém, ao tratarmos da “auto-realização” e do “exercício consciente da cidadania”, sendo a liberdade religiosa um dos elementos que compõe a CF, o exercício da religião não pode ser subjugado ou eliminado das relações sociais.

Ao mesmo passo que, a ASSINTEC começa a falar em seus boletins informativos de uma educação que desperte a “análise crítica” e que esteja focada no “humanismo”, temos os ideais éticos e morais cristãos permeando os processos educacionais, segundo Viesser “a prática do Ensino Religioso, com sua Didática, não se dá aleatoriamente na escola, perpassada pelas teorias e práticas pedagógicas das diversas correntes da educação brasileira” (1994, p.19). Além de estarmos, nesse período, vivendo um projeto de governo militar que trazia, além dos ideais cristãos, o militarismo para o pensamento educacional. A nosso ver, o período que se estende de 1971 até 1988 (mesmo com o fim da ditadura militar em 1985), no campo educacional, se mostrou como um período de muitas ambiguidades de pensamento e de prática pedagógica. Pois enquanto se fala na laicidade e na liberdade de crença, temos nos currículos, pelo menos no que diz respeito ao Ensino Religioso, uma base cristã muito forte.

No que diz respeito aos documentos norteadores das práticas pedagógicas escolares, o “Plano Municipal de Educação” de 1968 ainda não contemplava a disciplina escolar Ensino Religioso, ao passo que o documento posterior, “Plano Global de Educação” de 1974, discorre sobre alguns itens importantes como a Educação Especial e o uso de alguns materiais de apoio ao professor, como globo terrestre, mapas e livros da biblioteca. Porém, o Ensino Religioso aparece apenas no quadro que define as disciplinas e horários:

QUADRO 3 - DISCIPLINAS E HORÁRIOS DEFINIDOS PELO PLANO GLOBAL DE EDUCAÇÃO – 1974

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS	Língua Estrangeira Moderna b – Estudos Sociais – Geografia, História, O. S. P. B. c – Ciências – Matemática e Ciências Físicas e Biológicas
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	a – Educação Moral e Cívica b- Educação Física c – Educação Artística d – Programa de Saúde e – Ensino Religioso (obrigatório para o estabelecimento e facultativo para os alunos)
MATÉRIAS OU ATIVIDADES APRESENTADAS PELO	Socorro de urgência – afogamento, incêndio, envenenamento, fraturas

ESTABELECIMENTO, PARA APROVAÇÃO DO CEE.	Desenvolvimento do raciocínio – blocos lógicos, jogos de montagem, xadrez, etc. Horticultura e jardinagem Manufatura de pequenos objetos de couro, madeira, moldagem em barro ou gesso. Culinária e Costura Conserto de aparelhos elétricos Clubes de leitura									
O TRABALHO PEDAGÓGICO DEVERÁ INSERIR-SE HARMONICAMENTE NA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO	Artigo da Lei 4024 Artigo 1º da Lei 5692 Artigo 17 da Lei 5692 Artigo 176 da Constituição Federal									
O TRABALHO PEDAGÓGICO DEVERÁ ATENDER AOS OBJETIVOS DO PROCESSO EDUCATIVO	Desenvolver nos alunos as capacidades de: a) Observação b) Reflexão c) Criação d) Discriminação de valores e) Julgamento f) Comunicação g) Convívio h) Cooperação i) Decisão j) Ação									
ENSINO DE 1º GRAU – MATÉRIAS	1ª a 5ª séries tratadas predominantemente como <u>atividades</u> sob forma de: - Comunicação e Expressão - Integração Social - Iniciação às Ciências (Incluindo Matemática)									
DISTRIBUIÇÃO DAS MATÉRIAS E CARGA HORÁRIA SEMANAL	EDUCAÇÃO GERAL	NÚCLEO COMUM	ATIVIDADES				1º	2º	3º	4º
			Comunicação e Expressão	Língua Nacional	5	5	5	5		
				Educação Física	2	2	2	2		
				Educação Artística	2	2	2	2		
			Integração Social	História	2	2	2	2		
				Geografia	2	2	2	2		
				Educação Moral e C.	1	1	1	1		
			Iniciação às Ciências (incluindo Programa de Saúde)	Ensino Religioso	1	1	1	1		
				Matemática	4	4	4	4		
Ciências Fís. E Biol.	2	2	2	2						

Fonte: CURITIBA, 1974, p.97.

O quadro 3 nos permite observar que, na distribuição de carga horária o Ensino Religioso aparece equiparado a Educação Moral e Cívica. No entanto, observando relatórios de diretores de escola e de professores que lecionaram nas escolas públicas municipais de Curitiba na década de 1970, percebemos que muitas vezes o Ensino Religioso sequer é citado. Não há uma definição da razão de ele não

aparecer na grade curricular dessas escolas, mas foi possível observar que algumas escolas não incluíam a disciplina em sua grade curricular.

Para Chervel, ao pensarmos a finalidade da escola, devemos pensar que em cada época da História da Educação uma instituição (família, religião, sociedade) assumiu as rédeas da educação, ao identificar tais finalidades, o autor traz que

Há, em primeiro lugar, as finalidades religiosas, fundamentais sob o Antigo Regime e, até 1882, na escola pública. Assim, o regulamento modelo das escolas primárias de 17 de agosto de 1851 estipula, em seu artigo 1º: “O primeiro dever do mestre é de dar às crianças uma educação religiosa, e de gravar profundamente em sua alma o sentimento de seus deveres para com Deus, para com seus pais, para com os outros homens e para com eles mesmos”. (CHERVEL, 1990, p. 187)

Ora, esse regulamento citado por Chervel não faz parte das normativas das escolas brasileiras no período em que se encontra o Ensino Religioso aqui pesquisado, no entanto, ao observarmos os materiais de apoio ao professor, nos deparamos com o texto de abertura do boletim da Assintec, de outubro de 1980, cujo texto em homenagem ao dia do professor traz:

Ser professor significa proclamar, revelar, declarar, confessar publicamente, dar a conhecer, professar. É ser mestre. É ensinar. É revelar os segredos de Deus, suas palavras de amor a discípulos que desejam seguir os caminhos do bem, do amor. (CANSI *in* ASSINTEC, 1980, p. 1)

O que nos leva a outra importante colocação de Chervel em que vemos que “a educação dada e recebida nos estabelecimentos escolares é, (...) um conjunto complexo que não se reduz aos ensinamentos explícitos e programados” (1990, p. 188), para além disso, a cultura escolar constitui um currículo. Um dos elementos que contribuiu para a construção da cultura escolar que envolve a disciplina Ensino Religioso, bem como norteou o trabalho dos professores durante o período pesquisado, foram os Boletins da ASSINTEC – uma produção periódica que tinha como função orientar e subsidiar a prática docente, bem como informar a respeito das ações da Associação e das formações promovidas.

A produção dos Boletins teve início em 1975. A elaboração deste material era feita pela equipe técnica-pedagógica. A ASSINTEC era uma associação composta por padres e pastores de diferentes vertentes religiosas cristãs e, de acordo com o convênio de cooperação técnica a equipe pedagógica era formada por professores da Prefeitura Municipal de Curitiba e do Estado do Paraná que ficavam “emprestados” em regime de permuta realizando suas atividades na associação. Essas atividades incluíam: a produção dos subsídios teórico-metodológicos,

materiais didáticos, boletins informativos, programas de rádio, além de ministrarem cursos de formação continuada na área de Ensino Religioso.

O intuito das figuras 10 e 11 é demonstrar como era a apresentação do material, neste momento não sendo relevante o conteúdo em si. Os boletins eram datilografados e as imagens inseridas manualmente. As cópias eram distribuídas nos cursos e encontros e, em algumas ocasiões enviadas para as escolas. Não encontramos um documento que especificasse a tiragem o gasto com as fotocópias do boletim.

FIGURA 10 - BOLETIM ASSINTEC – N. 2, ANO 1 P.1



BOLETIM ASSINTEC
Associação

Nº 2	AN. 1	JUNHO / 1955.-
------	-------	----------------

Prezados Dirigentes-los.

Estão reunindo em ação, trazendo notícias para
nosso segundo número. Vejam as últimas que registrei:

- Uma das cidades: LIMPOVA E MARINGÁ aderiu ao nosso sistema de ensino interconfessional.
- Em Maringá realizou-se um curso para 100 professores de 1ª a 3 de no 1º s.p., em período integral. A coordenação esteve a cargo do Prof. / VICENTE DOLHO e da Profª LIZETA VIESSER. PARABÉNS, PARABÉNS, MARINGÁ !!!

CURSO DE NOTA :

1. O significativo número de professoras, que fizeram nossos cursos de Atualização em unidades pelas Escolas ALDO PLACENT, XAVIER DA SILVA, CASTANI VIMHOZ / DA ROCHA, HELENA LUPION E SALESIANO SÃO CRISTOVÃO.
2. O exemplo dado pelas Escolas: MAGAL PALLA, RIZINI MARTINEZ, SALESIANO SÃO CRISTOVÃO E CLAUD BILAC, que de acordo com nosso programa de cursos iniciaram suas professoras até a última a ser realizada.
3. A vivência de algumas professoras, que após o curso reuniram-se com as colegas uma vez por semana para refletirem juntas, o que tem contribuído para maior união, espelhando uma verdadeira comunidade.



ALÔ, ALÔ !!! CONVOCAÇÃO DAS ESCOLAS !!!

Nada uma vez queremos contar com vocês para uma reunião onde trataremos vários assuntos para tratar, vocês poderão vir no dia 24/06 de manhã às 9:00 horas ou à tarde às 14:00 horas; ou então no dia / 28 no mesmo horário, tudo em nossa sede: Rua ALFEPES POLI, 52 - Contato: com você.

Fonte: Arquivo Histórico da ASSINTEC⁷⁴.

⁷⁴ As caixas do acervo não possuem uma ordem ou numeração.

FIGURA 11 - BOLETIM ASSINTEC – N. 2, ANO 1, P.2

INFORMANDO ...

Realizou-se de 11 a 18 de maio a "Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos".

No mundo inteiro cristãos de várias denominações se uniram p/ orar a Palavra do Senhor e para amar.

O propósito da semana de Oração é:

- de confessarmos o fracasso humano diante do chamado do Pai de que a humanidade seja unida em torno do seu nome;
- de refletirmos sobre o sofrimento causado pela separação dentro do corpo de Cristo, sobretudo no estranhamento e na família;
- de confessarmos a nossa fé única em Jesus Cristo, como Salvador, enviado por Deus para reconciliação da humanidade;
- de orarmos a Deus que conduza a Igreja a maior unidade (não uniformidade) e escutação mútua entre grupos confessionais, afin de que a reconciliação por Deus promova a reconciliação dos homens entre si.
- de intercedermos a favor dos que sofrem com a separação.

Foram realizadas cultos nas Igrejas: Evangélica Luterana, Metodista Central, Católica no Xaxim e Presbiteriana.

DESCENDO ...

- Que você entenda sobre o Paraíso Terrestre, narrado no Gen 2,8-25?

Este é um dia sagrado de nossos cursos. Antecip-se a vinda participando dos mesmos.

ATÉ O PRÓXIMO NÚMERO UM GRANDE ABRAÇO DA



ASSINTEC

Fonte: Arquivo Histórico da ASSINTEC⁷⁵.

⁷⁵ As caixas do acervo não possuem uma ordem ou numeração.

Percebemos, nas figuras 10 e 11, alguns elementos que faziam parte dos Boletins Informativos da ASSINTEC. A linguagem que buscava aproximar o material do leitor, em tom de diálogo e, já na primeira página a seção “Digno de Nota” (figura 10), que buscava ressaltar a participação das professoras e das escolas nas formações promovidas pela associação, sempre procurando relacionar o desenvolvimento profissional com o crescimento espiritual dos profissionais. Outro elemento constante era a oração (figura 11), que trazia o professor à reflexão acerca do **seu papel** diante da educação e de Deus. O número de páginas e as seções que compunham o material não eram constantes. O Boletim n. 2, por exemplo, possuía apenas duas páginas, já a edição n. 6 possuía quatro páginas. Esse número variava de acordo com o tema e os conteúdos abordados.

3.1 RELACIONAR E ESCLARECER AS NECESSIDADES ESPIRITUAIS DO HOMEM⁷⁶

Em termos de orientações oficiais da Rede Municipal de Ensino de Curitiba, em 1975 a Prefeitura publicou documentos importantes como: **Estratégias para a elaboração de currículos nas unidades escolares municipais** e um novo **Plano de Educação**. Na página 130 do Plano Municipal de Educação havia um quadro de conteúdos e objetivos a serem trabalhados na disciplina de Estudos Sociais com os estudantes da 5ª série do Ensino Fundamental, no item “3. Vida em Sociedade”, encontramos o conteúdo “As necessidades espirituais do homem” cujo objetivo era “relacionar e esclarecer as necessidades espirituais do homem” (CURITIBA, 1975b, p. 130). Assim, por mais que o Ensino Religioso não aparecesse discriminado nesses documentos, como as demais disciplinas escolares, os conteúdos relacionados a religiosidade e espiritualidade permeavam as práticas de outras áreas do conhecimento.

Dentro da perspectiva descrita por Goodson, em que ele afirma que “o currículo escrito fixa frequentemente parâmetros importantes para a prática da sala de aula” (GOODSON, 1997, p. 20), era um momento em que, segundo Agostini e Delizoicov (1992, p. 5) “entre as iniciativas nacionais foram de grande destaque os Centros de Ciências criados pelo MEC entre os anos de 1963 e 1965, os quais tinham como objetivos treinar professores, produzir e distribuir materiais de apoio”.

⁷⁶CURITIBA, 1975b, p. 130

Apesar de essa proposta de experimentação estar vinculada diretamente ao campo das Ciências Naturais, para Viesser:

Os efeitos dessa visão repercutem na Escola, instituição socialmente organizada a partir das necessidades de padronizar a forma sistematizada de ensinar os conhecimentos historicamente acumulados. Assim, tanto o que se ensina como o modo de ensinar da Escola estão fundamentados na Ciência. (1995, p. 26)

Porém, “a Escola com a finalidade de ensinar, pedagogicamente fragmenta ainda mais o conhecimento dito científico” (VIESSER, 1995,p. 26), o que no caso do Ensino Religioso poderia ainda se agravar por não existir um conhecimento pautado na Ciência⁷⁷, o próprio documento elaborado para orientar as escolas não traz elementos específicos no que diz respeito ao Ensino Religioso escolar ou as práticas escolares que envolvem elementos religiosos, porém, ao tratar das habilidades a serem desenvolvidas pelos estudantes ele apresentava como exemplo, no item intitulado: “a representação simbólica como um meio valioso que auxilia a concretização de situações de aprendizagem”

Na figura 12 temos a imagem de um grupo de crianças que parece estar em um momento de oração no pátio, sendo guiados por uma das colegas de turma, como em uma brincadeira.

FIGURA 12 - CRIANÇAS EM MOMENTO DE “REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA”⁷⁸



Fonte: CURITIBA, 1975a, p. 59

Este material tinha como objetivo orientar as escolas para a elaboração de seus currículos. Assim, trazia diferentes possibilidades, conteúdos e metodologias

⁷⁷Tendo em vista as vertentes confessional e interconfessional, da disciplina Ensino Religioso, suas práticas estavam fundamentadas na Teologia, ainda que esta não fosse considerada a sua Ciência de referência. Os cursos de Teologia, apesar de estarem presentes nas instituições de nível superior, em muitos casos, desde a sua fundação, só receberam reconhecimento do Ministério da Educação em 1999, após a homologação do Parecer n. 241/99.

⁷⁸Título utilizado pelo material em que a imagem foi publicada originalmente.

relacionadas às diferentes disciplinas, exceto sobre o Ensino Religioso. A imagem, se encontra na página 59 deste documento e nos leva a inferir que, mesmo que não estivesse descrito nas orientações para elaboração dos currículos escolares, as práticas religiosas cristãs estariam presentes nas escolas públicas, seja nas aulas de Ensino Religioso, especificamente, seja em momentos de desenvolvimentos de conteúdos relacionados a outras disciplinas.

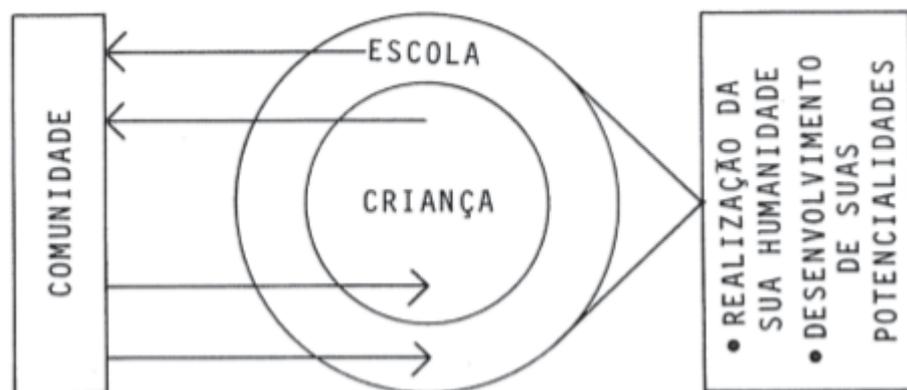
Chervel, ao tratar da importância das disciplinas escolares na construção da cultura escolar, afirmou que

(...) o sistema escolar é detentor de um poder criativo insuficientemente valorizado até aqui é que ele desempenha na sociedade um papel que não se percebeu que era duplo: de fato ele forma não somente os indivíduos, mas também uma cultura que vem por sua vez penetrar, moldar, modificar a cultura da sociedade global. (1990, p. 184)

Assim, podemos observar a presença marcante do cristianismo no Ensino Religioso escolar, como uma via de mão dupla em que ao mesmo passo em que a disciplina era usada como forma de manter os ideais cristãos dentro da escola, a escola era responsável por manter o cristianismo dentro do Ensino Religioso.

De acordo com o Plano Municipal de Educação, também publicado em 1975,

FIGURA 13 – ESTRUTURA DO PROCESSO EDUCATIVO



Fonte: CURITIBA, 1975b, p.5

Vemos na imagem acima que a ideia de que a criança é o centro do processo educativo já está consolidada, bem como as influências da comunidade

no processo educativo e vice-versa. Como já dissemos anteriormente, essa ausência de definições mais explícitas por parte da mantenedora abriu um leque de possibilidades para as escolas, entre elas o campo para a atuação direta, casos de escolas em que padres e/ou freiras ministravam as aulas de Ensino Religioso, ou indireta, através do trabalho realizado pela ASSINTEC através dos informativos, programa de rádio e formação para professores.

O documento discorre sobre as fases de desenvolvimento do aluno, sobre práticas, aptidões, metodologias e apresenta um modelo de grade horária a ser seguida pelas escolas:

QUADRO 4 - GRADE HORÁRIA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CURITIBA
(ENSINO FUNDAMENTAL) – 1975

Distribuição das Matérias	EDUCAÇÃO GERAL	NÚCLEO COMUM	Matérias	Conteúdos Específicos	Número de aulas semanais			
					1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a
			Comunicação e Expressão	Língua Nacional Educação Artística	5 1	5 1	5 1	5 1
			Integração Social	História Geografia Educação Moral e Cívica	4	4	4	4
			Ciências	Iniciação às Ciências Programa de Saúde Matemática	8	8	8	8
			Educação Física		3	3	3	3
			Ensino Religioso		1	1	1	1
			TOTAL		22	22	22	22

Fonte: CURITIBA, 1975b, p. 49

Os documentos acima citados ficaram em vigor de 1975 a 1977, ano em que um novo documento foi publicado.

Percebe-se, assim, como o político-pedagógico reflete no interior da Escola a fragmentação cultural. É nessa linha que a Didática de Ensino Religioso configura-se numa tendência liberal, onde o ideário do liberalismo sustenta a prática pedagógica:

*o educando é considerado como indivíduo que desenvolve seus dons pessoais a partir da vontade e decisão própria;

*todos têm iguais direitos à vida, à liberdade, à prosperidade;

*todos podem dar suas opiniões para o sucesso do Ensino Religioso. (VIESSER, 1995, p. 25)

Essa ideia de uma disciplina escolar desvinculada do processo pedagógico formal, por não ter determinantes no currículo ou ao menos uma normativa, traz também essa ideia de liberdade para o professor ensinar de acordo com o seu credo. O que corroborou para que muitas escolas municipais de Curitiba ignorassem a presença do Ensino Religioso na legislação e não ofertassem a disciplina na sua grade curricular ou, em outros casos, como descreve Viesser “as propostas logo se tornam respostas em atividades convencionais, atitudes imediatistas e até mesmo em ditas ‘celebrações’ de cunho festivo pelo que se ‘aprendeu’” (1995, p. 25).

Assim, para observar quais as diretrizes que vinham sendo dadas às aulas de Ensino Religioso nas escolas municipais, buscamos os informativos da ASSINTEC referentes a este período. Infelizmente não conseguimos localizar nenhuma cópia do informativo de número 1. Devido às constantes mudanças de endereço da Associação e a falta de um arquivo organizado, muito desta documentação se perdeu. Mesmo as escolas que recebiam esse material não guardaram cópias pois, as mesmas, ficavam em posse dos professores e, desta forma, acabavam por compor os materiais de consumo.

Dentre os arquivos localizados, de 1975 a 1977, foi possível perceber uma marcante presença de textos motivacionais e chamadas para as reuniões e formações. Selecionamos, dentre os informativos encontrados, alguns cujo teor seja relevante a nossa discussão. Começaremos com o *Boletim n. 2, junho de 1975*. Um personagem, Assintequinho, faz a chamada e convida os profissionais à leitura, como podemos observar na imagem:

FIGURA 14 - PERSONAGEM PRESENTE NOS BOLETINS DA ASSINTEC



Fonte: *Boletim Informativo n.2, 1975*

O uso do personagem tinha como finalidade aproximar o professor/leitor dos assuntos tratados no Boletim, fazendo com que ele se sentisse parte daquela produção. O Assintequinho interagiu com o leitor/professor, fazendo com que este se sentisse parte do material e da equipe da Assintec.

O boletim, na primeira página trouxe o nome de oito escolas que vinham participando das formações promovidas pela Associação. No entanto vale salientar que nenhuma delas fazia parte da Rede Municipal de Ensino de Curitiba. Eram escolas estaduais ou particulares. Podemos observar essa questão por diferentes ângulos pois, não temos mais dados para traçar comparativos: 1. A dificuldade de acesso à informação e inscrição nos cursos, uma vez que os comunicados eram enviados às escolas por meio dos informativos, 2. Dificuldade em participar, uma vez que a maioria do grupo de profissionais era composto por mulheres e as formações aconteciam aos sábados pela manhã ou a tarde, 3. a dificuldade de acesso ao local das formações, que em geral aconteciam na sede da ASSINTEC, entre outras possibilidades. Também vale lembrar que a Prefeitura de Curitiba não possuía professores específicos para cada disciplina, os professores eram polivalentes, ou seja, um mesmo profissional ministrava todas as disciplinas para a sua turma, assim, a busca por priorizar a formação na área de Ensino Religioso poderia não ser o foco dos profissionais. Além das formações, nesta página do informativo a associação parabenizava algumas prefeituras de Londrina e Maringá pela adesão aos cursos e, trazia uma chamada às coordenadoras para uma reunião com “vários assuntos a tratar” (ASSINTEC, 1975, p. 1). Ao nosso ver essas informações parecem bastante vagas e, talvez por esta razão, não tenham suscitado nas professoras e coordenadoras o desejo por participar dos eventos.

A parte que nos interessa observar está na segunda página, em que encontramos uma nota bastante extensa sobre a “Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos”

Realizou-se de 11 a 18 de maio a “Semana da Oração Pela Unidade dos Cristãos.”

No mundo inteiro cristãos de várias denominações se uniram p/ ouvir a Palavra do Senhor e para orar.

O propósito da oração é:

- de confessarmos o fracasso humano diante da vontade do Pai de que a humanidade seja unida em torno do seu nome;
- de refletirmos sobre o sofrimento causado pela separação dentro do corpo de Cristo, mormente no matrimônio e na família;
- de confessarmos a nossa fé única em Jesus Cristo, como Salvador, enviado por Deus para a reconciliação da humanidade;

- de orarmos a Deus que conduza a Igreja a maior unidade (não uniformidade) a aceitação mútua entre grupos confessionais, a fim de que a reconciliação com Deus promova a reconciliação dos homens entre si;
- de intercederem pelos que sofrem sob a separação.

Foram realizados cultos nas Igrejas, Evangélica Luterana, Metodista Central, Católica do Xaxim e Presbiteriana. (ASSINTEC, 1975, p. 2)

Corroborando com a ideia de que, tanto o ecumenismo quanto a interconfessionalidade, neste caso, se apresentam como a união dos cristãos. Para encerrar o informativo, uma pergunta “Que você entende sobre o Paraíso na Terra, narrado no Gen 2,5-25⁷⁹? Este é um dos assuntos de nossos cursos” (ASSINTEC, 1975, p.2). Ao tratar do Ensino Religioso com base na teologia, Wolfgang Gruen (1994, p. 52) pondera que “quando se analisa este modelo de Ensino Religioso com o professorado, a aceitação entusiasta é quase unânime”. Não se sabe, porém, se por falta de conhecimento das famílias ou de registro das escolas, qual era a incidência de alunos cujos responsáveis recusavam tal ensino. Os poucos registros que temos no que se refere ao modelo de Ensino Religioso replicado a partir destes materiais, se mostrava bastante entusiasta como vimos na fala de Gruen, “anunciar Cristo num clima de experiência, reflexão e fé cristã é uma coisa – é catequese de explicitação cristã. Apresentar a extraordinária figura de Jesus de Nazaré (...) Pertence ao ensino religioso” (1995, p. 30).

⁷⁹De acordo com a Bíblia, o texto citado aqui descreve o seguinte: “E toda a planta do campo que ainda não estava na terra, e toda a erva do campo que ainda não brotava; porque ainda o Senhor Deus não tinha feito chover sobre a terra, e não havia homem para lavrar a terra. Um vapor, porém, subia da terra, e regava toda a face da terra. E formou o Senhor Deus o homem do pó da terra, e soprou em suas narinas o fôlego da vida; e o homem foi feito alma vivente. E plantou o Senhor Deus um jardim no Éden, do lado oriental; e pôs ali o homem que tinha formado. E o Senhor Deus fez brotar da terra toda a árvore agradável à vista, e boa para comida; e a árvore da vida no meio do jardim, e a árvore do conhecimento do bem e do mal. E saía um rio do Éden para regar o jardim; e dali se dividia e se tornava em quatro braços. O nome do primeiro é Pisom; este é o que rodeia toda a terra de Havilá, onde há ouro. E o ouro dessa terra é bom; ali há o bdélio, e a pedra sardônica. E o nome do segundo rio é Giom; este é o que rodeia toda a terra de Cuxe. E o nome do terceiro rio é Tigre; este é o que vai para o lado oriental da Assíria; e o quarto rio é o Eufrates. E tomou o Senhor Deus o homem, e o pôs no jardim do Éden para o lavrar e o guardar. E ordenou o Senhor Deus ao homem, dizendo: De toda a árvore do jardim comerás livremente, Mas da árvore do conhecimento do bem e do mal, dela não comerás; porque no dia em que dela comeres, certamente morrerás. E disse o Senhor Deus: Não é bom que o homem esteja só; far-lhe-ei uma ajudadora idônea para ele. Havendo, pois, o Senhor Deus formado da terra todo o animal do campo, e toda a ave dos céus, os trouxe a Adão, para este ver como lhes chamaria; e tudo o que Adão chamou a toda a alma vivente, isso foi o seu nome. E Adão pôs os nomes a todo o gado, e às aves dos céus, e a todo o animal do campo; mas para o homem não se achava ajudadora idônea. Então o Senhor Deus fez cair um sono pesado sobre Adão, e este adormeceu; e tomou uma das suas costelas, e cerrou a carne em seu lugar; E da costela que o Senhor Deus tomou do homem, formou uma mulher, e trouxe-a a Adão. E disse Adão: Esta é agora osso dos meus ossos, e carne da minha carne; esta será chamada mulher, porquanto do homem foi tomada. Portanto deixará o homem o seu pai e a sua mãe, e apegar-se-á à sua mulher, e serão ambos uma carne. E ambos estavam nus, o homem e a sua mulher; e não se envergonhavam” (ALMEIDA, 1995, p. 4-5).

Essa falta de registros de alunos que optavam por não assistir as aulas de Ensino Religioso levanta duas questões a serem ponderadas, porém para as quais não obtivemos uma resposta conclusiva: o cristianismo estava tão arraigado nos valores e no cotidiano que a sociedade curitibana estava de acordo com tal ensino, mesmo para as crianças cujas famílias não professavam a fé cristã? As famílias dos estudantes das escolas públicas não conheciam a facultatividade prevista na legislação, que permitia que seus filhos não participassem das aulas de Ensino Religioso? Apesar de termos encontrado diferentes matérias jornalísticas que apresentavam a Lei 5692/71 e que falavam do Ensino Religioso escolar e, conseqüentemente da sua facultatividade para os alunos, não conseguimos mensurar qual era o alcance dessas notícias e/ou como elas eram recebidas e interpretadas pelas famílias dos alunos das escolas públicas municipais.

Em matéria, publicada no Jornal Diário da Tarde, intitulada “Uma associação para o nosso ensino religioso” (grifo nosso) parece haver uma certa comemoração pela instituição da ASSINTEC como responsável pela disciplina:

O ensino religioso nas escolas municipais e estaduais sempre foi um problema. Tanto em relação aos horários disponíveis, como em relação a professores especializados. Para resolver o problema, as igrejas Católicas, Metodista, Presbiteriana, Episcopal, Congregacional e Luterana de Curitiba fundaram a Associação Interconfessional de Educação – ASSINTEC. (Diário da Tarde, p.3, 13/08/1973)

Ao tratar da legislação, os jornais traziam informações superficiais como a inserção do Ensino Religioso e Programas de Saúde como disciplinas da grade curricular. Alguns citam a facultatividade do Ensino Religioso, porém não identificamos aprofundamento sobre o assunto. No entanto algumas matérias ligadas a disciplina e a ASSINTEC nos chamaram a atenção durante a pesquisa, como o texto publicado no Jornal Diário do Paraná,

Campanha de pregação radiofônica começa hoje

Com a finalidade de arrecadar fundos para a Catequese Radiofônica que já se encontra em base de montagem em todas as igrejas da Arquidiocese de Curitiba, será iniciada hoje uma campanha financeira. A campanha se estende também às igrejas Presbiteriana, Luterana, Metodista, Episcopal e Congregacionista.

Segundo informou ontem o responsável pelo programa, frei Arnaldo Pereira de Souza, a catequese radiofônica, destinada a todos os escolares do primeiro grau de Curitiba, deverá iniciar já com o próximo ano letivo. A ideia foi bem aceita, tanto pelos pais como pelos educadores.

(...) Segundo o Pastor Jairo Portoalegre, o projeto procurará corrigir o conhecimento inexato e deturpado que a juventude de hoje tem de Deus levando-a a cometer abusos e excessos, e a uma desorientação quase que

completa da vida. Para os coordenadores do programa, todo pai de família que zela pela boa educação dos seus, terá o máximo de empenho em colaborar para o bom sucesso do programa. (p. 11, 15/10/1972)

Textos como este, publicado em um jornal da época, nos levam a ideia de que havia um certo consenso social, entre a escola, a comunidade e as instituições religiosas no tocante a existência e aos conteúdos da disciplina escolar Ensino Religioso, mesmo que estes se mostrassem contrários ao princípio de laicidade do Estado.

A maioria dos registros, que não compõe as questões legislativas ou de organização das escolas, são oriundos da própria ASSINTEC. Os depoimentos de professores, ex-alunos, familiares, entre outros, a que tivemos acesso eram de pessoas ligadas a ASSINTEC ou estavam sob a guarda da Associação, uma vez que ela assumiu a responsabilidade sobre a disciplina escolar Ensino Religioso. Dessa forma, não conseguimos localizar opiniões contrárias ao que vinha sendo aplicado nas escolas públicas municipais de Curitiba.

3.2 RELIGIÃO, ENSINO RELIGIOSO OU EDUCAÇÃO RELIGIOSA NAS ESCOLAS?⁸⁰

O boletim nº 8, ano 2 (julho/agosto/setembro) de 1976 nos chamou a atenção por, já na abertura conter um quadro com a seguinte nota:

ENCONTRO PARA ADOLESCENTES

No dia 28 de agosto, próximo passado, por iniciativa de duas professoras de Educação/Religiosa, com participação da Assintec e de Seminaristas Redentoristas, realizou-se um dia de reflexão para adolescentes. Estiveram presentes 40 (quarenta) adolescentes de 8ª série, integrantes das Unidades Escolares Municipais Profª Julia Amaral Di Lenna e Profª Isolda Schmid. Desenvolveu-se uma dinâmica de questionamento e reflexão a partir da Pessoa para o Outro chegando-se à Comunidade. As expectativas foram alcançadas dentro de um clima de atividade, aprofundamento e conscientização. (ASSINTEC, 1976, p.1) (grifo no original)

A expressão em destaque demonstrou que, em vários documentos a Associação colocava o nome da disciplina como “Educação Religiosa”. Observamos, no entanto que em toda a legislação vigente e nos documentos norteadores do Município de Curitiba o nome destinado à disciplina escolar era “Ensino Religioso”. Num primeiro momento pode parecer que ambos os títulos sejam sinônimos, porém ao analisar o uso e o entendimento sobre eles, percebemos que há uma diferença

⁸⁰ ASSINTEC, 1988, p. 3

substancial entre os dois termos. Em primeiro lugar vamos observar o que se entende por “Educação”, para Carlos, o “conceito de educação diz respeito ao conjunto de atividades sociais que visam inserir o indivíduo em um determinado grupo ou organização societária, de modo a se tornar partícipe do seu padrão cultural vigente” (1996, p. 5 in CARLOS e ESCARIÃO, 2017, p. 181), isso nos leva a pensar que Educação Religiosa seria mais ampla e não só uma disciplina específica, mas estaria destinada a um conceito maior em que a religião estivesse envolvida não só no processo de aprendizagem, mas em toda a formação do aluno.

Enquanto “Ensino” estaria mais focado nos conteúdos e

não ocorre em todos os espaços sociais, mas no território das escolas, das instituições reguladas por lei (Universidades, Fundações vinculadas às secretarias de educação, etc.), certificadoras, organizadas segundo diretrizes nacionais. O ensino é desenvolvido com conteúdos previamente estabelecidos, em que a aprendizagem é a meta principal no processo de escolarização dos educandos. (CARLOS e ESCARIÃO, 2017, p. 181)

Assim, ao tratar de Educação Religiosa, compreendemos que há uma disseminação da moral religiosa, neste caso a cristã, não só nas aulas de Ensino Religioso, mas que esses princípios permeavam as práticas educativas curriculares e extracurriculares no cotidiano escolar. O Boletim n. 50, ano 12, publicado pela ASSINTEC em 1988 traz uma diferenciação entre os termos **religião**, **Ensino Religioso** e **Educação Religiosa** (ASSINTEC, 1988, p. 1), explicando de forma didática a aplicação dos três no que diz respeito ao âmbito educacional. Segundo este Boletim, ao tratar da linguagem utilizada na legislação que versa sobre o Ensino Religioso nas escolas públicas,

A linguagem utilizada quando se fala em Educação Religiosa acaba sendo:

- aula de Religião
- aula de Ensino Religioso

E muito pouco ainda se fala em: - Educação Religiosa

Por detrás dessa linguagem há relações distintas que se expressam:

- aula de religião relaciona-se com: conteúdos de doutrina, linguagem de fé, vivência de comunidade de fé, celebração, normas, agentes específicos etc. Daí entender que “ensino de religião é competência exclusiva das igrejas confessionais”.

- aula de Ensino Religioso estabelece: tratamento metodológico da relação “ensino-aprendizagem” com conteúdos a partir dos valores fundamentais da vida, pertinentes às diferentes confissões de fé (religiões) numa linguagem religiosa e não de fé. Entretanto, “ensino” deixa transparecer uma relação elitista: “professor é o que já sabe e aluno o que aprende”.

- “Para nós, Educação Religiosa deve ser entendida como:

- * Reflexão que visa favorecer a relação com o Transcendente, para que, a partir dela, educandos e educadores possam dar um sentido mais profundo e radical à sua existência.

* Oportunidade de abertura diante dos questionamentos existenciais nessa relação com o Transcendente que leve o educando e o educador a fazerem perguntas: Quem sou? O que busco? Para que existo?

* A alavanca transformadora do SER EM SOCIEDADE, uma vez que parte dos valores fundamentais da vida: a busca do bem, da verdade, da justiça, da solidariedade, da fraternidade, da realização pessoal, da humanização, uma visão completa da História da cultura e povo. (ASSINTEC, 1988, p.3) (grifos e destaque em letras maiúsculas do original)

O trecho acima citado, além de compor este Boletim, foi o discurso proferido pelo Pastor Elias Abraão⁸¹ no Plenário da Constituinte em 02 de setembro de 1987. Ele deixa claro que para os membros da ASSINTEC, Educação Religiosa e Ensino Religioso não são sinônimos e os anseios pedagógicos da associação iam muito além das práticas e atividades de uma disciplina específica.

Assim, a ASSINTEC promovia, além da formação continuada para os professores, algumas atividades extracurriculares voltadas aos alunos, como o encontro que podemos observar na figura 15, e suas famílias. Essa proximidade com a comunidade, para além do professorado, tinha o intuito de disseminar a Palavra de Deus e a ideia da união dos cristãos pelo ecumenismo, mas também aproximava a ASSINTEC das famílias dos estudantes. Conquistar a comunidade escolar, também era uma forma de garantir a sua permanência junto as Secretarias Municipais e Estadual da Educação.

A ASSINTEC tinha fortes relações com a política e, nas palavras de Faria Filho (1998, p. 107)

(...) limitada seria minha análise se me detivesse, apenas, no papel desempenhado por deputados (...) e seus postos de produção da legislação. Outros setores sociais interessados na questão têm aí uma participação ativa. Eles utilizam diversos meios para fazer valer seus interesses ou para serem ouvidos.

O autor, em questão, tratava da utilização dos jornais como meio de fazer valer os interesses de grupos, no campo legislativo. A ASSINTEC, fazia uso de sua proximidade com a comunidade escolar através da cultura criada a partir da religiosidade das famílias e dos professores. Promovendo as Maratonas Bíblicas e encontros entre escolas, que, como é possível observarmos na figura 16, atraíam diversos adolescentes.

⁸¹O Pastor Elias Abraão, da Igreja Presbiteriana, foi um dos co-fundadores da ASSINTEC, participando da Associação de 1973 a 1987, onde também atuou como Presidente durante a participação do grupo no processo da Constituinte. Também foi Deputado Federal 1995-1996 e Secretário Municipal do Meio Ambiente, Curitiba, 1986-1988; Coordenador do Meio Ambiente da Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado do Paraná, 1989-1990; Secretário de Educação do Estado do Paraná, 1991-1994.

FIGURA 15 – ENCONTRO PARA ADOLESCENTES



Fonte: Arquivo histórico da ASSINTEC. Na imagem vemos adolescentes das 8as. Séries. O encontro aconteceu em 08 de novembro de 1980, no Colégio da Salle. Na imagem vemos alunos das escolas: La Salle, Julia Amaral Di Lenna, Herley Mehl, Omar Sabbag e Papa João XXIII.

A figura 16, traz um resumo do que foi a maratona bíblica promovida pela ASSINTEC nos meses de agosto e setembro, incentivando as famílias a participarem do processo auxiliando os alunos na leitura e estudo dos textos bíblicos.

FIGURA 16 - MARATONA BÍBLICA, NO BOLETIM DA ASSINTEC



Fonte: ASSINTEC, 1977, p.2.

Essa maratona bíblica se tornou um evento anual, envolvendo não apenas as escolas do Município de Curitiba, mas da Rede Estadual e de outros municípios,

ganhando destaque, inclusive em jornais locais, como a reportagem publicada em 19 de setembro de 1976, pelo Jornal Diário do Paraná:

90 escolas curitibanas na maratona bíblica

Aproximadamente 90 escolas curitibanas estão participando da II Maratona Bíblica promovida pela Associação Interconfessional de Curitiba, entidade responsável pela programação do ensino religioso em 160 estabelecimentos estaduais e municipais de ensino, em Curitiba.

Na primeira etapa da maratona, as crianças responderam a um questionário constante de 10 perguntas, efetuando pesquisas e entrevistas com os pais, professores, párocos, pastores e outros líderes religiosos. Posteriormente, submeteram-se a um novo teste de conhecimentos na escola, também abrangendo 10 questões.

As crianças que conquistaram maior número de pontos, em ambos os testes vão participar agora da segunda etapa, a ser desenvolvida sob orientação direta da [sic] assistec⁸².

SEGUNDA ETAPA

A segunda etapa, com vistas à seleção final dos participantes da maratona, será realizada no dia 21 próximo, para alunos das 3ª séries e no dia 23, para os alunos das 4ª séries. O local é o Salão Santo Antonio, no pátio da Igreja Senhor Bom Jesus na praça Ruy Barbosa. A partir das 14 horas, as crianças classificadas pelas escolas deverão se apresentar, ostentando crachá com a indicação da escola que representam e trazendo uma prancheta, uma bíblia, lápis ou caneta. (DIÁRIO DO PARANÁ, 1976, p.8)

A matéria de jornal citada antes da figura, foi publicada no primeiro caderno, com título em letras grandes, na parte inferior da página entre a coluna “Enfoque” e duas matérias referentes a rodovias e preço dos combustíveis. Pelo teor e detalhamento da matéria no jornal, vemos que a maratona bíblica, bem como, a ASSINTEC possuíam um certo prestígio na sociedade curitibana.

A figura 16 que foi dividida em duas partes, compostas de diferentes imagens. Na primeira parte vemos a preparação dos estudantes para participar da maratona, os diálogos criados para demonstrar a participação dos pais e da comunidade escolar na maratona, são bastante interessantes. Na primeira imagem, temos uma criança conversando com o pai que, apesar de contrariado, se mostra conhecedor do que é a ASSINTEC, bem como se dispõe a ajudar a filha nas pesquisas necessárias para a participação. O segundo diálogo, entre uma menina e sua mãe, vemos que o papel da professora, como mediadora entre ASSINTEC e escola é citado pela criança, além da mãe afirmar que, “aquilo que não soubermos, vamos pedir ao pastor”, reforçando a ideia de que o Ensino Religioso promovido nas escolas públicas não é uma catequese católica. Já, na terceira imagem, vemos

⁸²Na publicação original do Jornal, além de utilizar letra minúscula está escrito “assistec”, na verdade a sigla da Associação Interconfessional de Educação, correta é ASSINTEC.

várias crianças em volta de uma mesa em que um demonstra ter encontrado a resposta, chamando os outros para ver.

Na segunda parte da figura, temos dois diálogos. O primeiro parece ser a conversa entre uma mãe e a professora, ao que a primeira afirma não ter como permitir a participação de seu filho na Maratona Bíblica, pois não há Bíblias em casa para que ele estude e pesquise. Assim, a professora prontamente oferece uma Bíblia para que a participação seja possível. O segundo diálogo mostra um menino comemorando e comunicando ao pai que irá participar da maratona este, por sua vez, pede para ver do que se trata.

Assim, podemos observar que a figura 16, publicada originalmente na segunda página do Boletim, representava uma tentativa de se aproximar também de outro público, além do professorado. Pelo conteúdo da história narrada e a linguagem utilizada, vemos que a ASSINTEC tinha como objetivo aproximar-se das famílias e dos alunos. Seja pela divulgação do trabalho que vinha desenvolvendo dentro das escolas públicas ou pelo convite para participarem da Maratona Bíblica. Havia uma busca constante pela aproximação com a comunidade em geral escolar, de forma que as famílias viessem a participar das ações e também reafirmar a necessidade e aplicabilidade do que a ASSINTEC trazia como conteúdos para o Ensino Religioso.

Gruen ao discorrer sobre o desenvolvimento da disciplina escolar Ensino Religioso nas décadas de 1970 e 1980, afirma que a mesma

(...) desenvolve-se na realidade escolar como integrante de duas formas de organização social: religião (estruturada em igrejas ou entidades religiosas) e escola. E, quando na Escola Estatal, então são três as instituições sociais em jogo: Estado, Escola, Religião. E todas com finalidade e processos de interesses não afins mas antagônicos. (GRUEN, 1995, p. 29)

Assim, mesmo que

(...) grande número das finalidades impostas à escola não encontre seu campo de aplicação a não ser num ensino implícito, nos métodos de educação mais discretos, ou ainda nos princípios ativos que regem a vida escolar, nada nos impede, ainda assim, de reconduzir cada uma das disciplinas ensinadas à finalidade à qual ela está associada (...) (CHERVEL, 1990, p. 188)

Como é o caso da **Maratona Bíblica**, por exemplo. Não havia uma finalidade específica pré-definida pelo Currículo escolar ou pelas práticas pedagógicas nesta atividade. No entanto, a mesma fazia parte das práticas do

Ensino Religioso escolar e, além da sala de aula, envolvia as famílias e a comunidade em geral. Nas práticas havia uma consonância entre o ideário, ou finalidades, da religião e do Estado, ao passo que o segundo passou a autoridade sobre as definições de uma disciplina escolar a uma instituição com interesses claramente cristãos de manutenção da hegemonia do pensamento e da moral da escola e da sociedade.

3.3 DURANTE 180 DIAS, MILHARES DE NÓS VAMOS À ESCOLA PARECENDO MENDIGOS, RAQUÍTICOS, ATRASADOS, TRISTES E IGNORANTES COM ESSA CARA DE SUBDESENVOLVIDOS⁸³

Esse título é parte do texto publicado pela ASSINTEC em 1985. Um pedido de socorro aos professores que seriam os responsáveis por apontar o caminho para a felicidade ou para a vida plena. O país saía de um período de ditadura e vinha construindo o processo de redemocratização. O acesso a escola pública vinha sendo ampliado gradativamente durante as décadas de 1960 a 1980 e, com o processo de industrialização do país, a busca pela educação também vinha aumentando, principalmente nos grandes centros urbanos. Os Boletins da ASSINTEC chamam a atenção por seus conteúdos, e se faz necessário observarmos os vários textos que nos convidam a uma leitura mais pausada ou aprofundada pela sua temática. Um dos temas recorrentes nos dez anos de produção que analisamos para essa dissertação, foi a instituição de uma **missão salvadora**, a ser desempenhada por este profissional. Pois coloca ao professor a responsabilidade, não só de trazer as possibilidade de ascensão social, pois como o título traz, os estudantes da escola pública eram vistos como “mendigos, raquíticos, atrasados, tristes e ignorantes com essa cara de subdesenvolvidos” (ASSINTEC, 1985a, p. 1), mas por colocar também o crescimento espiritual dessas crianças nas mãos do professor, como podemos observar nos trechos abaixo:

O educador olha para seus educandos e questiona:
 “O adulto do ano 2000:
 Espanto ou Primavera do Amor?
 Triunfo do Ser Humano
 Ou ruína da humanidade?”
 E os educandos dos anos 70/80/90 clamam:
 “Senhor, salva-nos!” (ASSINTEC, 1983a, p. 1)
 QUANDO VOCÊ

⁸³ASSINTEC, 1985 a, p.1

... a cada dia se prepara para assumir a Educação não só como mera obrigação, mas como livre opção,
sua profissão torna-se missão.
... fica na escola além de seu horário ou sai de casa no sábado de folga,
como resposta a um apelo importante,
seu tempo é de Maria e não de Marta.
(...)
... aponta para além do horizonte do “aqui e agora” da educação para a
dimensão do “já e ainda não”
Seu horizonte é infinito
E você se torna o “Semeador do Reino”. (ASSINTEC, 1983 b, p. 1) (aspas e
destaques em letras maiúsculas do original)

Essa relação entre o educador e o cristianismo, a função de educar e de evangelizar ou mostrar o caminho, era uma constante nos textos de abertura do Boletim Informativo.

Em novembro de 1977, a Prefeitura Municipal de Curitiba lançou o Plano Curricular. Tal documento apresenta uma série de orientações, entre elas um quadro de desenvolvimento afetivo (CURITIBA, 1977, p. 18-21) do educando em idade escolar. Segundo o Plano, os alunos das escolas municipais de Curitiba têm idade compreendida entre os sete os catorze anos e, as escolas ofertam da pré-escola à quarta série da vida escolar. Apresentando como referenciais metodológicos os seguintes autores: Carl Rogers⁸⁴, que coloca o professor no papel de “facilitador⁸⁵” do processo de aprendizagem; Jerome S. Bruner⁸⁶, no que diz respeito as diferentes fases de desenvolvimento do aluno; Robert Gagné⁸⁷, apresentando diferentes tipos de aprendizagem, sob diferentes estímulos e; Lauro de Oliveira Lima⁸⁸, que trata da adaptação do ensino às especificidades de cada aluno.

⁸⁴Acreditava no processo de ensino-aprendizagem a partir do estabelecimento de uma relação mais pessoal entre professor e aluno, em que o professor conduz o aluno a desenvolver suas próprias experiências e aprendizagens.

⁸⁵“Não se pode ensinar diretamente a uma outra pessoa, pode-se, tão somente, facilitar-lhe a aprendizagem” (CURITIBA, 1977, p.32)

⁸⁶Bruner centrava suas pesquisas na curiosidade do aluno e, o papel do professor era o de instigar essa curiosidade para a construção do conhecimento. De acordo com Jerome S. Bruner, o processo de aprendizagem era pouco influenciado por fatores externos, sendo a curiosidade individual a força motriz do processo.

⁸⁷Robert Gagné ficou conhecido pela Teoria da Aprendizagem Cumulativa, sua teoria não tinha como premissa trazer nada de novo para o campo do desenvolvimento da aprendizagem. Mas, criar análises concisas e úteis das teorias já existentes. Assim, em parceria com Brigs, Gagné classificou e organizou diferentes teorias de aprendizagem, aprofundando alguns estudos e reestruturando outros, dando origem a Teoria da Aprendizagem Cumulativa.

⁸⁸Grande estudioso da obra de Jean Piaget, Lauro de Oliveira Lima teve diversas contribuições para o campo educacional brasileiro. Entre elas, a ideia uma aprendizagem centrada nas especificidades de cada aluno. Segundo Oliveira Lima, as turmas são heterogêneas e os estudantes aprendem de formas diferentes, essas diferenças deveriam ser levadas em consideração durante os processos de ensino-aprendizagem.

Essa busca da Prefeitura de Curitiba por trazer diferentes possibilidades de abordagem pedagógica e de desenvolvimento do aluno, demonstra a necessidade de Curitiba se colocar como pioneira⁸⁹ nas questões relacionadas à escola pública. “A presença dessa fundamentação nos dois projetos⁹⁰ educativos permite afirmar a regularidade da racionalidade pedagógica instaurada pelo movimento renovador dos anos 1920 e 1930 (pelo menos no plano discursivo)” (VIANA, 2018, p. 155). No campo do Ensino Religioso essas escolas de pensamento pedagógico também tiveram influência, porém em menor escala. Tendo em vista que a disciplina era considerada pela legislação como de matrícula facultativa, não era incomum que a mesma nem ao menos fosse citada nos boletins escolares e, portanto, não houvesse uma grande preocupação no que diz respeito a avaliação de aprendizagem. Não encontramos, por exemplo, nenhum registro de provas e/ou avaliações de Ensino Religioso, durante o período investigado⁹¹.

Neste mesmo ano, temos um Boletim informativo da ASSINTEC, referente aos meses de agosto, setembro e outubro de 1977 que inicia com o relato das últimas atividades, dando certo destaque ao “trabalho relativo à Família com o objetivo de conscientizar sobre a importância e responsabilidade que cada um tem na mesma” (ASSINTEC, 1977, p. 1). Na mesma edição, temos ainda uma “carta” que tem como finalidade estabelecer uma “ligação” ou “intimidade”, nas palavras da Assintec, entre o professor e o aluno.

Estamos lhe enviando nosso filho. Durante os próximos anos o Senhor irá tê-lo sob sua influência.

Ao lhe ser entregue esta criança para educar, também está sendo colocado em suas mãos uma grande responsabilidade.

Não importa a aparência física exterior que ela apresente, mas sim suas qualidades interiores, as quais lhe cabe cultivar e ajudar a desenvolver para que ela cresça em todos os sentidos.

É importante evitar dar-lhes conhecer o medo sem contudo deixar de orientá-la para saber enfrentar o perigo.

Procure esclarecer-lhe todas as suas dúvidas, mas saiba refrear seu ardor com noções exatas de disciplina e respeito, sem impedir seu desenvolvimento e tolher sua curiosidade. Dê-lhe condições de ter opiniões próprias e lutar por elas desde que sejam razoáveis.

⁸⁹A ideia de pioneirismo na educação pública paranaense é defendida por Claudia Kawka Martins (1999), ao tratar das reformas de 1971.

⁹⁰Aqui a autora se refere aos projetos da Prefeitura Municipal de Curitiba publicados no ano de 1975, porém percebemos que a mesma fundamentação se mantém nos documentos publicados durante toda a década de 1970 até a metade da década de 1980.

⁹¹Pesquisamos nos acervos de 23 escolas da Rede Municipal de Ensino de Curitiba, na Secretaria Municipal da Educação (acervo próprio do Ensino Religioso) e da ASSINTEC. Também entramos em contato com professores que lecionaram no período pesquisado.

Ajude a desenvolver seu senso de justiça e lealdade, sabendo reagir corretamente frente aos perigos mas não sendo o iniciador de algazaras. Que ele saiba reconhecer os direitos alheios, ajudando os mais fracos e oprimidos.

Alimente seus sentimentos para com Deus e sua obra, fazendo-o perceber que o amor e a pureza de espírito provém Dele.

Faça-o perceber a necessidade de limpeza espiritual e corporal, para uma vida digna.

Desperte-lhe a integridade como modo de vida, fazendo-o ver que o caráter reflete o interior pois é o que Deus pensa das suas criaturas, sendo a reputação apenas a visão que o mundo tem das pessoas.

Ajude-o a aprender todas as coisas para que ele venha a ser um homem total.

Faça um bom trabalho e você sentir-se-á tão orgulhoso de seu aluno como eu me sinto, agora do meu filho. (ASSINTEC, 1977, p.2) (grifos nossos)

Essa “carta” publicada no informativo que percorreu as escolas municipais de Curitiba no mês em que se comemoram o dia das crianças e o dia dos professores, refletia uma visão consonante com os princípios religiosos e com o que estava posto pelo governo, uma vez que desde a marcha de 1964 o *slogan* envolvia os pilares Deus e família. Ressalta, já nas primeiras linhas, o poder de influência que o professor tem sobre os alunos e, conseqüentemente a sua responsabilidade. Isso também fica evidente no trecho sublinhado, pois, uma vez que o professor possuía toda essa influência sobre os alunos, que ela fosse usada para incutir os princípios e valores cristãos.

Mas a Escola não é mero aparelho reprodutor. É uma conseqüente instituição social dentro das restrições culturais, que por responder aos anseios da população pode ser sinal de contradição. Ela pode se constituir num espaço significativo de resistência ao desvelar os tipos de relações, ideologias e estruturas, a partir de sua própria estrutura interna (na Escola é que mais se dá a divisão do trabalho, a hierarquização e os modos de autoritarismos e controle...). (VIESSER, 1994, p. 31)

Vemos, nesse sentido, que a ideia da escola como um espaço de socialização, um lugar em que o aluno seria preparado para a vida, estava muito presente tanto nos discursos sociais, políticos, da imprensa, quanto no texto do Plano Municipal, quanto no boletim informativo da Assintec

E em meio a interesses sociais, políticos, econômicos, culturais e ideológicos está o professor de Ensino Religioso que enfrenta os limites dessas relações: Religião (representada por Igrejas, Entidades ou Grupos Religiosos...) e Escola (controlada pelo Estado). E, nessa dubiedade de interesses, esse professor defronta-se com a sua consciência de educador. (VIESSER, 1994, p. 31)

Em novembro de 1978 a Prefeitura Municipal de Curitiba publica os Planos Curriculares. Organizados por disciplina, cada um traz a lista de conteúdos a serem

desenvolvidos em cada série do Ensino Fundamental. No entanto, para o Ensino Religioso, a orientação era de permanecer seguindo o que estava determinado no Currículo do Estado do Paraná e pelos materiais distribuídos pela ASSINTEC. Esta orientação se dá pelo fato de a própria ASSINTEC ter atuado diretamente na elaboração do Currículo do Estado e, portanto o documento estaria em consonância com a concepção e proposta para as escolas públicas municipais de Curitiba.

No que diz respeito à metodologia que deveria ser adotada em sala de aula, o Currículo do Estado do Paraná para o Ensino Religioso determinava que:

(...) as situações de aprendizagem devem partir do concreto, do real, dando condições ao aluno, de acordo com suas experiências, de pensar, atuar e avaliar para estruturar seu senso crítico. Esta, em Educação Religiosa, deve estabelecer critérios de discernir e agir segundo os princípios do Evangelho, no contexto da vida.

Para a Unidade Cristã, torna-se necessária a aceitação do Espírito Ecumênico, que conduzirá o educando a um denominador comum: o estudo bíblico. Este tem, como ponto de origem, a experiência de vida que, refletida, levará o homem a assumir livremente um compromisso, tendo como decorrência a sua inserção no Processo Histórico-Salvífico. (PARANÁ, 1977, p. 18)

Essa metodologia pressupunha o estudo bíblico como fonte de conhecimento e de prática pedagógica em Ensino Religioso. É importante ressaltarmos que, segundo este mesmo documento, a interconfessionalidade e o ecumenismo são características próprias da união dos cristãos e, portanto, tem como finalidade a perpetuação do cristianismo como balizador moral da sociedade.

Neste sentido, a consciência do educador, como agente direto dessa propagação do cristianismo na escola, era frequentemente trazida nos boletins da Assintec, chamando a atenção do professor para que este coloque o seu trabalho e a sua consciência em função da propagação dos princípios cristãos,

Nisto, você educador é o privilegiado pois sua missão tem significado a partir deste AMOR de Jesus Cristo, cuja certeza garante que destas mortes diárias em favor das crianças (distâncias, cansaço com correções, trabalhos, preparações das aulas, preservação da vida etc.) permitem nascer vidas na VIDA NOVA do Senhor Ressuscitado. (ASSINTEC, 1979, p. 2)

O professor era constantemente chamado a refletir sobre a sua função no desenvolvimento da religiosidade dos alunos

(...) Ihe indica que necessita desenvolver com seus educandos a capacidade de desvelar na vida as relações implicadas em cada fato, discurso, instituição, estrutura e com eles construir, na liberdade, uma

concepção de vida e de sociedade, que responda às suas necessidades e às perspectivas do futuro. (VIESSER, 1994, p. 31)

Como podemos observar nas súplicas abaixo, publicadas no Boletim da Assintec

Durante 180 dias, milhares de nós vamos à escola parecendo mendigos, raquíticos, atrasados, tristes e ignorantes com essa cara de subdesenvolvidos. Durante 4 horas por dia, você educador pode nos dar a oportunidade de nascer para a verdade ou falsidade, para a fraternidade ou competição, para serviço ou exploração (...) Por favor, ajudem-nos viver como gente, como irmãos, como filhos de Deus! Para que possamos viver uma feliz Páscoa. (ASSINTEC, n. 41, 1985)

Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível obtê-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes. (FREIRE *apud* ASSINTEC, 1985, p.1)

A grande utopia, aconteceu um dia, no tempo e na história. Deus e o homem finalmente se encontraram: É Natal! Nasce o Cristo (...) Vamos assumir essa utopia Cristã que nos faz: * ter como ferramenta de trabalho a esperança; (...) (ASSINTEC, n. 42, 1985)

O texto aqui citado, completa o que trouxemos como título para esta seção. Trazendo para o professor a responsabilidade de trabalhar, com os alunos, valores morais como honestidade, fraternidade, liberdade, entre outros. Este texto colocava o professor em uma posição de salvador das pobres crianças da escola pública, como se estes fossem miseráveis em busca de uma redenção que o Ensino Religioso poderia lhes conceder. O boletim 42 seguia levando o leitor/professor a refletir sobre a necessidade de uma educação para o senso crítico, para o questionamento do mundo a sua volta. Uma educação mais humana e libertadora. O ano de 1985, com o fim da ditadura no país e o início do processo de redemocratização, foi de grandes rupturas nos meios político e social. Porém, a educação ainda estava sob os efeitos do antigo regime e das diversas reformas educacionais por ele propostas.

3.4 COMO DEVE SER O ENSINO RELIGIOSO PARA CORRESPONDER À FORMAÇÃO DO HOMEM-CRÍTICO-POLÍTICO-PARTICIPANTE, A FIM DE REALIZAR TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS?⁹²

Com este questionamento a ASSINTEC abre o Boletim n. 43 de 1986, no primeiro ano após o término do regime civil-militar. Uma convocação aos professores

⁹²ASSINTEC, 1986, p.1

para repensarem o modelo de Ensino Religioso dentro de uma nova sociedade que vinha se desenhando dentro e fora da escola. As redes de ensino Municipal de Curitiba e Estadual do Paraná estavam em constante crescimento e, conseqüentemente aumentava exponencialmente o número de alunos e de professores. Com isso crescia também a heterogeneidade de pensamento e de crença religiosa entre a comunidade escolar.

Mas, se por um lado, em seu discurso, a associação parecia buscar um repensar da proposta de Ensino Religioso para as escolas públicas, por outro, nas suas práticas, os ideais cristãos ainda se mostravam presentes. Em seus materiais de apoio ao professor ainda era recorrente a presença de textos e orientações bíblicas e, no mesmo Boletim em que a ASSINTEC chama o professor a repensar o modelo de Ensino Religioso proposto, ela coloca na página seguinte um novo questionamento: “Diante da Constituinte, o que se espera do educador compromissado consigo mesmo, com o povo e com Deus?” (ASSINTEC, 1986, p.2) (grifo nosso). Aqui, vemos novamente a ASSINTEC convocando o professor ao desenvolvimento da espiritualidade dos alunos. Colocando a religiosidade do profissional em xeque, trazendo para dentro da escola não somente a função do professor como mediador do conhecimento próprio do âmbito escolar, mas mesclando isso a sua missão religiosa. Uma das premissas do cristianismo é o versículo bíblico “ide e pregai o evangelho a toda criatura” (Mateus 16:15). Vemos, nesta pergunta publicada pela ASSINTEC em 1986, uma certa cobrança para que o professor coloque este ensinamento cristão em prática, durante o desenvolvimento de suas atribuições profissionais.

Neste mesmo ano, no Boletim n. 44, a associação traz um apanhado das leis que regeram o Ensino Religioso ao longo da História do Brasil, apresentando o estudo da História da Disciplina como parte integrante da formação dos professores. Esse processo de formação, neste momento mais focada nos aspectos históricos e legislativos, se deu, pois a ASSINTEC participou ativamente do processo de escrita da nova Constituição, promovendo ciclos de estudos, debates e enviando propostas para o texto. Dentre as propostas da ASSINTEC para a Constituição Federal, estava a implementação do que a associação chamava de “novo modelo educacional”, a “Educação Religiosa” (ASSINTEC, 1986 b, p. 1). Esse modelo previa uma educação em que a religião não estivesse ligada apenas a uma disciplina, mas permeasse todas as ações, disciplinas e condutas da escola, apesar de trazido como novo,

remonta o modelo educacional que esteve em vigor no Brasil durante o período colonial, além de ser encontrado em diferentes escolas confessionais e privadas.

O modelo educacional proposto pela associação pode ser visto como uma contradição, uma vez que as Constituições Federais anteriores, mesmo aquelas promulgadas durante o regime civil-militar, traziam o respeito a diversidade religiosa como um dos princípios legais do país. De acordo com estes princípios podemos afirmar que

Como un régimen social de convivencia, cuyas instituciones políticas sober legitimadas principalmente por la soberanía popular, y no por elementos religiosos. Por eso, el Estado laico surge realmente cuando el sobera de esta soberanía ya no es sagrada sino popular (BLANCARTE, 2008, p.6)

Tendo em vista que a ideia de uma Educação Religiosa ressurge no momento em que o país inicia seu processo de redemocratização, ela pode ser vista como uma forma de ferir o princípio da soberania popular, pois dá a Igreja um poder regulador dentro dos processos educativos. A proposta da Assintec, de promover uma Educação Religiosa, podia ser vista como uma afronta a este princípio de laicidade, uma vez que viria a interferir em toda a estrutura educacional e não somente numa disciplina facultativa. No Boletim de outubro/novembro, de 1984 a associação trouxe uma reflexão intitulada: “Para onde vai a educação”, tal seção foi aberta com o texto:

Todo ato pedagógico é um ato político e o professor com sua atuação ou reforça o sistema injusto existente, ou se coloca ao lado do povo, promovendo solidariedade, favorecendo práticas libertadoras que ajudam o povo a se descobrir, a se expressar a se organizar. (ASSINTEC 1984, p.1)

É importante salientarmos que esse Boletim foi construído no período em que o país construía a sua saída de duas décadas de ditadura civil-militar para ascender rumo a redemocratização. Assim, não só a educação, mas a sociedade como um todo buscava novos caminhos. Assim, propor uma educação “libertadora” vinha atender aos anseios não só dos profissionais da educação, mas de toda a comunidade escolar. No entanto, o que percebemos na proposta da ASSINTEC é a religião como caminho para essa liberdade, como podemos observar no quadro 6 que propõe a seguinte reflexão: “Que práticas educativas nós temos e que revelam estas concepções de educação? O que é importante fazer para que nossa escola tenha uma educação libertadora?” No início da década de 1980, em seus boletins

informativos, a ASSINTEC dava alguns indícios de influência da Teologia da Libertação.

QUADRO 5 – COMPARATIVO DE CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS SEGUNDO A ASSINTEC (1984)

COMPONENTES DOS CURRÍCULOS			
1. Concepção de educação	Tradicional.	Tecnicista.	Libertadora
2. Currículo centrado em	Conteúdo.	Meios.	Pessoas em relação mediatizadas pela realidade a ser transformada
3. Visão de homem	Indivíduo dotado de inteligência.	Ser que produz com fins pragmáticos, imediatistas. Supera a concorrência em seu setor e atinge o sucesso.	Ser em relação, chamado a viver em comunidade. Homens chamados a viver a tríplice relação: *Com Deus, como filho; *Com os outros, como irmão; *Com a natureza, como senhor.
4. Educar é	Ministrar o conhecimento do passado, reproduzir o saber acumulado.	Treinar: processo que consiste em modificar padrões de comportamento preparando para o exercício de funções produtivas, para ser consumidor competente dos produtos disponíveis no mercado.	Conscientizar (ação-reflexão). Humanizar, desenvolvendo o homem em todas as suas potencialidades e ajudando-o a se comprometer no processo de transformação da sociedade.
5. Professor	Intermediário entre a cultura acumulada e o aluno.	Intermediário entre os manuais, programas e materiais previamente elaborados e os alunos. É um técnico.	Incentivador, dinamizador do processo. Faz caminho com o aluno, criando situações desafiadoras, problematizadoras.
6. Aluno	Passivo, ouvinte, o que recebe bem o que lhe é dado.	Executor, repetidor, o que faz bem o que se espera dele.	Criativo, sujeito responsável, ativo em cooperação com os demais.
7. Tipo de relações	Verticais, autoritárias ou paternalistas.	Verticais: técnicas de relações humanas como meio para maior produtividade (instrumento sofisticado de manipulação).	Horizontais, solidárias. Superação da dicotomia educador x educando. Ambos se educam em interação enquanto procuram transformar a sociedade.

8. Êxito depende	Do professor.	Dos meios.	Da participação ativa dos educandos.
9. Enfoque dominante	Uniformidade.	Massificação.	Conscientização.

Fonte: ASSINTEC, 1984, p.3.

No quadro 5, disponível no Boletim Informativo n. 40 da ASSINTEC, vemos uma leitura da equipe do que seriam essas três concepções pedagógicas. Vale salientar que, segundo o documento, este quadro não foi elaborado pela equipe, mas sim retirado da **Revista de Catequese**, n. 28 (1984). O quadro, na revista, compunha um artigo intitulado “Ensino Religioso – A escola e o Currículo”⁹³. Reiterando sua estreita relação com os princípios do cristianismo.

Na edição n.46 de 1987, o Boletim trouxe uma reflexão sobre a Páscoa seguida de uma “chamada” a reflexão dos professores com um texto cujo título traz a temática “Quem garante a educação religiosa? A Lei ou a Consciência?” (ASSINTEC, 1987, p.1-2)

Ao longo desses 14 anos que vamos caminhando com os educadores percebemos que fazemos Educação Religiosa de duas maneiras:

- por obrigação ou por opção

A 1ª é legalista. Precisa do amparo da lei, estrutura de currículo, segurança da apostila, cumprimento de um horário. Essa visão pode trazer como consequência:

- postura cômoda – “Faço o que me mandam”

- postura descomprometida – “Dou minha aula uma vez por semana e não devo explicações à Assintec”

A 2ª, por opção é crítica e desafiadora. Está para além desses instrumentos. Está na consciência profissional de cada um, na visão da vida, do homem, do mundo, na visão da educação que queremos e que fazemos. Esta maneira de educar gera:

- postura conflituosa porque é preciso diuturnamente quebrar:

* as incoerências entre o que eu digo e o que eu faço;

* as dicotomias entre educação e situação;

* as distâncias entre fé e vida.

- postura revolucionária profética, contestadora, de mudança. O termo opção, supõe conversão. Educar por opção é converter-se. Isto é, tomar uma direção oposta a que estamos acostumados, ou seja:

a) mudar nosso ponto de vista.

Educar em função de uma minoria de letrados ou em função de uma maioria intelectualmente ignorante, economicamente explorada, socialmente marginalizada, religiosamente pluralista?

b) inverter nossos esquemas mentais.

Educar aceitando passivamente (reproduzir o sistema) ou educar questionando, transformando? (ASSINTEC, 1987, p. 1-2) (grifos e aspas do original)

⁹³Não localizamos nenhum exemplar da revista citada.

Neste texto o professor foi chamado a repensar sua prática ignorando a separação entre o público e o privado, ou seja, a religiosidade da vida privada do docente foi convocada a participar do fazer pedagógico, trazendo para dentro da escola os princípios morais e espirituais seguidos pelo professor. O boletim seguia com as prioridades para a formação dos professores de Ensino Religioso e das discussões que envolviam a Constituinte, todas com base na implantação do projeto de Educação Religiosa, convocando os professores a participarem ativamente desse processo.

FIGURA 17 – PROFESSORES REUNIDOS DURANTE O PROCESSO DA CONSTITUINTE



Fonte: Arquivo histórico da Assintec⁹⁴.

Na figura 17, percebemos a forte atuação das mulheres no campo educacional, o que era comum a época. Também é possível observarmos a presença de figuras religiosas que atuavam nas escolas. Porém, as disputas por espaço na educação não se davam somente por meio da ASSINTEC, havia grupos religiosos que se mostravam contra esse modelo de Educação Religiosa por entenderem que ele, apesar de “ecumênico”, atendia aos interesses apenas dos grupos cristãos (protestantes e católicos) mas deixava de lado os demais grupos,

⁹⁴Não há o registro do nome ou do número de professores participantes do encontro.

além dos ateus e agnósticos, que não se viam representados por esse movimento e os intelectuais que, por sua vez, buscavam a separação entre Estado e Igreja, como determinava a lei, e portanto defendiam que a educação pública, que era destinada a todos sem distinção, não deveria privilegiar ou impor uma determinada religião.

Além das convocações aos professores, para participarem deste movimento em prol da Educação Religiosa, a ASSINTEC também promoveu um abaixo-assinado entre as famílias. Em parceria com instituições religiosas e educacionais de diferentes Estados, foram recolhidas assinaturas a fim de endossar a solicitação de inclusão da Educação Religiosa como projeto para a Constituição Federal. No boletim de número 48, de 1987, foi colocado o número de assinaturas recolhidas em favor da implementação da Educação Religiosa na legislação, ao todo foram 66.0637 assinaturas de professores e familiares de estudantes de todo país,⁹⁵ configurando uma proposta de emenda popular ao texto da Constituição Federal. De acordo com os relatórios apresentados pela ASSINTEC, participaram do abaixo-assinado:

TABELA 3 – ASSINATURAS A FAVOR DA EDUCAÇÃO RELIGIOSA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Estado	no. de assinaturas
Paraná	50.507
Mato Grosso do Sul	7.959
Santa Catarina	6.068
Mato Grosso	4.744
Minas Gerais	1.037
Pará	596
Rio Grande do Norte	496
Bahia	322
Espírito Santo	322
Maranhão	268
Rio de Janeiro	216
Sergipe	144
Rio Grande do Sul	109
São Paulo	40
Piauí	35

Fonte: ASSINTEC, 1987, p. 2.

⁹⁵A presente tabela foi extraída do Boletim n.48, ano 11 elaborado e distribuído pela ASSINTEC.

Na tabela 3, vemos uma participação maior, em termos de número de assinaturas, no que se refere ao Estado do Paraná. Isso se deve ao fato de a ASSINTEC ter encabeçado o movimento, por meio da atuação política, não só da associação, mas de seus membros como Elias Abrahão. A ASSINTEC apresentava essa proposta de Educação Religiosa como algo inovador no ponto de vista pedagógico. De acordo com o Boletim Informativo n.50 (1988, p. 3) a Educação Religiosa é pautada em 3 elementos principais:

Reflexão que visa favorecer a relação com o Transcendente, para que, a partir dela, educandos e educadores possam dar um sentido mais profundo e radical à sua existência.

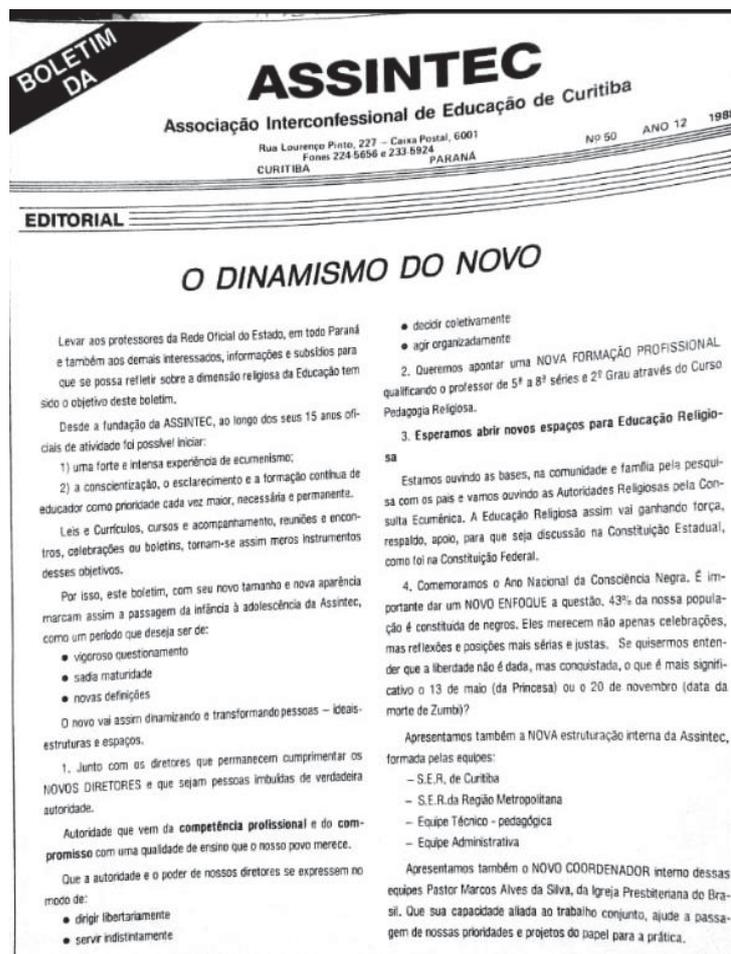
Oportunidade de abertura diante dos questionamentos existenciais nessa relação com o Transcendente que leve o educando e o educador a fazerem perguntas: Quem sou? O que busco? Para que existo?

A alavanca transformadora do SER EM SOCIEDADE, uma vez que parte dos valores fundamentais da vida: a busca do bem, da verdade, da justiça, da solidariedade, da fraternidade, da realização pessoal, da humanização, uma visão completa da História da cultura e do povo. (ASSINTEC, 1988, p. 3) (grifos do original)

De acordo com a ASSINTEC, esses três pilares dão sentido ao que é função da escola desenvolver, “capacidade de observação, criatividade, julgamento de valores, abertura para o Transcendente, comunicação, convite, cooperação, decisão e ação frente à realidade da vida” (cfe. Discurso do Pastor Elias Abrahão – presidente da ASSINTEC – no Plenário da Constituinte, 1987, in ASSINTEC, 1988, p.3).

Apesar de, desde os primeiros Manifestos dos Pioneiros da Educação Nova, na década de 1930, esse relacionamento entre a escola moderna e a religião ter sido apresentado como algo contraditório. Para Hervieu-Léger (2008, p. 35) esse processo de modernização representou o enfraquecimento cultural e social da religião, uma exclusão mútua que a autora denomina “exílio da religião”. Esse processo de “exclusão” pelo qual a religião, principalmente o catolicismo passou nas sociedades modernas, gerou uma certa comoção entre os líderes cristãos. Assim, essas lideranças encontraram na educação uma fonte de recuperação de seu status social.

FIGURA 18 – BOLETIM N. 50 – O DINAMISMO DO NOVO



Fonte: Arquivo histórico da Assintec⁹⁶.

No boletim n. 50 (figura 18), de 1988, último a ser analisado nessa dissertação⁹⁷, a ASSINTEC buscou inovar no que diz respeito à forma de apresentação do material. Sob o título “O Dinamismo do novo” e com folhas maiores (no estilo jornal) o texto teve início apresentando os objetivos gerais da associação na educação pública. Neste texto de abertura do Boletim, a associação trouxe um breve relato da sua experiência nos primeiros 15 anos de convênio com as redes municipal e estadual de Ensino, bem como um balanço de sua atuação. De acordo com o texto, o boletim foi apresentado em “novo tamanho e nova aparência” para marcar esta passagem “da infância à adolescência” (ASSINTEC, 1988, p. 1).

⁹⁶ As caixas do acervo não possuem uma ordem ou numeração.

⁹⁷ Em 2020 ainda acontece a publicação semestral do material, agora sob o nome de Informativo da ASSINTEC.

Na página seguinte, encontramos um texto com a “opinião dos pais”, segundo a associação, acerca da proposta de Educação Religiosa. De acordo com o publicado pela Assintec, foram ouvidas famílias dos alunos da rede pública de Ensino de todo o Estado, e segundo o texto,⁹⁸ 92% das famílias aprovaria a implementação da Educação Religiosa nas escolas públicas.

Ao analisar estes Boletins informativos vemos que havia uma preocupação dos cristãos (protestantes e católicos) em manter os ensinamentos e valores cristãos diretamente ligados às escolas públicas. Dentro das comunidades modernas, com maior acesso à ciência e a informação, a religião foi perdendo, gradativamente, sua função normatizadora da sociedade.

Algumas instituições religiosas perderam poder e influência em muitas sociedades, mas crenças e práticas religiosas antigas ou novas permaneceram na vida das pessoas, às vezes assumindo novas formas institucionais e às vezes levando a grandes explosões de fervor religioso. Inversamente, instituições religiosamente identificadas podem desempenhar um papel social ou político mesmo quando muito poucas pessoas confessam ou praticam a religião que essas instituições representam. (BERGER, 2000, p. 10)

Assim, a escola pública, pelo seu alcance social, seria o campo mais propício para a divulgação dos valores e práticas do cristianismo, ainda que com o título de ecumenismo.

Em 1988, a nova Constituição Federal não trouxe a “Educação Religiosa” para as escolas públicas. Porém, o Ensino Religioso escolar como disciplina de oferta obrigatória e matrícula facultativa se manteve no texto,

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§ 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. (BRASIL, 1988, s/p)

Este artigo, em si, não trouxe grandes impactos para o Ensino Religioso no Município de Curitiba. Apesar de não conseguir assegurar a Educação Religiosa, a ASSINTEC permaneceu a frente da disciplina e seguiu lutando por espaço e reconhecimento.

⁹⁸Não foi encontrada outra fonte sobre essa pesquisa, nem os questionários ou resultados. O único registro encontrado é o texto que foi veiculado no boletim informativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos estas considerações com uma citação que, nos primeiros rascunhos desta dissertação, estava no texto de introdução. Presente no livro **Para que serve a história hoje?** a citação afirma que: “olhar de frente aquilo que foi, não o que gostaríamos que fosse, demanda labor e dor, mas é este o caminho da liberdade” (VOLMAN apud LAURENTIN, 2010, p.105). Utilizar esta frase neste trabalho se justifica pelo lugar de fala da pesquisadora que, durante os últimos dez anos têm se dedicado ao trabalho com o Ensino Religioso no Município de Curitiba e, por vezes é comum esquecermos ou, até mesmo, escolhermos ignorar toda a trajetória que a disciplina percorreu para chegar ao que está posto no Currículo do Ensino Fundamental publicado em 2020. Pois, como vemos em Santos (1990, p. 21) a História das Disciplinas consiste em “explicar as transformações ocorridas em uma disciplina ao longo do tempo” identificando “os fatores diretamente ligados às mudanças” e, no caso do Ensino Religioso, discorrer sobre alguns destes fatores chega perto de romper a linha entre a pesquisa e o julgamento de valor. Assim, as pesquisas realizadas durante o processo de escrita desta dissertação, foram de grande relevância para a compreensão da História da Disciplina escolar Ensino Religioso no Município de Curitiba. Por isso, para estas considerações, iremos retomar algumas questões levantadas ao longo da pesquisa, buscando sinalizar as respostas encontradas, ou não, nas fontes levantadas.

As primeiras questões que propusemos como problemática para esta dissertação foram relacionadas a origem e a motivação do Estado em manter na grade curricular das escolas públicas a disciplina Ensino Religioso. Percebemos, no entanto, que apesar de a resposta parecer simples em um primeiro momento: a disciplina se originou da tradição da Igreja Católica junto a educação e se manteve pela influência da mesma junto ao poder político. As tramas tecidas por trás dessa afirmação são muito mais complexas do que ela poderia expressar. Principalmente se observarmos a legislação brasileira, no que diz respeito à liberdade de crença e o princípio de laicidade do Estado. Princípio este, disposto nas constituições federais desde a instituição da República e, portanto, deveria manter o Estado neutro no que diz respeito às questões religiosas, sem dar privilégios a nenhuma crença.

Sim, é fato que a origem do Ensino Religioso está ligada ao catolicismo e, portanto, distante da ideia de uma escola laica, mas a construção da Disciplina

Escolar, de seu currículo, conteúdos e práticas educativas supera a relação Estado e Igreja. Essa construção abarca uma série de questões ligadas a cultura e ao cotidiano escolar. Não foi só a Igreja a responsável pela inclusão e manutenção da disciplina, mas “o estatuto, os recursos e a estruturação das disciplinas escolares empurram o conhecimento da disciplina em direções específicas [...]” (GOODSON, 1997, p.24), bem como fatores “internos e externos” que influenciaram a construção e a manutenção do Ensino Religioso nas escolas públicas de Curitiba.

Respondendo a uma das questões que, elencamos a partir do disposto por Chervel (1990) que questiona quem são os atores envolvidos, observamos que muitos foram os partícipes deste processo de construção e consolidação no Município de Curitiba, entre eles identificamos grupos religiosos cristãos, ora representados pelo Movimento Ecumênico (MOVEC), ora organizados de forma mais específica para a ação no âmbito educacional através da Associação Interconfessional de Educação (ASSINTEC), políticos como o prefeito Jaime Lerner, autor do decreto que oficializou o Ensino Religioso nas escolas municipais, a imprensa que, em vários momentos se mostrou apoiadora dos ideais cristãos no interior das escolas, professores e, em certa medida, familiares dos estudantes e a comunidade escolar em geral. Havia, portanto, uma rede de pessoas envolvidas, direta e indiretamente, na estruturação e divulgação do Ensino Religioso como disciplina escolar nas escolas públicas. Essa rede de envolvimento contribuiu significativamente para a construção da disciplina, de seus conteúdos e, até certo ponto, de sua relevância dentro da comunidade escolar, pois em variados momentos vimos que havia um certo status para eventos como a Maratona Bíblica, com direito a notas nos jornais e participação dos estudantes e suas famílias. Contribuindo também para a sua manutenção e permanência na legislação e no espaço escolar.

O período em que o Ensino Religioso começou a se desenhar como disciplina integrante dos currículos das escolas públicas de Curitiba, foi também um momento de expansão da cidade e conseqüentemente do número de escolas. De acordo com Viana (2018, p. 55) “a esfera municipal foi obrigada a adequar-se a esse novo quadro” que trouxe a necessidade de readequação na estrutura física, mas, também de concepção e filosofia. Esse crescimento da cidade, trouxe também um aumento considerável no número de moradores, muitos deles imigrantes e seus descendentes, conferindo a cidade uma nova cara, a cara da diversidade cultural e religiosa. A prefeitura Municipal foi aos poucos ampliando a oferta de escolas para

atender a demanda do Ensino Fundamental, principalmente nas regiões periféricas. Neste mesmo contexto, munidos de um discurso conservador que alegava uma “falta de cultura religiosa” nessas comunidades, um grupo de religiosos se reúne em nome de um ecumenismo cristão para organizar o Ensino Religioso nas escolas públicas de Curitiba. Assim, a ASSINTEC toma as rédeas da disciplina escolar Ensino Religioso, agindo diretamente em parceria com Estado e Município, no que diz respeito ao Currículo, formação de professores e práticas pedagógicas.

Mesmo com a presença marcante do cristianismo ecumênico no Ensino Religioso, a ASSINTEC afirmava não ferir o princípio de laicidade do Estado, uma vez que a disciplina escolar era, de acordo com a legislação vigente, proposta com “matrícula facultativa” aos alunos, permitindo assim que, aqueles que não professassem a fé cristã, não assistissem as aulas. No entanto, não encontramos registros de estudantes não matriculados ou dispensados das aulas, bem como relatórios que mostrassem famílias e/ou professores se posicionando contrários à disciplina ou aos seus conteúdos. Em geral, encontramos posicionamentos contrários em referências bibliográficas e documentos elaborados por educadores e intelectuais em nível nacional, nada especificamente relacionado a cidade de Curitiba neste período. Mesmo as matérias publicadas em jornais da época, pareciam estar em consonância com as práticas realizadas nas escolas públicas.

Nas salas de aula, os professores se depararam com uma nova realidade, cada vez mais heterogênea, dos pontos de vista econômico e cultural as turmas vinham crescendo em quantidade e em número de alunos. Mas, ao que nos parece, nos materiais de Ensino Religioso, havia um discurso relativamente preocupado com a diversidade cultural e religiosa dessas comunidades e do ambiente escolar, porém, as orientações, currículos e atividades propostas eram pautadas na Bíblia, não no sentido estrito do catolicismo, mas como livro universal que rege os povos cristãos. Assim, as atividades estavam baseadas em passagens que são comuns a católicos e protestantes.

Ficou evidente, que com a instituição do Estado Laico a Igreja foi, aos poucos, perdendo parte de seu poder e influência sobre as questões públicas. Neste sentido, a educação, por manter em seu rol de disciplinas o Ensino Religioso, foi um caminho de acesso facilitado. Essa abertura de espaço para entidades religiosas, no caso de Curitiba representadas pela Assintec, possibilitou a ação direta da religião na educação e na construção da cultura escolar, conseqüentemente influenciando

também outros campos da sociedade. Além dessas influências nas questões sociais que se relacionam diretamente com a escola, vimos que a religião desenvolveu importante papel no meio político, onde a ASSINTEC participou ativamente do processo de escrita da nova Constituição Federal, envolvendo diferentes setores da sociedade a fim de salvaguardar o seu espaço dentro das escolas públicas.

Assim, podemos concluir que a ASSINTEC contribuiu significativamente para a construção e consolidação do Ensino Religioso como disciplina escolar nas escolas públicas de Curitiba, garantindo a manutenção do cristianismo interconfessional neste processo. Nos ativemos aqui as duas primeiras décadas de atuação da associação junto a Rede Municipal de Ensino de Curitiba, onde foi possível observar mudanças significativas, mas também permanências substanciais no que diz respeito a interconfessionalidade e a permanência dos ideais e valores morais cristãos como fio condutor do Ensino Religioso enquanto disciplina escolar nas escolas públicas do Município de Curitiba.

Tendo em vista a quantidade de fontes selecionadas para esta dissertação e a possibilidade de levantamento de um número bastante expressivo de materiais acerca do Ensino Religioso nas escolas públicas de Curitiba, verificamos que a presente pesquisa deixou alguns questionamentos sem resposta. Estas problemáticas suscitam o interesse em diferentes campos da História, pois não tratam apenas da construção da Disciplina Escolar Ensino Religioso, mas também da relação entre Religião e Estado, instituições públicas e interesses privados, entre outros. Assim, elaboramos algumas perguntas que poderão nortear futuros trabalhos:

- Até que ponto houve equilíbrio entre as ações da ASSINTEC e as práticas pedagógicas? As orientações publicadas nos materiais realmente eram colocadas em prática nas escolas?
- Qual o impacto dessa concepção de Ensino Religioso no desenvolvimento dos alunos?
- Como as aulas de Ensino Religioso via Rádio aconteciam nas salas de aula? Como se dava a organização das escolas para este momento?
- A proposta de Ensino Religioso interconfessional era uma realidade entre as décadas de 1970 e 1980 em Curitiba. Quais outras concepções de Ensino Religioso outros Estados e Municípios colocaram em prática neste período?

- Como as escolas se organizavam com relação a facultatividade da matrícula dos estudantes nas aulas de Ensino Religioso?
- Como o material Crescer em Cristo era utilizado nas aulas de Ensino Religioso nas escolas municipais de Curitiba?

Elencamos aqui apenas alguns de muitos questionamentos que surgiram durante a seleção das fontes e a organização da pesquisa. Compreendemos que esta dissertação é apenas um ponto de partida para novas pesquisas. Traçamos aqui um breve rascunho da imensa trama de possibilidades que a História das Disciplinas, em especial do Ensino Religioso, tem a oferecer enquanto campo de pesquisa.

No entanto, esperamos ter alcançado nosso objetivo de analisar a construção dessa Disciplina, respeitando seus atores e concepções do período em que se desenhou. Trazendo a memória alguns dos momentos marcantes e significativos da produção de subsídios que teceram as primeiras tramas formais do Ensino Religioso do Município de Curitiba.

FONTES

HEMEROTECA NACIONAL

Prefeitura vai adotar regime de contenção. **Diário do Paraná**. Paraná, 08 de janeiro de 1963.

Governo apoiará o Conselho Estadual de Educação no Paraná. **Diário do Paraná**. Paraná, 22 de maio de 1971.

Formação religiosa em curso pelo Rádio. **Diário do Paraná**. Paraná, 16 de setembro de 1972.

Campanha de pregação radiofônica começa hoje. **Diário do Paraná**. Paraná, 15 de outubro de 1972.

Uma associação para o nosso ensino religioso. **Diário da Tarde**. Paraná, 13 de agosto de 1973.

90 escolas curitibanas na maratona da Bíblia. **Diário do Paraná**. Paraná, 19 de setembro de 1976, 1º caderno, p.8.

LEGISLAÇÃO

- Legislação Municipal de Curitiba

CURITIBA. **Plano de Educação dos Centros Comunitários**. Curitiba, 1973.

CURITIBA. **Plano de Educação, vol. I e II**. Curitiba, 1975.

CURITIBA. **Plano Curricular: Diretrizes Curriculares para as escolas municipais**. Curitiba, 1977.

CURITIBA. **Plano Curricular: Diretrizes Curriculares para as escolas municipais**. Curitiba, 1979.

CURITIBA. **Currículo Básico: uma contribuição para a escola pública brasileira**. Curitiba, 1988.

- Legislação Estadual do Paraná

PARANÁ. **Currículo do Ensino Fundamental**. Curitiba, 1980.

PARANÁ. **Diretrizes e Bases**. Curitiba, 2007.

- Legislação Nacional

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil** (1891). Fundação Projeto Rondon. Ministério do Interior, [s.d.].

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil** (1934). Fundação Projeto Rondon. Ministério do Interior, [s.d.].

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil** (1937). Fundação Projeto Rondon. Ministério do Interior, [s.d.].

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil** (1946). Fundação Projeto Rondon. Ministério do Interior, [s.d.].

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). 18.ed. São Paulo: Editora Saraiva.

BRASIL. **Lei 5.682, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino do 1º e 2º graus. In Legislação Fundamental, organiz. Pe. José Vasconcelos, Rio de Janeiro, 1972.

BRASIL. **Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm (Acesso em 20/10/2018)

BOLETINS DA ASSINTEC

ASSINTEC, Boletim da. Ano 1, n. 2, junho, Curitiba, 1975. ASSINTEC, Boletim da. Ano 1, n. 5, novembro, Curitiba, 1975.

ASSINTEC, Boletim da. Ano 2, n. 6, fev./mar./abril, Curitiba, 1976a.

ASSINTEC, Boletim da. Ano 2, n. 8, jul./ago./setembro, Curitiba, 1976b.

ASSINTEC, Boletim da. Ano 3, n. 12, ago./set./outubro, Curitiba, 1977a.

ASSINTEC, Boletim da. Ano 3, n. 13, nov./dezembro, Curitiba, 1977b.

ASSINTEC, Boletim da. Ano 4, n. 14, mar./abril, Curitiba, 1979a.

ASSINTEC, Boletim da. Ano 4, n. 15, maio/jun./julho, Curitiba, 1979b.

ASSINTEC, Boletim da. Ano 4, n. 16, ago./setembro, Curitiba, 1979c.

ASSINTEC, Boletim da. Ano 4, n. 17, nov./dezembro, Curitiba, 1979d.

ASSINTEC, Boletim da. Ano 5, n. 17, mar./abril, Curitiba, 1980a.

ASSINTEC, Boletim da. Ano 5, n. 18, maio/junho, Curitiba, 1980b.

ASSINTEC, Boletim da. Ano 5, n. 19, ago./setembro, Curitiba, 1980c.

ASSINTEC, Boletim da. Ano 5, n. 20, out./novembro, Curitiba, 1980d.

ASSINTEC, Boletim da. Ano 5, n. 22, nov./dezembro, Curitiba, 1980e.

ASSINTEC, Boletim da. Ano 6, n. 23, mar./abril, Curitiba, 1981a.

ASSINTEC, Boletim da. Ano 6, n. 23, maio/junho, Curitiba, 1981b.

ASSINTEC, Boletim da. Ano 6, n. 25, jul./agosto, Curitiba, 1981c.

ASSINTEC, Boletim da. Ano 6, n. 25, set./outubro, Curitiba, 1981d.

ASSINTEC, Boletim da. Ano 6, n. 26, nov./dezembro, Curitiba, 1981e.

ASSINTEC, Boletim da. Ano 6, n. 27, mar./abril, Curitiba, 1982a.

ASSINTEC, Boletim da. Ano 28, n. 6, maio/junho, Curitiba, 1982b.

ASSINTEC, Boletim da. Ano 6, n. 29, jul./agosto, Curitiba, 1982c.

ASSINTEC, Boletim da. Ano 6, n. 30, set./outubro, Curitiba, 1982d.

ASSINTEC, Boletim da. Ano 6, n. 31, nov./dezembro, Curitiba, 1982e.

ASSINTEC, Boletim da. Ano 7, n. 32, jan./fevereiro, Curitiba, 1983a.

ASSINTEC, Boletim da. Ano 7, n. 33, mar./abril, Curitiba, 1983b.

ASSINTEC, Boletim da. Ano 7, n. 34, maio/junho, Curitiba, 1983c.

ASSINTEC. Boletim da. Ano 7, n. 35, jul./agosto, Curitiba, 1983d.

ASSINTEC, Boletim da. Ano 7, n. 36, set./outubro, Curitiba, 1983e.

ASSINTEC, Boletim da. Ano 7, n. 37, out./novembro, Curitiba, 1983f.

CRESCER EM CRISTO

ASSINTEC. Educação Religiosa – Crescer em Cristo. Curitiba, s/d.

ASSINTEC. Crescer em Cristo. Curitiba, s/d. ASSINTEC. Crescer em Cristo. Curitiba, 1979.

ASSINTEC. Semana de orações pela unidade dos cristãos – Crescer em Cristo. Curitiba, 1980.

OUTROS DOCUMENTOS DA ASSINTEC

ASSINTEC. Esboço de programa de Ensino Religioso de 1º e 2º graus. Curitiba, 1973. ASSINTEC. Dados para reconhecimento de utilidade pública da Associação Interconfessional de Educação de Curitiba. Curitiba, 1976.

ASSINTEC. Relatório. Curitiba, 1975.

ASSINTEC. Relatório. Curitiba, 1976.

ASSINTEC. Cartas de convite para participar da Catequese Radiofonizada. Curitiba, 1973.

ASSINTEC. Educação Religiosa. Curitiba, 1986.

ASSINTEC. Experiência Ecumênica em Curitiba - "Educação cristã pelo rádio". Curitiba, 1974.

FOTOGRAFIAS – ACERVO ASSINTEC⁹⁹

ASSINTEC. Exercício de Ensino Religioso, 1982. 10x15cm. Acervo histórico da ASSINTEC.

ASSINTEC. Solenidade de inauguração da ASSINTEC, 1973. 10x15cm. Acervo histórico da ASSINTEC.

ASSINTEC. Autoridades em visita à sede da ASSINTEC, 1973. 10x15cm. Acervo histórico da ASSINTEC.

ASSINTEC. Aparelhos utilizados na gravação das aulas de Ensino Religioso, 1973. 10x15cm. Acervo histórico da ASSINTEC.

ASSINTEC. Monserrat Fernandes – elaboração e locução das aulas via Rádio, s/d. 10x15cm. Acervo histórico da ASSINTEC.

ASSINTEC. Recebimento dos aparelhos de rádio, pela diretoria da ASSINTEC, 1973. 10x15cm. Acervo histórico da ASSINTEC.

ASSINTEC. Frei Henrique – organização dos rádios para entregar às escolas municipais e estaduais, 1973. 10x15cm. Acervo histórico da ASSINTEC.

ASSINTEC. Encontro para adolescentes, 1980. 10x15cm. Acervo histórico da ASSINTEC.

ASSINTEC. Professores reunidos durante o processo da constituinte, s/d. 10x15cm. Acervo histórico da ASSINTEC.

ARTIGOS PUBLICADOS¹⁰⁰

WILLMS, Karin. “... Ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas...” – A Associação Inter-Religiosa de educação e o Ensino Religioso no município de Curitiba. In: 3º Simpósio Internacional da ABHR / 16º Simpósio Nacional da ABHR. 2018. Anais. Florianópolis: UFSC,

⁹⁹ As fotografias encontram-se dentro de uma caixa, não havendo identificação.

¹⁰⁰ Os artigos, aqui listados, foram escritos durante o processo de pesquisa para esta dissertação.

disponível em: <https://abhr2018.paginas.ufsc.br/anais-plura/> . Acesso em 05 de ago. de 2020.

WILLMS, Karin. **Ensino Religioso Escolar, o Ecumenismo a Serviço de Cristo Nas Décadas de 1970 e 1980, Na Rede Municipal de Ensino de Curitiba** In: XCBHE. 2019. Anais. Belém: SBHE, disponível em: <https://xcbhe.com.br/blog/noticias/anais-x-cbhe> . Acesso em 05 de ago. 2020.

WILLMS, Karin. **Laicidade e ecumenismo: conceitos aplicados à História da Disciplina Ensino Religioso em Curitiba.** In: XIV Educere. 2019. Anais. Curitiba: PUCPR, disponível em: <https://educere.pucpr.br/p1/anais.html> . Acesso em 05 de ago. 2020.

WILLMS, Karin. **Assintec, uma instituição privada na definição do Currículo de Ensino Religioso na escola pública do Paraná.** In: DICKMANN, Ivo (org.). Mosaico temático. Vol. 1. Chapecó: Livrologia, 2020. P. 52 – 67.

WILLMS, Karin. **Ensino Religioso Escolar, o Ecumenismo a Serviço de Cristo Nas Décadas de 1970 e 1980, Na Rede Municipal de Ensino de Curitiba.** In: DICKMANN, Ivo (org.). Mosaico temático. Vol. 1. Chapecó: Livrologia, 2020. P. 68-91.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia.** Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ALVES, Luiz A. S., JUNQUEIRA, Sérgio R. A., KEIM, Ernesto J., OLIVEIRA, Lilian B. (Org.) **Ensino Religioso no Ensino Fundamental.** São Paulo: Cortez, 2007.

ANDRADE, Renata Fernandes Maia de. **A trajetória do Ensino Religioso na educação brasileira.** Revista Senso, 6 de junho de 2018. Disponível em: <https://revistasenso.com.br/2018/06/06/trajetoria-ensino-religioso-na-educacao-brasileira/> Acesso em: 22 de set. 2018.

BALEEIRO, Aliomar. **Constituições brasileiras: 1891**. - v. 2 - Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001.

BERGER, Peter. A dessecularização do mundo: uma visão global. In: **Religião e sociedade**, Rio de Janeiro, 21 (1): 9-24, 2000.

BERGER, Peter. O dossel sagrado. Elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulinas, 1985.

BLANCARTE, Roberto. **O Porquê de um Estado Laico**. In LOREA, Roberto Arruda. Em Defesa das Liberdades Laicas. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOBBIO, Norberto. **Dall'ideologia democrática agli universali procedurali**, em Teoria generale della política. Turin: Einaudi, 1987.

BOMENY, Helena M. B. **Três decretos e um ministério: a propósito da educação do Estado Novo**. In: PANDOLFI, Dulce (org.). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p.135 – 166.

BOHL, Gottfried. **Organização Católica Adveniat completa 50 anos de luta contra a pobreza**. DW Brasil, 2005. Publicação on-line disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/organiza%C3%A7%C3%A3o-cat%C3%B3lica-adveniat-completa-50-anos-de-luta-contra-a-pobreza/a-15580396> Acesso em 12 de ago. 2019

BOOTH, Wayne et al. **A arte da pesquisa**. São Paulo. Martin Fontes, 2000.

BRAUDEL, Fernand. **A identidade da França: o espaço e a história**. v.1. São Paulo: Globo. 1989.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e história do Brasil**. 2ª Ed. São Paulo: Contexto: EDUSP, 1994.

CARLOS, Dafiana S. S. V. e ESCARIÃO, Glória N. D. **Notas de estudo sobre a diferença entre educação religiosa e ensino religioso**. Revista Educare, João Pessoa, PB, v. 1, n. 2 p. 173-200, jul./dez. 2017

CARON, Lurdes. **Ensino Religioso: um olhar retrospectivo a partir da legislação atual. 2003.** In: BRANDENBURG, Laude Erandi et al [Orgs.]. *Ensino Religioso na escola: bases, experiências e desafios.* São Leopoldo: Oikos, 2005.

CARNEIRO, Sandra M. C. de Sá. **Liberdade Religiosa, Proselitismo ou Ecumenismo: controvérsias acerca da (re)implantação do ensino religioso nas escolas públicas do Rio de Janeiro.** Trabalho apresentado no Encontro Anual da ANPOCS. XXVIII, 2004.

CATROGA, Fernando. **Entre deuses e césores: secularização, laicidade e religião civil.** Coimbra, Almedina, 2006

CHERVEL, André. **História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa.** Teoria & Educação. Porto Alegre: Pannonica, 1990.

CIFUENTES, Rafael Llano. **Relações entre a Igreja e o Estado.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

CNBB. **A catequese nas escolas oficiais.** SEDOC, nº 36 (nov. 1975). Petrópolis, Editora Vozes, col. 434-439.

CORRÊA, R. L. T. **Anotações de aula na disciplina Cultura e Saberes.** PPGE – Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba. Em 26/05/2011.

CUNHA, Luiz Antônio. **O Sistema Nacional de Educação e o ensino religioso nas escolas públicas.** *Educ. Soc.* [online]. 2013, vol.34, n.124, pp.925-941.

CURITIBA, Prefeitura Municipal de. Fundação Cultural de Curitiba. Memória da Rede Municipal de Ensino de Curitiba. Boletim Casa Romário Martins, v. 30, n. 133, mar. 2007.

CURY, Carlos Roberto Jamil, (1993). **Ensino religioso e escola pública: o curso histórico de uma polêmica entre a Igreja e o Estado no Brasil.** Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, *Educação em Revista*, nº 17, jun., p. 20-37.

DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A. **Metodologia do Ensino de Ciências.** São Paulo: Cortez Editora, 1992.

DICKIE, Maria Amélia Schmidt, LUI, Janayna Alencar. **O ensino religioso e a interpretação da lei.** In: JORNADAS SOBRE ALTERNATIVAS RELIGIOSAS NA AMÉRICA LATINA, GT RELIGIÃO, PODER E POLÍTICA, 13., 2005, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: PUCRS, p.1-14, 2005.

DICKIE, Maria Amélia Schmidt. **Todos os caminhos levam a Deus – O CONER e o ensino religioso em Santa Catarina, Brasil.** In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS GT RELIGIÃO E SOCIEDADE, 27., 2003, Caxambu. Anais... Caxambu, ANPOCS, 2003. p.1-27.

DOMINGOS, Marília de F. N. **Ensino Religioso e Estado Laico: uma lição de tolerância.** Revista de Estudo da Religião, 2009.

DUARTE, Sérgio. **A reforma do Ensino.** Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1972.

ESCARIÃO, Glória das Neves Dutra. **Formação de professores para o Ensino Religioso à luz da concepção freireana de homem.** In: ESCARIÃO, Glória das Neves Dutra [et al]. Globalização, diversidade e religiosidade. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2013.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **A legislação escolar como fonte para a história da educação: uma tentativa de interpretação.** In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Org). Educação, modernidade e civilização. Belo Horizonte: Autêntica, 1998, p. 89-125.

FERNANDES, F. **Educação e sociedade no Brasil.** São Paulo: Dominus, 1966.

FERREIRA, Andréa T. B. **A mulher e o magistério: razões da supremacia feminina (a profissão docente em uma perspectiva histórica).** Tóp. Educ. Recife. v./6. Nº 1-3. P. 43-61. 1998

FIGUEIREDO, Anísia de Paulo. **Perspectivas pedagógicas.** Petrópolis: Vozes. 1995.

FISCHMANN, Roseli. **Ainda o ensino religioso em escolas públicas: subsídio para a elaboração de memória sobre o tema.** Revista Contemporânea de Educação, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 2006.

FONSECA, D. M. **O Pensamento privatista em educação**. Campinas: Papirus, 1992.

FURLAN, E. **Educação na década de 1970: Formação sem Informação**. Disponível em: www.histedbr.fe.unicamp.br/.../artigo_simposio_4_739_furlan.elisangela@gmail.com.pdf. Acesso em 20 out. 2018.

GIUMBELLI, Emerson. **Religião, estado e modernidade: notas a propósito de fatos provisórios**. Revista de Estudos Avançados. São Paulo, v.18, n. 52, p.1-13, 2004.

GOODSON, I. F.; Dowbiggin, I. R. **La historia del currículum, la profesionalización y la organización social del conocimiento**. In: Goodson, I. F. Estudio del currículum. Casos y métodos. Buenos Aires: Amorrortu, 2003. p. 83-104.

GOODSON, Ivor. **Historia del currículum. La construcción social de las disciplinas escolares**. Barcelona: Pomares-Corredor, 1995.

GOODSON, Ivor. **A construção social do currículo**. Lisboa: Educa, 1997.

GOODSON, Ivor. **O currículo em mudança: estudos na construção social do currículo**. Porto (Portugal): Porto Editora, 2001.

GOODSON, Ivor. **Currículo, narrativa e o futuro social**. Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 35 maio/ago. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n35/a05v1235.pdf> Acesso em 03 de maio de 2019.

GOODSON, Ivor. **Currículo: teoria e história**. Petrópolis: Vozes, 2008.

GRUEN, Wolfgang. **O ensino Religioso na escola**. Petrópolis: ed.Vozes, 1994.

HAMMERSLEY, M.; HARGREAVES, A. **Curriculum practice**. Some sociological case studies. London: The Falmer Press, 1983.

HERVIEU-LÉGER, Danièle; CHAMPION, Françoise. **Vers un nouveau Christianisme? Introduction à la sociologie du christianisme occidental**. Paris: Cerf, 2008.

HOBBS, T. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. Coleção Os Pensadores. (1º volume). 4ª Edição, Nova Cultural, 1988.

JOHNSON, P. E. **Psicologia da religião**. São Paulo: ASTE, 1964.

JORGE, José Simões. **Educação crítica e seus métodos**. São Paulo: Loyola, 1981.

JULIA, D. **A cultura escolar como objeto histórico**. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, nº 1, p. 9-45, 2001.

JUNQUEIRA, Sérgio R. A. **O Processo de Escolarização do Ensino Religioso no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 2002.

JUNQUEIRA, Sérgio R. A. **Ensino Religioso: Aspectos Legal e Curricular**. Coleção Temas do Ensino Religioso. São Paulo, Paulinas, 2007.

KIRSCHNER, T. B. **A reflexão conceitual na prática historiográfica**. Textos de História, v.15, n.1/2, 2007.

KOSELLECK, R. **Historia y hermenéutica**. Barcelona: Paidós, 1997.

KOSELLECK, R. **Estratos del tiempo**. Barcelona: Paidós, 2003.

LAURENTIN, E. (Org). **A quoi sert l'histoire aujourd'hui?** Paris: Bayard Éditions, 2010.

LEON, Adriana Duarte. **O debate educacional presente nos impressos católicos na década de 1930 no Brasil**. III Jornadas Nacionales y I Latinoamericanas de investigadores/as em formación em educación. 2012

LUI, Janayna de Alencar. **“Em nome de Deus” um estudo sobre a implementação do Ensino Religioso nas escolas públicas de São Paulo**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

MANIFESTO dos Pioneiros da Educação Nova (1932). Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 65, n. 150, p. 407-425, maio/ago. 1984.

MANTAGUTE, Elisângela I. I. **“Não ficarão mais ao Deus dará: Já existem as creches”! História da educação infantil em creches públicas de Curitiba: entre normas e práticas – 1977 a 2003.** Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

MARTINS, Claudia R. K., **O ensino de História no Paraná na década de setenta: legislações e práticas.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1999.

MENDONÇA, Ana Waleska P. c., (2002). **Anísio Teixeira e a Universidade de Educação.** Rio de Janeiro: EDUERJ.

MENEGAZZO, Maria Adélia, (2001). **Cultura e língua portuguesa.** Trabalho apresentado no I Encontro Nacional de Estudos da Linguagem. Campo Grande: UFMS (mimeo.).

MOVEC. Movimento Ecumênico de Curitiba. **Ato de fundação oficializa Movimento Ecumênico de Curitiba.** 2016. Disponível em: <https://www.luteranos.com.br/noticias/ato-de-fundacao-oficializa-movimento-ecumenico-de-curitiba>. Acesso em: 05 set. 2018.

OLIVEIRA, Adalgisa A. **Mundo Jovem.** Ano XLI, nº 333, fevereiro, 2003.

OLIVEIRA, L. B. **A formação de docentes para o ensino religioso no Brasil: leituras e tessituras.** Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 5, n. 16, p. 247-267, set./dez. 2005. OLIVEIRA, L. B. (Org.). Ensino religioso: no Ensino Fundamental. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, Pedro Henrique Nascimento. **Ensino religioso nas escolas públicas na primeira LDB (1948-1961): estratégias e táticas dos grupos de interesse.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação: UFRJ. Rio de Janeiro, 2019.

PIMENTEL, Fábio Prado. **Rádio Educativo no Brasil: uma visão histórica**. Rio de Janeiro: Soarmec, 1999.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos: desafios e perspectivas contemporâneas**, in: Cultura de Paz: da reflexão a ação; balanço da Década da Promoção da Cultura de Paz e não Violência em Benefício das Crianças do Mundo. Brasília; UNESCO; São Paulo; Associação Palas Athena, 2010

PLÁCIDO, Gilmara Duarte. **Educação, civismo e religiosidade durante a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985)**. X ANPED Sul, 2014.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

RANQUETAT JUNIOR, C. A. **Laicidade, laicismo e secularização: definindo e esclarecendo conceitos**. Revista Tempo da Ciência, Santa Maria, v. 15, n. 30, 2008.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RITTER, O. R. **Valores e o currículo escolar**. Revista da Escola Adventista. Engenheiro Coelho, SP: Unaspress, 2000, n. 5, p. 5-12.

RIVERA, D. P.B. **Laicidade, Religião e Direitos Humanos**. In: ROSSI, Luis Alejandro; JUNQUEIRA, Sérgio. (Orgs.). Religião, Direitos Humanos e Laicidade. São Paulo: Fonte Editorial, 2015.

ROMANELLI, O.O. **História da educação no Brasil: 1930/1973**. Petrópolis: Vozes, 1987.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANDER, Benno. **Administração da Educação no Brasil: genealogia do conhecimento**. Brasília: Liber Livro, 2007.

SANFELICE, José Luis. **O Manifesto dos Educadores (1959) à luz da História.** Educ. Soc. vol.28 no.99 Campinas May/Aug. 2007

SANTOS, Lucíola. **História das disciplinas escolares: perspectivas de análise.** Teoria e Educação. n. 2, 1990.

SARMENTO, Daniel. **O crucifixo nos tribunais e a laicidade do Estado.** In: MAZZUOLI, Valério de Oliveira; SORIANO, Aldir Guedes (Coord.). Direito à liberdade religiosa: desafios e perspectivas para o século XXI. Belo Horizonte: Fórum, 2009. p. 211-234.

SAVIANI, Dermeval. **Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação.** In: Revista Brasileira de Educação: vol. 15, n. 44, 2010.

SCHÖGL, E. JUNQUEIRA, S. **Espaço e Representação na formação do professor de Ensino Religioso: arte e espiritualidade.** In: Rev. Pistis Prax., Teol. Pastor., Curitiba, v. 2, n. 2, p. 345-359, jul./dez. 2010

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, MariaRibeiro. **Tempos de Capanema.** 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio,2000.

SCUSSEL, Marcos André. **Educar por competências: ressignificando o Ensino Religioso.** Programa de Pós-Graduação, 2013. Tese (Doutorado). São Leopoldo: Escola Superior de Teologia (EST).

STELLA, Thais Angela. **A educação de base através das aulas radiofônicas do meb: a influência da igreja católica e os reflexos da ditadura civil militar na educação do campo no Paraná (1960-1987).** Monografia (Licenciatura em História). Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2018.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação para a Democracia.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

VIANA, I. **Artes de fazer na reforma escolar: o projeto de estudos sociais a partir da longa duração em Curitiba (décadas de 1970 - 1980).** Curitiba: Editora UFPR, 2018.

VIEIRA, Carlos Eduardo. **Erasmus Pilotto e a Escola Nova no Paraná.** In: V Congresso Ibero Americano de Historia de la Educación Latino Americana, 2001b.

Anais do V Congreso Ibero Americano de Historia de la Educación Latino Americana. p. 1-10. Costa Rica.

VIEIRA, C. E. **Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em história da educação: um estudo da relação entre a imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920.** In: OLIVEIRA, M. A. T. (org.). Cinco Estudos em História e Historiografia da Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 7-40.

VISSER, Lizete Carmem. **Um paradigma didático para o Ensino Religioso.** Petrópolis: Vozes, 1994.

VIÑAO-FRAGO, Antonio, (2000). **El espacio y el tiempo escolares como objeto histórico. Contemporaneidade e educação** (Temas de história da educação). Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Cultura da Educação, ano 5, nº 7, p. 93-110.

VIÑAO-FRAGO, A., ESCOLANO, A., (1998). **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa.** Rio de Janeiro: DP&A. Tradução de Alfredo Veiga-Neto.